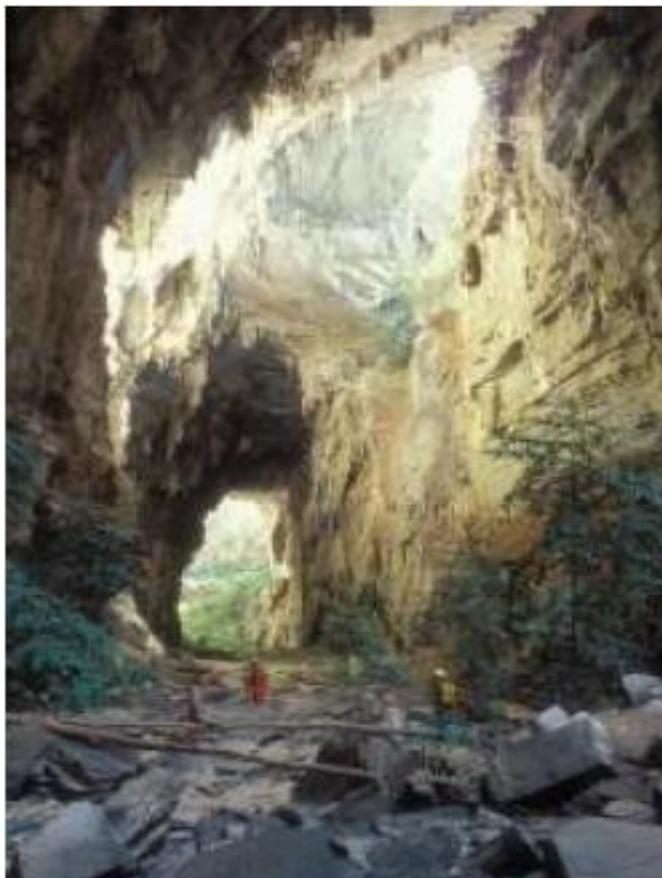


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi -
MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto
da criação da Unidade de Conservação em seu território**

CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA

MONTES CLAROS

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi -
MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto
da criação da Unidade de Conservação em seu território**

CÁSSIO ALEXANDRE DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Simone Narciso Lessa

MONTES CLAROS

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação intitulada “**Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi -MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território**”, de autoria do mestrando Cássio Alexandre da Silva, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Banca Examinadora constituída, em de 22 de Junho de 2007, pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Simone Narciso Lessa (PPGDS/Unimontes) - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida (UFG) - Examinadora

Prof. Dr. Herbert Toledo Martins (Unimontes) - Examinador

Dr^a. Maria Helena de Souza Ide - Coordenadora do PPGDS

MONTES CLAROS

2007

Silva, Cássio Alexandre da.
S586p Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA– Januária/Itacarambi,
MG – Comunidade do Janelão [Manuscrito] : as comunidades
tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em
seu território / Cássio Alexandre da Silva. – 2007.

138 f. ; il.

Bibliografia : f. 129-138

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Montes Claros –
Unimontes. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Social/PPGDS, 2007.

Orientadora Profa. Dra. Simone Narciso Lessa.

1. Desenvolvimento social. 2. Populações tradicionais. 3.

Catálogo Biblioteca Central Prof. Antonio Jorge

SILVA, Cássio Alexandre da. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu / PARNA – Januária/Itacarambi - MG – Comunidade do Janelão: As comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território. 2007. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

RESUMO

Essa dissertação trata do impacto do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA - sobre a comunidade do Janelão, que fica nesta Unidade de Conservação – UC, nos municípios de Januária e Itacarambi - MG. A caracterização dessa comunidade, que é uma das dezenas existentes na unidade de conservação – UC, tem como objetivo primeiro identificar o modo de vida dessas pessoas como população tradicional, e quais os impactos que vêm sofrendo com a “chegada” do parque em suas vidas. Desde a formação histórica e territorial, os meios de produção e sua relação com a terra, as relações com o meio ambiente, a resistência em permanecer no território, seus aspectos culturais materiais e imateriais, a sua auto-identificação e de como eles estão “sentindo-se” com a presença do parque em suas vidas. Os três principais problemas investigados referem-se ao impacto sócio-ambiental causado pela unidade de conservação na Comunidade do Janelão; à política pública baseada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC; à averiguação da possibilidade de o parque promover desenvolvimento social para as populações tradicionais. O trabalho apresenta fundamentação teórico-metodológica, em trabalhos de campo, participação de reuniões do Conselho Consultivo e uma análise e interpretação dos documentos legais, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) e do Plano de Manejo do PARNA. Trataremos da relação entre a territorialidade e a ação do Estado. O Desenvolvimento Social é o elemento chave em nossa abordagem, pois fundamenta-se numa perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Palavras-Chave: Populações Tradicionais, Território, Unidade de Conservação, Impacto sócio-ambiental.

ABSTRACT

The study of that dissertation was accomplished in the community of Janelão that is in the Unit of Conservation–UC, of the Park National Caves of Peruaçu-PARNA, in the municipal districts of Januária and Itacarambi - MG. That community's characterization that is one of the existent dozens in the unit of conservation - UC, as I aim at first, to identify the way of those people's life while traditional population and which your relationships impactantes that you/they are suffering with the “arrival” of the park in your lives. From the historical and territorial formation, the production means with the earth and the relationships with the environment as a whole, the resistance in staying in the territory, your material and immaterial cultural aspects, your solemnity-identification and of like them they are “feeling” with the presence of the park in your lives. The three main investigated problems refer to the impact socioambiental caused by the unit of conservation in the Community of Janelão; the public politics based on the National System of Units of Conservation –SNUC and if the park will promote social development goes the traditional populations. The work presents methodological theoretical fundamentacion, in work of fields, participation of meetings of the advisory advice and an analysis and interpretation of the law documents, the National System of Unit of Conservation–SNUC and of the Plan of Handling it plays the territory and the paper of the State. Social The Development the key element in the interpretative construction, because it based the proposal of interventions goes the construction of the fairer society.

Word-key: Traditional Populations, Territory, Unit of Conservation, socioambiental Impact

*“Todo homem deve ter um jardim dentro de si,
para passear de vez em quando” (anônimo)*

“Que homem é um homem que não torna o mundo melhor?”

(escritura na madeira de uma ferraria – França -1184 “cena do filme Cruzadas”)

“Mesmo que as pessoas não falem, elas sentem”

(Eumir, sertanejo veredeiro da Comunidade de Vereda Funda, em lágrimas, durante seu depoimento no final da apresentação de dissertação do PPGDS, no auditório da FADEC-18/05/06)

*Todo dia o sol levanta
E a gente canta
Ao sol de todo dia*

*Fim da tarde a terra cora
E a gente chora
Porque finda a tarde*

*Vem a noite a lua mansa
E a gente dança
Venerando a noite*

**“Canto de um Povo de um Lugar”
Caetano Veloso**

Às boas almas, que sentem a necessidade de termos um mundo melhor; aos que amam e têm a percepção de compreender que somos uma unidade divina, uma natureza holística; a minha filha espiritual, Maria Clara, que muito me ensina a ser um homem de paz e melhor; a Pedro Emanuel, que me encanta com sua natureza alegre de criança... Pois esses ensinamentos são puros de amor e eu os levarei a todos os caminhos que construirei para um cosmo melhor. Por fim, a meus pais cristãos, a meus irmãos dadivosos e a todos os amigos do caminho terreno.

AGRADECIMENTOS

À professora Simone Narciso Lessa, orientadora, que soube reconhecer meu trabalho; e, ainda por sua luta incansável pela vida no Sertão;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;

Aos colegas e amigos da segunda turma do PPGDS: que fique marcada, na história da Universidade, a labuta acadêmica, assim como nossos sorrisos de vitória. Em especial aos sempre companheiros Hebert Canela Salgado e Flavio José Gonçalves pela persistência, resistência e luta por um mundo mais digno para todos, sem distinção;

Às Faculdades Integradas Pitágoras – FIP/MOC, pela oportunidade de poder exercer a docência, pelo incentivo profissional, através da Especialização em Turismo e Desenvolvimento Regional; aos colegas que sempre incentivaram este tão esperado mestrado, principalmente Clinton Xavier; e aos funcionários, que sempre me receberam dadivosamente, em especial Gêra e Janine, e as “meninas” da Biblioteca e Secretaria;

Aos funcionários do PPGDS, em especial a Lucas Quintino;

A Patrícia Fernanda Heliodoro dos Santos, que ajudou nas correções do texto e por sua atenção, companherismo e incentivo permanente;

A todos os colegas e amigos da Sociedade Educacional Padrão, em especial a Vânia Torres, Rosina Turano, Andréa Versiani, Kátia, Madalena e Márcia: muito obrigado pelo incentivo e cooperação;

Ao professor Rômulo Carvalho, que me indicou e incentivou para esta empreitada acadêmica e participou da Banca de Qualificação;

A todos os amigos do Instituto Grande Sertão – IGS, que sempre respeitaram o ser humano e a mãe natureza, e são incansáveis sementes do saber ecológico;

Aos acadêmicos do curso de Geografia da UNIMONTES e do curso de Turismo e Hotelaria das FIP/MOC, muitos desses, invejáveis guerreiros;

Aos amigos que fiz na Comunidade do Janelão, Moradores do Vale do Peruaçu e participantes do Conselho Consultivo do PARNA: que o sertanejo em vocês não mora;

Aos funcionários do IBAMA do Fabião I, Emerck Lima Cipriano, Flávio, Túlio: homens que sabem unir o Estado à Sociedade Civil. Parabéns! Não é fácil;

Aos grandes homens “*condutores de almas*” por entre o Cerrado e a Caatinga, Izáias, José Santana, Hamilton e Mirandes: que a energia das cavernas e matas nunca os deixe;

À Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE e aos grupos de Espeleologia da região do qual fui co-fundador;

Aos colegas do Departamento de Geociências da UNIMONTES; e aos secretários que por ali passaram;

A meus filhos, Maria Clara, Pedro Emanuel, e sua mãe Kátia, pela paciência e incentivo. Agradeço, de alma, todas as dádivas;

A meus pais, Carmem Celeste e Valdemiro Gomes, pela educação e pela compaixão por meus deslizes terrenos;

A meus irmãos, Simone e Darlan, que sempre me incentivaram e rezaram por mim;
A professora, colega e amiga Rosane Bastos que não mediu esforços na correção deste trabalho;

A todos os amigos, em especial Jussara Guimarães; e por fim, aos “bons espíritos da natureza”.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AER– Avaliação Ecológica Rápida
AIA – Avaliação de Impacto Ambiental
APA – Área de Proteção Ambiental
APN – Administração de Parques Nacionais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEFET – Centro de Formação Tecnológica
CEIVA - Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco
CI – Conservation International
CIDA – Canadá International Development Agency
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSD – GEOKLOCK – Geologia e Engenharia Ambiental Ltda
DLIS - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DNNR – Departamento de Recursos Naturais Renováveis
ECO – Ecologia
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais
FOFA - Pontos Fortes, Oportunidade, Fraqueza e Ameaças
FSC – Forest Stewardship Council
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GBPE – Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas
GEO – Grupo de Espeleologia Orientada
IAF – Fundação Interamericana
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IGS – Instituto Grande Sertão
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural

ITER – Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organização Não-governamental
PARNA – Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira
PPGDS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
PNCP – Parque Nacional Caverna do Peruaçu
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR NE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira
SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas
SESC – Serviço Social do Comércio
SSE/UFOP – Sociedade Excursionista e Espeleológica da Escola de Minas de Ouro Preto
SINAC - Sistema Nacional de Áreas de Conservação
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISTUR – Sistema Turismo
SNPRCN – Serviço Nacional de Parques Reservas e Conservação da Natureza
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
TEBI – Teoria do Equilíbrio de Biogeografia Insular
TNC – The Nature Conservancy
UC – Unidade de Conservação
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UNCED – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

ZA – Zona de Amortecimento

WCMC - World Conservation Monitoring Center

WWWF – World Wildlife Funde

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Maciço Calcário do Relevo Cárstico: paisagem comum no PNCP	48
Figura 02: Estrada de acesso ao interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PCNP.....	66
Figura 03: Painéis de Pinturas Rupestres.....	83
Figura 04: Moradia Típica no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PNCP.....	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PNCP.....	05
Mapa 02: Mosaico de Unidades de Conservação na região norte de Minas Gerais.....	09
Mapa 03: PARNA e áreas limítrofes.....	44
Mapa 04: Zoneamento de Uso Intensivo e estrutura de Uso Público.....	86
Mapa 05: Localização da Vila do Janelão.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Definição, categorias e funções das áreas protegidas estabelecidas pela IUCN.....	54
Tabela 02: Principais problemas enfrentados pelos Parques da América do Sul.....	62
Tabela 03: Principais ameaças às UC's brasileiras.....	63
Tabela 04: Quadro Renda Familiar Mensal dos Grupos Domésticos da Área de Estudo.....	105
Tabela 05: Quadro das Unidades Domésticas por Trecho de Povoamento Contínuo.....	106
Tabela 06: Abordagens combinadas para o desenvolvimento da comunidade.....	116
Tabela 07: Subsistema Ecológico.....	117
Tabela 08: Subsistema Social.....	118
Tabela 09: Subsistema Cultural.....	118
Tabela 10: Subsistema Econômico.....	118

SUMÁRIO

	PÁGINAS
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
EPIÍGRAFE	vii
DEDICATÓRIA	viii
AGRADECIMENTOS	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xii
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE MAPAS	xvi
LISTA DE TABELAS	xvii
SUMÁRIO	xviii
Introdução	1
Capítulo I – As Políticas Internacionais e Nacionais de Conservação	14
1.1. Histórico das políticas públicas mundiais e a conservação.....	14
1.2. Histórico das Políticas Públicas Brasileiras e a conservação.....	24
Capítulo II – O território do Parque: conhecendo o objeto	36
2.1. Síntese histórica.....	36
2.2. O território do parque.....	40
2.3. A paisagem do parque.....	45
2.3.1. O Clima.....	46
2.3.2. A Geologia e a Geomorfologia.....	47
2.3.3. A Vegetação.....	48
2.3.4. A Hidrografia	50
2.3.5. A Fauna.....	51
2.4. O lugar do parque.....	51
2.5. O desenvolvimento social no parque.....	54
Capítulo III – Conhecendo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC: O Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA	53

3.1. Os critérios de criação da Unidade de Conservação – UC’s	53
3.2. O SNUC e processo de conservação.....	58
3.2.1. As Ameaças no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA.....	63
3.3. Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA.....	67
3.3.1. Pedologia/Susceptibilidade	70
3.3.2. Espeleologia	71
3.3.3. Caracterização da Cobertura Vegetacional Regional	72
3.3.4 . Mastofauna.....	73
3.3.5. Avifauna.....	74
3.3.6. Herpetofauna	75
3.3.7. Ictiofauna.....	75
3.3.8. Entomofauna.....	76
3.3.9. Vetores de endemias.....	77
3.3.10. Bioespeleologia e Paleontologia.....	78
3.3.11. Limnologia.....	78
3.3.12. Patrimônio Espeleológico.....	79
3.3.13. Sócio-Economia.....	79
3.3.14. Uso e Ocupação.....	82
3.3.15. Arqueologia.....	83
3.3.16. Ecoturismo.....	84
Capítulo IV – Populações Tradicionais e Desenvolvimento Social: A Comunidade do Janelão no Vale do Peruaçu.....	88
4.1. As Populações Tradicionais: Comunidade do Janelão no Vale do Peruaçu.....	88
4.1.1. As relações sócio-culturais de uma comunidade.....	88
4.1.2. As Relações Sócio-ambientais e Territoriais de uma Comunidade.....	91
4.1.3. A Comunidade do Janelão: Seu Modo de Vida	96
4.2. Turismo e Comunidade: por um Desenvolvimento Social.....	108
5.0. Considerações Finais.....	123

INTRODUÇÃO

“A terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos. Tudo está ligado, como o sangue que une a família. Tudo está ligado. Tudo o que acontece à terra acontecerá aos filhos da terra. O homem não teceu a rede da vida, ele é só um dos seus fios. Aquilo que ele fizer à rede da vida ele o faz a si próprio.”¹

A concepção deste estudo expressa um “sentimento” nutrido desde o início dos anos de 1990, quando conheci o Vale do Peruaçu, em um trabalho de campo de exploração realizado com o Clube de Excursionista de Montes Claros e Espeleogruppo Peter Lund ² e, também, em um segundo trabalho, com a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES -, através do curso de Licenciatura Plena em Geografia, do qual eu era acadêmico de graduação. Após essas idas e outras visitas, os “laços” se estreitaram com o lugar e o povo que ali reside.

É importante lembrar que, foi exatamente nesse período que acabara de ser decretada a Área de Proteção Cavernas do Peruaçu ³. Após o decreto da Área de Proteção Ambiental – APA -, os rumores eram que iriam criar um parque⁴. Nasce, nesse momento, uma preocupação do povo ali residente, pois, com a “chegada” do parque, teriam de sair de suas terras.

¹Mensagem do Chefe Seattle ao Presidente Norte-Americano em 1864.

²Ambas as entidades são Organizações Não-Governamentais das quais eu participava. No verso da carteira de identificação de membro do Clube de Excursionista de Montes Claros estava registrado: O portador desta obriga-se a: respeitar propriedades; dar apoio profissional; respeitar e fazer cumprir as normas de segurança; preservar a natureza e prestar apoio comunitário.

³Decreto 98.182 de 26/09/1989 institui uma área de 115.236 hectares como Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu – APA-; abrangendo os municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi e Januária, dentro do bioma do Cerrado.

⁴O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu-PARNA-, é decretado federal em 21/09/1999, s/nº, abrangendo o bioma do cerrado nos municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões, formando um total de 56.800 ha.

Mais de quinze anos se passaram e, como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS-, optei por desenvolver a pesquisa sobre o caso da Comunidade do Janelão, que se localiza dentro da área do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA. A construção deste objeto se consolidou no PPGDS, dentro da disciplina Região e Populações Tradicionais, que me possibilitou o contato com autores e pesquisadores como: Cláudia Luz de Oliveira (sobre os vazanteiros – 2005); Carlos Alberto Dayrell (sobre o Cerrado - 1998); João D’Angelis (sobre os geraizeiros – 2003) e com João Batista de Almeida Costa, (sobre os quilombolas – 1999; 2003); o colega Flavio José Gonçalves, (sobre quilombolas - 2006); Simone Narciso Lessa (sobre territórios - 1993) e também nas leituras de Alessandro Roberto de Oliveira (sobre índios Xakriabá - 2004) todos “pensadores do sertão”⁵. Através desse contato, pude compreender que a contribuição do estudo deste objeto poderia proporcionar melhor compreensão das relações sócio-ambientais e das políticas públicas, no contexto histórico regional e nacional atual.

O objetivo deste trabalho é identificar os impactos positivos e negativos que a “chegada” do parque está causando ao território da Comunidade do Janelão⁶, composta por 17 famílias; caracterizar suas relações com o meio ambiente, e identificar os elementos e as “novas” relações com o espaço territorial institucionalizado através da afetação do Parque. Essa comunidade apresenta uma associação que trata dos interesses comuns do grupo participativo.

Uma das maiores concentrações de sítios espeleológicos, arqueológicos e paleontológicos se encontram em parte nessa comunidade do parque. É justamente em sua área que será o principal núcleo de visitação do PARNA. O acesso a essa comunidade se dá pelo Fabião I⁷, onde se localiza a sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA-, onde será implantada a sede e entrada para a unidade de conservação, via BR-135, que dá acesso às cidades de Januária e Itacarambi.

⁵Expressão com que nomeio os fiéis estudiosos dos “Gerais”, em seu contexto universal e ontológico.

⁶A comunidade recebe o nome de uma das principais cavernas do Parque. Essa caverna apresenta um portal de mais de 70 metros de altura, caracterizando-se um “Janelão”, como é dito na região. A Comunidade do Janelão tem sua associação entre os moradores. A Associação faz parte do Conselho Consultivo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA.

⁷Distrito do Município de Januária, cortado pelo Rio Peruaçu, limítrofe com o território do Município de Itacarambi.

A justificativa do trabalho em relação ao Desenvolvimento Social na linha de pesquisa de identidade e territorialidade é estruturada a partir do pensamento de COSTA (2003:5), que traz o conceito de Desenvolvimento Social como “uma estratégia política, através da qual os grupos humanos desenvolvem a capacidade de resolver seus problemas e consolidar o bem-estar socialmente definido pela otimização dos recursos sociais, revertendo-os em benefício da totalidade social, em todos os aspectos”.

Esse conceito nos remete aos problemas a serem pesquisados. O primeiro: Qual o impacto sócio-ambiental causado pela unidade de conservação na Comunidade do Janelão? O segundo: O Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC⁸- apresenta uma política democrática no que diz respeito ao uso do território do parque pelas populações tradicionais? O terceiro e último: O parque promoverá desenvolvimento social para as populações tradicionais?

A metodologia utilizada se baseia nas investigações empíricas e teóricas. Trabalhei com a literatura pertinente nos campos da geografia, sociologia, antropologia, etnografia e área jurídica. Analisei documentos das leis relativas ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC e o Plano de Manejo⁹. Os trabalhos de campo, foram a técnica principal para caracterizar o “meio” estudado. O olhar, o ouvir e o escrever, são descritos por Oliveira (2000), em seu primeiro capítulo, como sendo o trabalho do antropólogo. Já Clifford Geertz (1989:18), ao escrever o capítulo, *Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura*, inferiu:

Cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual. Fatos anteriormente descobertos são mobilizados, conceitos anteriormente desenvolvidos são usados, hipóteses formuladas anteriormente são testadas, entretanto o movimento não parte de teoremas já comprovados para outros recém-provados; ele parte de tateio desajeitado pela compreensão mais elementar para uma alegação comprovada de que alguém a alcançou e a superou. Um estudo é um avanço quando é mais incisivo – o que quer que isto signifique – do que aqueles que o precederam; mas que ele se conserva menos nos ombros do que corre lado a lado, desafiado e desafiando.

⁸Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

⁹Documento técnico de acordo com o Capítulo I, artigo 2º, inciso XVII, do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC.

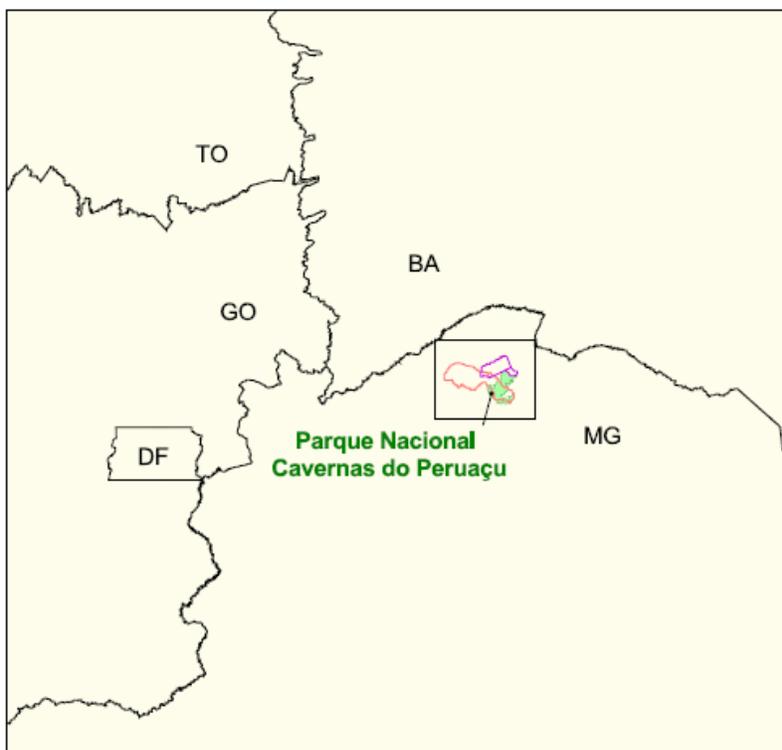
Para configurar um estudo abrangendo seus objetivos e possíveis respostas para seus problemas, é necessário o reconhecimento do objeto como um todo: identificar suas peculiaridades sócio-ambientais e políticas, principalmente as que interferem direta e indiretamente sobre as questões que buscamos responder.

O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA- é uma unidade de conservação¹⁰ de proteção integral, considerada um “santuário” arqueológico, espeleológico, paleontológico, e apresenta uma população tradicional¹¹, que convive com todo esse acervo cultural ancestral, manejando de geração a gerações a riqueza natural e histórica que a circunda, podendo tornar-se Patrimônio da Humanidade, como é sugerido no plano de manejo, sendo assim, poderá promover o desenvolvimento social para toda a região de sua área de influência.

Segundo se pode identificar no Encarte 1 do Plano de Manejo – Contextualização da Unidade de Conservação – UC, o enfoque sobre a conservação e seu valor internacional está associado a sua localização na região sudeste. Devido a isso, foram realizados acordos e convenções internacionais, conforme pode-se citar, o Banco Mundial; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); Conservation International – CI; The Nature Conservancy (TNC); World Wildlife Fund (WWF); Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN; Fundação Interamericana – IAF; Canadá International Development Agency – CIDA; e outros órgãos como a União Européia que entendem que a área é promissora no que tange à perspectiva sócio-ambiental.

¹⁰ Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com adjetivos de conservação e limites definidos, sob regime de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, conforme inciso I, do artigo 2º, do Capítulo I da Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC-, de nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

¹¹ Conforme (DIEGUES, 1990:356), são“(…) grupos humanos que historicamente reproduzem o seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizado tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.”



Mapa 01

Localização do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PNCP

Escala: 1:3.500.000

Fonte: Plano de Manejo PNCP

O mapa acima identifica a localização do objeto de estudo na cor verde. Pode-se observar que a Área de Proteção Ambiental – APA sobressai em tamanho conforme verifica-se na cor alaranjada. A outra área que se destaca é a Reserva Indígena Xakriabá na coloração rosa. Percebe-se assim o mosaico de conservação.

De acordo com Diegues, o modelo de criação de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, constitui-se numa das políticas conservacionistas mais utilizadas pelos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil (DIEGUES, 1994). “O pressuposto da conservação nesse modelo tem como premissa a exclusão de habitantes nas áreas de proteção integral com base na idéia de que a presença antrópica sempre impacta o meio e dificulta a conservação.” (CABRAL e SOUZA, 2005:103). O modelo americano, que surgiu no final do século XIX, é seguido, desde aquela época, pelo Canadá, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul.

A criação de espaços para transformá-los em áreas especiais – territórios criados por força jurídica com espaço definido-tem sido a saída encontrada pelo Estado para a proteção de algumas áreas representativas do ponto de vista ambiental. Essas áreas são chamadas de unidades de conservação, que, em sua maioria, são formadas de áreas contínuas, onde se objetiva conservar a tempo, o maior número possível de espécies de sua rica e variadíssima flora e fauna. (ALMEIDA e PEREIRA, 2005:135)

Os Parques Nacionais e as áreas de conservação no Brasil começaram a ser instituídos desde a década de 1930, como o Parque Nacional do Itatiaia e, posteriormente, o Iguaçu. No Brasil, a estatização dos recursos naturais começa na década de 30, no Governo Vargas. O Código Florestal em 1934, revisado em 1965, vigente até os dias de hoje, tem como objetivo proteger as matas ciliares dos corpos d'água e outras formações florestais. O Código de Águas e outras leis visavam, naquele momento, estatizar os recursos naturais e, a partir de então, o Estado brasileiro passou a ter a outorga dos mesmos.

Os Parques Nacionais (PARNAs) estão previstos na Lei nº 4.771, de 15/9/1975 (Código Florestal), porém o regulamento dos PARNAs, aprovado por meio do Decreto nº 84.017, de 21/9/1979, definiu mais claramente esse tipo de UC: “ para os efeitos deste regulamento, consideram-se Parques Nacionais as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade no seu todo”. Destinam-se a fins científicos, educativos e recreativos, cabendo às autoridades permanentes, motivadas pelas razões da sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis. O objetivo principal dos PARNAs reside na preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem. O domínio é público. (CABRAL e SOUZA,2005:38)

Na década de 1960/70, cresce o movimento ambientalista no mundo. Em 1968, o Clube de Roma é formado por intelectuais e representantes oficiais de várias nações. Essa organização internacional tem a missão de agir como um catalisador de mudanças globais apontando os limites do desenvolvimento capitalista. O Clube de Roma produziu um documento que apontou, pela primeira vez, os padrões insustentáveis de desenvolvimento, “Os Limites do Desenvolvimento”. No mesmo ano, na Inglaterra, iniciou-se o trabalho da 1ª Comissão de Educação do Meio Ambiente.

A conservação, que já vinha sendo tratada através da criação de UC's desde o fim do século XIX, ganha um reforço, ainda nos anos 60, com a International Conservation – UICN-, que,

com base nos princípios da conservação dos EUA, propõe um padrão internacional. Vários movimentos começam a surgir em todo o mundo no sentido da criação de santuários voltados para a conservação da natureza. Problemas como a poluição e seus danos na saúde e no ambiente se tornaram preocupações e alvo de políticas públicas em todo o planeta. No segundo ano da década de 1970, foi realizada I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano: Estocolmo 1972, onde estas questões foram debatidas.

Em 1972, quando a delegação brasileira assinou a Declaração de Estocolmo endossando o modelo de crescimento e uso dos recursos naturais, deflagram outras políticas institucionais voltadas ao meio ambiente. No Brasil, foi criada, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. Em 1981, sancionou-se a Lei 6.938, a Política Nacional do Meio Ambiente, instituindo o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

No ano de 1987, a Comissão Brundtland, instituída pela Organização das Nações Unidas - ONU-, apresenta ao mundo o seu relatório Our Common Future – Nosso Futuro Comum-, no qual o conceito de Desenvolvimento Sustentável surge pela primeira vez, como fruto de uma elaboração da ONU. É momento, também, da criação Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED. Esse conceito se consolidou na II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Brasil em 1992. Na Rio-ECO/92, foi elaborado o documento da Agenda 21, em que se estabeleceram as diretrizes básicas para se propiciar um futuro sustentável para a humanidade.

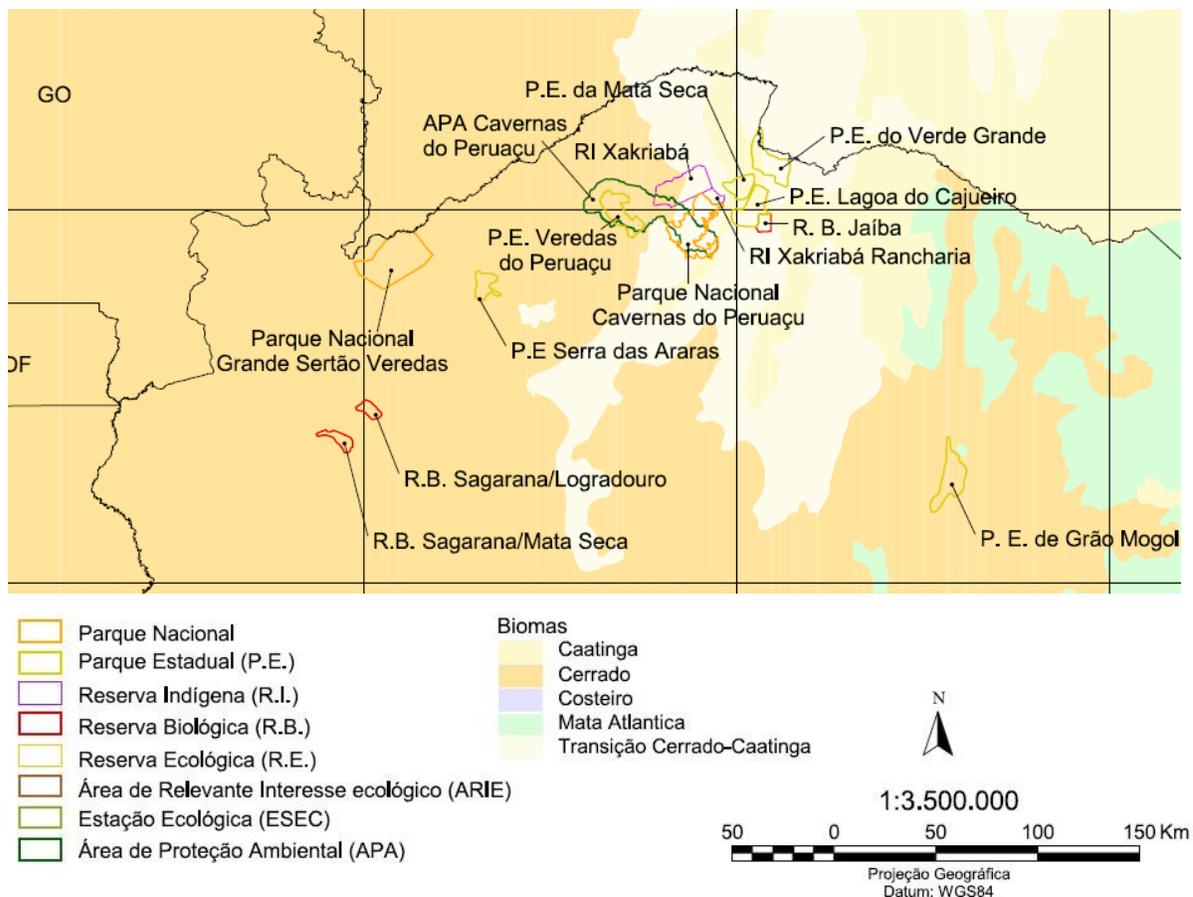
O Brasil criou mecanismos legais para a melhoria da qualidade de vida, registrando, em sua Constituição Federal, em 1988, o Artigo 225, que trata do meio ambiente. Visando regulamentar a Constituição, em 18 de julho de 2000, foi sancionada a Lei de nº 9.985, que regulamenta os incisos I, II, III e VII do parágrafo 1º do art. 225 da Constituição, criando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC. Nesse plano de institucionalizações e constituição de leis, inicia-se uma mudança paradigmática e, porque não dizer, uma “revolução” do pensamento sócio-ambiental do país, no que se refere às áreas protegidas e suas relações com as comunidades tradicionais que por ventura nelas habitem.

O Governo do Estado de Minas Gerais. através do Instituto Estadual de Florestas – IEF-, e seguindo a política nacional, passa a criar inúmeras Unidades de Conservação - UC's. Esse

movimento aponta para o ordenamento do território no Estado de Minas Gerais, mostrando interesse em formatar políticas ordenadoras preservacionistas e de conservação, num momento em que monoculturas de alta rentabilidade e extensivas avançam, abrangendo todo o meio biótico e abiótico dentro do estado.

Sendo o SNUC o dispositivo legal que estabelece o Plano de Manejo, é o documento-lei em que devem estar definidos os critérios e normas para a criação, implantação, gestão das unidades de conservação e o manejo, ou seja, todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas nas UC's. O Plano de Manejo deve trazer, em seu escopo, todo o diagnóstico da área, incluindo as populações tradicionais caracterizadas como meio antrópico, as medidas mitigadoras e regras para a boa gestão da UC, lembrando que o referido documento, apesar de cientificamente elaborado (por uma equipe multidisciplinar), apresenta informações com a participação da população local (o que não é muito freqüente).

A apresentação do mosaico através do mapa abaixo, deixa claro que a região se torna um “um arquipélago” de unidades de conservação. O que de certa forma se apresenta como positivo no que tange a conservação da biodiversidade, mas que também produz inúmeros conflitos sociais no que tange ao uso da terra.



Mapa 02
Mosaico de Unidades de Conservação na região norte de Minas Gerais
Fonte: Plano de Manejo – PNCP

Mesmo com a presença do Estado nas políticas públicas de caráter ambiental, podemos verificar que a iniciativa privada está inserida no processo de concepção da criação de unidades de conservação, principalmente as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN- ou como parceiras no processo de implantação da UC's Estatais, devido a acordos estabelecidos através de Termos de Ajustes de Condutas – TAC- e outros mecanismos compensatórios.

No Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA-, o setor é representado pela Fiat Automóveis S. A; que, devido a de um Termo de Ajuste de Conduta - TAC¹², estabelecido

¹² LEI Nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Artigo 1º - Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos causados: I - Ao meio ambiente; II - Ao consumidor; III - A bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - (VETADO). Artigo 2º - As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa. Artigo 3º - A ação civil poderá ter por objeto a

pelo Ministério Público Federal, tem financiado o Plano de Manejo e o processo de regularização fundiária da UC, dentro do princípio Poluidor Pagador, estabelecido desde Estocolmo 72.

Muitas críticas têm sido feitas ao processo de criação das UC's no Brasil e no mundo. Estas críticas são fruto de muito debate da dicotomia entre o *homem* e a *natureza* ou mesmo *povos e parques*. Conforme Diegues:

a política conservacionista está equivocada quando “transforma esses lugares em não lugares”, expulsando as populações tradicionais que podem “estar abrindo espaço para que esses não-lugares se tornem o domínio de pesquisa das multinacionais ou de convênios entre entidades de pesquisas nacionais e internacionais e, ao final,”privatizados”, como manda o manual neoliberal”. (DIEGUES, 2000:32)

Garret Hardin, publicou em seu livro *A Tragédia dos Comuns*, a conclusão de que: “a liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos (1968:1244); e, para evitar essa tragédia, conclui que recursos comuns deveriam ser privatizados ou definidos como propriedades públicas, para as quais direitos de acesso e de uso deveriam ser concedidos. (1968; Hardin & Baden, 1977) As terras não poderiam ficar soltas, deveriam ser ordenadas institucionalmente. Em trabalho posterior, Hardin (1978) especificou e, presumivelmente, reconheceu somente duas soluções gerais: privatização e socialismo (controle governamental). Argumentou que, se não agimos de acordo com um desses dois caminhos, “consentimos na destruição dos recursos comuns” (Hardin,1968:1245).

FENNY (2000:20) definiu quatro categorias de direito de propriedades, no âmbito das quais recursos de propriedade comum são manejados: livre acesso, propriedade privada, propriedade comunal e propriedade estatal. A categoria de livre acesso está aberta a qualquer pessoa; a propriedade privada a indivíduos, grupos ou empresas; a propriedade comunal, a pessoas que fazem parte da comunidade identificável; e os de propriedade estatal, cujos os direitos estão alocados exclusivamente ao governo. O último é o nosso caso em análise, o Parque.

condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. E demais outros artigos que referem-se a questão.

Muitas são as críticas feitas a Hardin e muitos o identificam como determinista, alegando que sua análise é simplista, mas faz-se necessária, aqui no estudo, sua compreensão. Tanto Hardin quando Diegues tratam das populações tradicionais e suas relações de identidade com o território. A análise dos autores se faz não pela divergência, mas pela convergência, acreditando que exista uma maneira democrática que envolva o poder do Estado, as necessidades sociais de identidade das populações tradicionais e demais grupos envolvidos com a causa do homem e da natureza.

Os saberes locais identificados pelos estudos realizados na comunidade do Janelão, mostram o quanto é importante a preservação dessa cultura, que ainda não se identifica nominalmente, mas é cercada por ribeirinhos às margens do rio São Francisco, os veredeiros e chapadeiros na nascente do Rio Peruaçu, os sertanejos que cuidam das fazendas e os indígenas¹³ aldeados na reserva vizinha ao parque. A compreensão dessa identidade é uma busca etnográfica complexa, tendo em vista que o sentimento dos moradores se “abre” ou “e reprime” com a chegada do parque em suas vidas. Como escreve Diegues:

O importante seria integrar a visão dos cientistas naturais e do especialista local. O cientista tem vantagens em dois níveis: no mais global, o uso de sistemas de informação geográfica informatizados e uso de banco de dados e, no âmbito local, o uso de técnicas taxonômicas. O saber local, por outro lado, acumula conhecimentos por várias gerações sobre os ecossistemas e suas variações. Existe, pois, grande necessidade de se integrarem essas duas contribuições no planejamento e execução de ações conservacionistas (DIEGUES, 2000:42)

Os governos nas esferas municipal, estadual e federal criam várias Unidades de Conservação - UC's-, tanto na modalidade de proteção integral, como é o caso dos Parques, quanto na de uso sustentável, como as Áreas de Proteção Ambientais – APA-, com base no SNUC. Os biomas e ecossistemas brasileiros perfazem grandes extensões territoriais, e muitos deles só estão sendo alvo de debate e de execução dos planos de sustentabilidade após a ECO/Rio-1992. “Tais áreas, dominadas pela paisagem natural, em especial, o

¹³ Reserva indígena dos Xakriabá, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI (que é o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988).

Cerrado e a Caatinga, eram consideradas inóspitas, um “habitat” adverso para os agentes do Estado, adaptados às vilas, aos arraiais e seus arredores”. (RIBEIRO,2005:248)

A regularização fundiária, além das questões relacionadas diretamente com a cultura, são campos de conflito na interface entre o governo e sociedade civil organizada. Nossa pesquisa tem como propósito conhecer este campo de conflito *Homem X UC*. O trabalho dissertativo apresenta-se numa estrutura de quatro capítulos e as considerações finais.

No **Capítulo I – As Políticas Internacionais e Nacionais de Conservação-**, será abordado a discussão mundial, nacional e local em relação à da conservação no âmbito das políticas públicas. A primeira temática é o “**Histórico das políticas mundiais de conservação**”, na concepção de conservação desde a Europa dos séculos XVII e XVIII; a concepção de parque na política norte-americana, tendo como modelo o Yellowstone; os principais eventos e movimentos mundiais a favor da conservação e das populações tradicionais. A segunda e última parte será o “**Histórico das políticas nacionais de Conservação**”, relatando a história de políticas públicas de conservação no Brasil; as diversas posturas que o pensamento brasileiro tomou, da fase do descobrimento até a criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC - e as diversas participações do país no contexto mundial.

No **Capítulo II – O território do Parque: conhecendo o objeto-**, será tratada a concepção do novo território para as Populações Tradicionais, com divisão em cinco subtítulos, sendo o primeiro denominado de “**Síntese histórica**”, com comentários sobre o histórico local da área anterior ao Parque, apresentação do parque como projeto e decreto-lei, as condições atuais locais; o segundo subtítulo, “**O território do Parque**”, apresenta suas características físicas e a perspectiva do poder; o próximo momento “**A paisagem do Parque**”, descreve as paisagens que envolvem o território; o clima regional que modifica a paisagem em épocas do ano e faz com que o comportamento do sertanejo seja baseado nas estações do ano; vegetação e suas peculiaridades, riquezas da Caatinga e Cerrado; a geologia e geomorfologia, como riquezas naturais; a hidrografia do Rio Peruaçu, seus problemas e a relação dos moradores com a utilização e consumo da água; o quarto e penúltimo subtítulo “**O lugar do Parque**”, na perspectiva do lugar como topofilia (o lugar do sentimento) e a

chegada do parque como topofobia (o lugar do medo); e o último tema, que fecha o capítulo, “**O Desenvolvimento Social no Parque**”, mostra a concepção antes do parque e, agora, as perspectivas desenvolvimentistas com o parque principalmente o turismo.

No **Capítulo III – Conhecendo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC: O Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PARNA**, será identificado o papel do SNUC em primeiro momento e posteriormente os principais elementos do parque segundo o diagnóstico do Plano de Manejo.

No **Capítulo IV - Populações Tradicionais e Desenvolvimento Social: A Comunidade do Janelão no Vale do Peruaçu-**, serão discutidos as relações das populações tradicionais com as unidades de conservação e o desenvolvimento social, enfocando o turismo. Este capítulo será dividido em dois momentos distintos. O primeiro, sobre “**As Populações Tradicionais: Comunidade do Janelão no Vale do Peruaçu**”, mostrando suas peculiaridades sócio-ambientais e as relações de conflito com o Estado e com as mudanças em suas vidas; e o segundo momento, sobre do “**Turismo e Comunidade: por um Desenvolvimento Social**”, identificando possibilidades para o Turismo de Desenvolvimento Sustentável de Base Local.

As **Considerações Finais** do estudo trazem a apresentação de mudanças no SNUC como políticas públicas, propostas e medidas favoráveis a uma boa relação entre as comunidades e os Parques, empresas e Estado, e o turista, buscando criar um perspectiva de futuro a curto prazo, que favoreça o Desenvolvimento Social e melhore a qualidade de vida comum.

CAPÍTULO I

AS POLÍTICAS INTERNACIONAS E NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO

*“A mim mesmo eternamente, e de nada valeria
Acontecer de eu ser gente, e gente é outra alegria
Diferente das estrelas
Terra, terra,(...)”¹⁴.*

Caetano Veloso

Este capítulo aborda as principais políticas de conservação no âmbito mundial, nacional e local. Serão descritas as principais concepções de políticas públicas desde o século XVI, até o século XXI, identificando os encontros mundiais que tratam principalmente da conservação, em especial dos Parques, como áreas verdes protegidas ou Unidades de Conservação – UC.

1.1 Histórico das políticas públicas mundiais e a conservação

A relação sociedade e natureza, desde os primeiros séculos da era cristã, tem sido uma polêmica. A dependência do homem em relação ao meio natural, a partir de suas necessidades, vem modificando, nestes últimos 2.000 anos, a paisagem, a ponto de extinção de várias espécies da fauna e da flora. O crescimento populacional a partir da Revolução Industrial passou a ser um problema; desde então, a cada dia, o consumo dos recursos naturais vem aumentando de forma acelerada.

¹⁴Terra, Música e composição de Caetano Veloso.

É importante assinalar que o desenvolvimento das técnicas dos meios de produção também tem ampliado as formas de conservação dos recursos, mas ainda existe uma disparidade entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos no que tange a essas técnicas.

Para Bacon, o fim da ciência moderna era devolver o domínio do homem sobre a criação, que fora perdido com o pecado original. O animal domesticado era o símbolo da civilização ocidental, e se olhava com menosprezo para as filosofias orientais que pregavam uma relação harmoniosa com o mundo natural. (DIEGUES,2000:6)

Diante dos estragos do processo de industrialização e urbanização a partir da Revolução Industrial, mesmo no período aristocrático e posteriormente no Estado Liberal, os governos assumiram posturas que revelavam suas preocupações com o esgotamento dos recursos naturais. A conservação do meio ambiente como um todo passou a ser tratada por muitos governos. Hoje, o olhar do Estado sobre os impactos negativos vem apresentando avanços, porém, em alguns casos, o atraso das políticas ambientais é notório.

O discurso ambientalista aponta para um conjunto de mudanças institucionais e sociais necessárias para conter os efeitos ecodestrutivos da racionalidade econômica e assegurar um desenvolvimento sustentável. A sociedade capitalista gerou um processo de racionalização formal e instrumental crescente, que moldou os âmbitos da organização burocrática, os métodos científicos e os padrões tecnológicos, assim como os diversos órgãos do corpo social e os aparatos do Estado, penetrando na pele e na intimidade dos mundos de vida das pessoas. (LEFF, 2006:248)

A “ordem social” antropocêntrica se impôs sobre a “ordem natural”, que, em certa medida, era teocêntrica, pois os fatores naturais eram vistos como obra de Deus. A nova visão conduz, assim, no campo do direito, à Declaração dos Direitos Humanos de 1789, ao Código Napoleônico de 1804 e, por extensão, ao Código Civil, nos dias atuais. (FRANCO, 2001:25). Todo um campo do direito se interpôs na relação Homem X Natureza. Ao se tratar de política hodiernamente, faz-se necessário compreender como o Estado entende o Estado de Direito Ambiental e a Justiça Sócio-ambiental Democrática, o que pressupõe tomada de consciência global da crise ambiental. Hoje, as soluções para o Estado advêm da

responsabilidade entre os cidadãos agindo de forma participativa pelos ideais de preservação e conservação.

Com efeito, o Estado de Direito Ambiental traz consigo um típico direito pós-moderno, fruto da sociedade científico-técnico-industrial. Diversamente do que ocorre com os tradicionais direitos sociais, que visam compulsoriamente e positivamente a criar e realizar o que não existe (habitação, serviço de saúde), o Estado de Direito Ambiental tem por finalidade garantir o que já existe (bem ambiental), e recuperar o que deixou de existir (dano ambiental). O Estado de Direito Ambiental diz respeito a um perfil modificado de direito social, exigindo, fundamentalmente, ações de cidadania compartilhada entre Estado e cidadãos, utilizando mecanismos precaucionais, preventivos, de responsabilização, de preservação e reconstituição. (LEITE,2004:38-39)

Ao longo dos tempos, as maiores transformações do espaço aconteceram diretamente nas florestas, o denominado espaço natural ou primário. Além da caça e coleta, as florestas passaram a apresentar peculiaridades e funções diferentes. Com o advento do capitalismo as cidades foram criadas e os meios de produção foram modificados. A expressividade e velocidade dos acontecimentos em relação à modificação do meio de vida torna-se explícito no Ocidente, principalmente quanto à modificação da matéria-prima pela indústria. Mas, mesmo antes desse progresso da maquinofatura, o espaço, aqui identificado como a Europa já apresentava inúmeras alterações no meio físico e na ideologia, definindo funções e características aos espaços naturais. É na tentativa de buscar possíveis elementos que possam contribuir para a redução da derrubada de árvores e na perspectiva de criar uma ideologia da conservação do meio ambiente que se apresentam as primeiras leis.

Os esforços de Carlos I para restaurar as fronteiras da *Forest* foram baldados, e uma lei de 1641 reduziu a área sob jurisdição florestal à que existia em 1625 (e nem mesmo esta, caso nenhum tribunal florestal tivesse se reunido na localidade nos cinquenta anos anteriores). Em todo caso, a ineficaz administração da floresta jamais foi capaz de pôr cobro a boa parte das invasões ilegais por parte dos plebeus, que colocavam seus animais para pastarem e roubavam madeira. (THOMAS,1988:240)¹⁵

¹⁵George Hammersley, “The Revival of Forest Laws under Charles I”. *History*, XLV(1960). Cf. Christopher Taylor, *The Making of the English Landscape*. Dorset(1970), 132; *Agrarian History of England*, IV, 98

Alguns reis instituíam leis que criavam áreas de florestas para seu puro deleite e o da corte. Ter a sua própria área para a caça ou mesmo para contemplar a paisagem bucólica era um novo tipo de “modismo” que muitas pessoas da nobreza adotavam como privilégio ou ostentação. Alguns nobres tinham intenções em criar áreas onde se pudessem plantar novas árvores. Essas áreas eram proibidas aos plebeus. Assim:

O mesmo motivo contribui para a difusão dos Parques particulares de cervos, desde os primeiros tempos normandos. Nos mapas elisabetanos de Saxton há cerca de oitocentos deles; trata-se de um traço característico do panorama inglês, equipados, como eram, com paliçadas de carvalho, muitas vezes reforçadas por uma saliente plantação de grossas árvores. Tais Parques constituíam importante símbolo de posição social. (THOMAS, 1988:241)¹⁶

Além da posição social, “os Parques de cervos e as florestas reais produziram uma razão adicional e mais duradoura para a conservação de árvores, notadamente a crença de que a mata acrescentava beleza e dignidade ao cenário.” (THOMAS, 1988:241). Vários foram os naturalistas alemães, ingleses, franceses e dinamarqueses, que ao longo de suas vidas, estudaram o assunto e lutaram pela idéia de conservar a flora e fauna nos continentes por onde viajaram, tais como, Alfred Russel Wallace; Charles Darwin; Eschwegw; Spix; Martius; Saint Hilaire; Debret; Peter Lund e outros. De XVI a XIX foram os séculos de descobertas de espécies.

Na América do Norte, nunca houve vestígio nenhum de civilização antepassada grandiosa, como a asteca ou a maia, de que os americanos pudessem orgulhar-se. Daí eles voltarem-se para a admiração das grandiosas belezas naturais de seu país, tornando-a parte de sua cultura. Sua noção de natureza selvagem -wilderness- contrapõe-se à noção de natureza domesticada dos europeus, cuja cultura acham decadente. Essa noção de wilderness, no século XX, no entanto, está marcada pelo romantismo e pela valorização do belo e do estético que surge a idéia de paisagem na Europa do século XVIII. (DIEGUES, 2000:7)

Foi da América do Norte que se originou a idéia de conservação ambiental como conhecemos hoje. Para Marcondes (2005), em 1854 o governo dos Estados Unidos tentava

¹⁶Ver Evelyn Philip Shirley, some Account of English Deer Parks(1867); prince, Parks ind England; Maurice Beresford, History on the Ground (ed. 1971), cap.7; L.M. Cantor e J.Hatherly, “The Medieval Parks of England” Geography, 64(1979).

convencer o chefe indígena Seattle a vender suas terras para colonizá-las e, em troca, ofereceria outro território para alocar sua gente. Em resposta, o chefe indígena enviou uma carta muito respeitosa e um tanto desconcertante – mesmo para os nossos atuais padrões culturais – ao presidente Franklin Pierce. Este documento passa a ser considerado o primeiro manifesto público ambiental mundialmente conhecido. Nesse momento, o mundo assistia ao confronto de vida ou morte entre duas lógicas antagônicas: a do capital e a da tradição. Marx (apud PALMER,2006:122) escreve que:

A visão da natureza e que se chegou sob a dominação da propriedade privada e do dinheiro é um desprezo real pela natureza, bem como sua degradação. (... apud Thomas Munzer), e que todas as criaturas tenham-se transformado em propriedade, os peixes da água, os pássaros do ar, as plantas da terra; as criaturas também devem ser libertadas comenta.

Em 1866, o biólogo alemão Ernest Haeckel introduziu o conceito de Ecologia. Esse novo conceito fez com que se desenvolvessem novos estudos na área da Biologia e da biodiversidade, bem como integrou as funções naturais de forma sistêmica, o que permitiu o surgimento de novas abordagens no estudo das áreas naturais.

Proliferam, daí, outras iniciativas em prol do desenvolvimento de conservação no mundo. A proposta de conservação a partir da fundação de Parques desvinculava a relação homem - natureza em um mesmo território. Para Franco, a influência de John Muir notabiliza-se principalmente na criação dos primeiros Parques nacionais americanos, como, o de Yellowstone (1872), e o de Yosemite (1890), por cuja conservação ele sempre lutou, motivo pelo qual é hoje considerado o pai do movimento conservacionista americano.

“Juntamente com um grupo de ambientalistas, fundou uma entidade que existe até nossos dias, com sede em San Francisco, e que se dedica à proteção do meio ambiente e da vida selvagem, o Sierra Club (1892)”. (FRANCO, 2001:103) A criação de outros Parques pelo

mundo, no Canadá (1885), na Nova Zelândia (1894), na Austrália e na África do Sul (ambos em 1898), segundo VALLEJO¹⁷ seguiu o modelo de Yellowstone.

A criação de Yellowstone e de outros Parques mundo afora caracteriza também o início de uma fase em que o estado passa a ser o maior responsável pelo processo de implantação e gestão territorial das unidades de conservação, visando ao benefício público. Além de implementar mecanismos de criação (demarcação, desapropriações, indenizações, solução de questões fundiárias etc), tem que promover a gestão administrativa (destinação de verbas orçamentárias, contratação e treinamento de funcionários, edificações, infra-estrutura, fiscalização etc). Logo, passa a ser o grande agente interventor da organização territorial das unidades de conservação, planejando e regulando as atividades em seu interior. VALLAJO¹⁸

As primeiras áreas protegidas foram criadas na América do Sul, por iniciativa de um pequeno número de pessoas devotadas à conservação, como por exemplo Francisco P. Moreno, na Argentina, Henri Pitter, na Venezuela. Este último, para convencer políticos da necessidade de criar os primeiros Parques, não fez uso da apologia às belezas naturais do país. Justificou a necessidade de proteção às florestas de maneira prática, com o fim de evitar erosão, enchentes, variações externas de temperatura e ventos de alta velocidade, conceitos bastante modernos. (AMENDE & AMEND, 1995 apud MORSELLO, 2001:24)

Sob a concepção norte-americana, as populações consideradas tradicionais ou nativas não deveriam permanecer dentro da área estabelecida como Parque. De acordo com Diegues, “o parque nacional passou a representar um hipotético mundo natural primitivo. Uma natureza intocada, mesmo que grande parte dele já tenha sido manejado por “populações tradicionais durante gerações, criando paisagens mistas de florestas já transformadas e outras que raramente sofreram intervenções dessas mesmas populações”. DIEGUES, (2000:32).

Existe, ainda, no discurso ambientalista sobre conservação, a polêmica no que tange as populações e seus territórios. As controvérsias de opiniões sobre a natureza e o homem e seus reais papéis ou relações são comentadas por PALMER, (2006:101) quando ele escreve

¹⁷VALLEJO, Luis Renato. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8pdf

¹⁸VALLEJO, Luis Renato. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8pdf

sobre Ralph Waldo Emerson, outro ícone do ambientalismo conservacionista norte-americano, confrontado com as idéias de Stuart Mill:

Certa vez, Ralph Waldo Emerson anotou nos seus *Diários* a observação: “O direito é uma conformidade às leis da natureza, desde que estas estejam conhecidas da mente humana”,¹⁹ contra a qual se pode lançar a resposta de John Stuart Mill: “Conformidade à natureza não tem nenhuma ligação com o certo e o errado”²⁰. Mill é enfático sobre os humanos e suas realizações: “Todo elogio à civilização, ou à arte inventividade é depreciação igual da natureza”²¹. Emerson retruca, com característico vigor poético: “Nas suas gloriosas obras de arte, o Toque de Mestre vem da parte dela”²². Os dois se encontraram uma vez, o sábio transcendentalista da Nova Inglaterra e o Lógico britânico emoldurando as técnicas da ciência empírica, contemporâneos definindo os contrastes de sua época.

Outros grandes movimentos de conservação em prol da natureza tiveram destaques no século XX.²³ Na década de 60, a criação da IUCN e do World Wildlife Fund (WWF) coloca neste campo de conflito um grupo de cientistas preocupados com a devastação da natureza. O WWF tornou-se uma rede mundial não-governamental em prol da conservação da natureza. Sua atuação chega a 96 países e tem como missão a preservação da biodiversidade, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e o combate à poluição conforme MARCONDES, (2005:186). Instaura-se uma nova perspectiva para as unidades de conservação, que foi a da conservação²⁴ estimulando o uso racional de recursos naturais e o manejo de espécies.

De acordo com Barreto Filho em 1962 em Seattle aconteceu o I Congresso Mundial sobre Parques Nacionais, quando foram propostos os instrumentos para o planejamento das UC's; Destaca-se o zoneamento com a divisão dos Parques em zonas, definindo as

¹⁹ Collected Works, VOL.3,P.208.

²⁰ John Stuart Mill, "Nature", 1874, em Collected Works, vol.10, Toronto: University of Toronto Press, p.400,1963-77.

²¹ Ibid., p.381.

²² "NatureII", p.226.

²³ VALLEJO, Luis Renato. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8pdf

²⁴ Esclarecemos que a perspectiva conservacionista difere do preservacionismo, na medida em que envolve a possibilidade de manejo das espécies e do ambiente em geral, ao passo que o preservacionismo é mais protecionista. Por exemplo, o manejo reprodutivo de uma espécie ameaçada de extinção (conservação) pode recuperar sua densidade demográfica a ponto e salvá-la do extermínio, enquanto o simples isolamento (preservacionismo) poderia resultar também em seu desaparecimento.

atividades pertinentes e proibidas em cada uma delas²⁵. Outro momento importante para a conservação foi a reunião na Índia, em 1969, protagonizada pela União Internacional para Conservação da Natureza - IUCN-, e na qual os Parques Nacionais deveriam ser tipificados definindo no Plano de Manejo o seu uso: áreas intangíveis, de preservação e de visitação, entre outras especificações.

Em 1968 deu-se a criação do Clube de Roma, que permitiu a um grupo de cientistas lançar, em 1971 o relatório denominado “Limites do Crescimento”, segundo o qual o crescimento populacional estaria colocando em risco o equilíbrio dos recursos da natureza. Na década de 1970, vemos emergir novas posturas em relação ao meio ambiente. Em 1970, foi criado o “Dia da Terra”, quando o senador norte-americano Gaylord Nelson convocou o primeiro protesto nacional contra a poluição. Mais de 300.000 americanos participaram dessa manifestação. A comemoração rendeu inúmeras manchetes e destaques em veículos de comunicação, que proclamaram o advento do ambientalismo como uma questão pública mundial. É festejado no dia 22 de Abril de acordo com MARCONDES,(2005:187).

Em 1972, ocorre em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, que elaborou metas ambientais e sociais preocupando-se com os países em desenvolvimento, que, na perspectiva do “primeiro mundo”, cresciam sem controle populacional. A conferência é marcada pelo debate entre desenvolvimento e o meio ambiente, entre países desenvolvidos e “subdesenvolvidos”. Nascia o “ecodesenvolvimento”, que foi amplamente difundido por Sachs (1974). De acordo com Troppmair, em um trecho de um dos itens da Declaração dos Princípios sobre o Meio Ambiente aprovada pela Conferência da ONU em 1972, pode-se ler:

O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar conscientemente o patrimônio da flora e fauna e seus habitats, que se encontram atualmente em grave perigo devido à combinação de fatores adversos; conseqüentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico, deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e fauna. (1995:213)

²⁵Artigo mimeo; Populações Tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. FILHO, Henyo T. Barreto – Departamento de Antropologia – UNB.

Nesse mesmo ano, ocorre a 11ª Assembléia Geral da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN- no Canadá, e o II Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas em Yellowstone, nos Estados Unidos. A anexação do zoneamento ao conceito de Parque Nacional trouxe consigo o reconhecimento de que comunidades humanas com características culturais específicas faziam parte dos ecossistemas a serem protegidos, na figura das “zonas antropológicas.”²⁶

Em 1975, acontece, no Zaire, continente africano, a 12ª Assembléia da IUCN; e, em 1982, é realizado em Bali, na Indonésia, o III Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas.²⁷ Pode-se verificar que a partir de Estocolmo, o pensamento ambientalista no mundo começa a apresentar novos rumos, no que tange ao conservacionismo e a medidas mais eficazes para a resolução dos problemas causados à natureza.

Em 1983, foi criada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD -, que, em 1987, apresentou ao mundo um relatório intitulado *Our common future* - Nosso Futuro Comum -, ou Relatório Brudtland, registrando sucessos e falhas do desenvolvimento mundial. Nasce, nesse, relatório de forma oficial, o termo “Desenvolvimento Sustentável” comenta (FRANCO,2001). Em 1986, novamente no Canadá, em Ottawa, a IUCN realiza a conferência “Conservação e Desenvolvimento: Pondo em Prática a (Estratégia Mundial de conservação) *World Conservation Strategy*.

Vale destacar que durante o IV Congresso Internacional de Parques Nacionais (1986) foi divulgado que 86% dos Parques da América do sul eram ocupados por populações permanentes. Recomendou-se maior respeito pelas populações tradicionais possuidoras de um conhecimento secular sobre os ecossistemas onde vivem, rejeitando estratégias de reassentamento em outras áreas, sempre que possível, sua inserção na área do Parque a ser criada. VALLEJO²⁸

²⁶Artigo mimeo; Populações Tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. FILHO, Henyo T. Barreto – Departamento de Antropologia – UNB.

²⁷Artigo mimeo; Populações Tradicionais: Introdução à crítica da ecologia política de uma noção. FILHO, Henyo T. Barreto – Departamento de Antropologia – UNB.

²⁸ VALLEJO, Luis Renato. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. www.uff.br/geographia/rev_08/luiz8pdf

De acordo com Marcondes (2005), em 1991 foi implementado o fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) pelo Banco Mundial, pelo Programa de Desenvolvimento da Onu e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep). Em sua primeira década, o GEF arrecadou mais de 4,2 bilhões de dólares (mais de 11 milhões de dólares extras) para o desenvolvimento sustentável no mundo. Em 1992, acontece no Brasil na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ‘Cúpula da Terra’ ou simplesmente Rio/ECO-92. Foram elaborados os documentos: A Carta da Terra, documento oficial da RIO-92, três convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas), uma declaração de princípios e a Agenda 21 (base para que cada país elabore seu plano de preservação do meio ambiente). Dos 175 países signatários da Agenda 21, 168 confirmaram sua posição de respeitar a Convenção sobre Biodiversidade.

As organizações não-governamentais – ONG’s e outras organizações da sociedade civil se mostraram uma grande força dentro da conferência, mostrando a participação e organização civil pública dos cidadãos. No Ano de 1993 foi oficialmente criada a organização ao governamental Forest Stewardship Council (FSC) (Conselho de Manejo Florestal). Com sede no México.

Nós últimos quarenta anos do século XX, as políticas ambientais buscam aperfeiçoar e elaborar novas legislações que acompanham o desenvolvimento científico e as práticas de utilização dos recursos sobre a Terra. O planeta passa por grandes catástrofes ambientais. Muitas dessas grandes catástrofes são aceleradas devido à ação antrópica em prol do desenvolvimento a qualquer preço. Não só as florestas, mas também as águas, a fauna, os solos e minerais e o clima vêm sofrendo, de forma desordenada, um grande impacto degradante.

No final do século XX e início do XXI, aconteceram as conferências “Rio+5”, em 1997, na cidade o Rio de Janeiro e, em 2002, a “Rio+10”, na África do Sul, em Joanesburgo, denominada de Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Muitas conferências sobre o Clima também foram realizadas desde 1995 em Berlim, na Alemanha, até a de 2004 em Buenos Aires, na Argentina, sendo a mais polêmica a do Japão, em 1997, que

criou o protocolo de Kyoto, documento que implementa os mecanismos de desenvolvimento limpo e que não foi assinado pelos Estados Unidos.

Em 1977 Maathai fundou o Movimento Cinturão Verde para recompor a floresta em volta de comunidades rurais e, ao mesmo tempo, gerar empregos para as mulheres da comunidade. Sua premiação se deu em virtude de seu trabalho no combate à pobreza na África, bem como de sua tentativa de salvar savanas.

Com o intuito de uniformizar as ações que deveriam ser tomadas para a proteção do meio ambiente, a International Organization for Standardization (ISO) criou um sistema de normas que convencionou designar pelo código ISO 14000, cujo objetivo geral é fornecer assistência para as organizações na implementação ou aprimoramento de um sistema de gestão ambiental (SGA), consistente com a meta do “desenvolvimento sustentável.” (MARCONDES,2005:272).

Diante desse quadro ambiental nos últimos quatro séculos, conclui-se que o desenvolvimento gerado pelo processo técnico-científico tem seu custo elevado, pois muito se tem feito para mudar a realidade de uma cultura de consumo exagerado dos recursos naturais. Mesmo com as inúmeras mudanças promovidas na legislação, na tentativa de construção de uma consciência ampla para a humanização em prol da natureza, verifica-se que ainda se deve fazer muito e de forma mais acelerada, tendo em vista que a natureza tem “respondido” as nossas ações. As ecoalternativas de construção e reconstrução de materiais como a reciclagem; os programas de conservação; a educação ambiental como traço forte no sistema cultural; as políticas públicas se adaptando às realidades específicas e locais vêm formando um conjunto de ações que favorecem uma melhoria para a qualidade de vida.

1.2 - Histórico das Políticas Públicas Brasileiras e a Conservação

A história das políticas públicas no Brasil, desde o seu descobrimento em 1500, passa pelo processo de degradação da fauna e flora silvestre, sob a ação dos colonizadores europeus. Talvez tenha sido para a construção da cruz para a realização da primeira missa em terras nacionais a retirada da primeira árvore, de um processo cada vez mais acelerado que, posteriormente, levou à devastação da Mata Atlântica, em todo o litoral. A terra sempre foi

um motivo de guerras a começar pelo extermínio de nações indígenas. Sua posse gera polêmica até hoje. No início, envolvia os que ali viviam, os que chegaram e o Estado.

No Brasil, todos os conceitos de posse original e usufruto da Coroa e devolução potencial a esta adequavam-se aos propósitos da colonização. Os donatários, o governador e os conselhos municipais estavam, portanto, autorizados a emitir concessões de terra, meramente subordinadas à condição de ocupação efetiva. Pretendentes que alegassem serviços anteriores prestados à Coroa tinham preferência. Além disso, as sesmarias eram concedidas a ordens missionárias, visto que suas atividades eram consideradas úteis ao esforço colonizador. (DEAN, 1996:81)

A política do governo colonial em relação à produção de açúcar, a partir de 1681, tinha sido aparentemente conservacionista: nenhum engenho de açúcar podia ser construído a menos de meia légua (3,3 quilômetros) de outro, considerando que as reservas florestais de cada engenho tinham de ser grandes o bastante para garantir a lenha necessária aos processos de fervura e cristalização (DEAN,1996:189). Na fase colonial, as autoridades manifestavam vez ou outra algum interesse pela preservação do meio ambiente. Uma provisão de 17 de outubro de 1754 proibiu o corte, sem exame prévio, de todas as árvores produtoras de madeiras presentes em terras de uso exclusivo da Coroa, visando à preservação das espécies adequadas à construção naval (MARCONDES,2005:66).

Nos dois primeiros séculos de colonização, os costumes europeus eram exercidos em terras brasileiras. Os acontecimentos na Europa refletiam diretamente na colônia, o que não foi diferente em relação ao uso da terra, tanto no que tange à degradação quanto no que se refere à conservação. De 1795 a 1799, Rodrigo de Souza Coutinho emitiu uma série de ordens destinadas a preservar a madeira de valor naval: a autorização para cortar madeiras boas para a construção naval, denominadas como *pau real* ou *madeira de lei*, estava reservada aos governadores, que eram auxiliados por “juízes conservadores”, exclusivamente encarregados da fiscalização, regulamentação e autorização (DEAN, 1996:151).

O papel do Estado fica cada vez mais expressivo no que tange à conservação na natureza na época. Os Homens de Bem, como eram tratados homens públicos ou colonos instruídos, utilizavam de suas influências políticas para agilizar ações a favor de seus bens que

estavam relacionadas com a posse e uso das terras. As políticas de Souza Coutinho haviam sido delineadas em parte por Baltasar da Silva Lisboa, um juiz brasileiro que estudara ciências naturais em Coimbra e conhecia de perto as florestas do sul da Bahia. O ministro o designara juiz conservador daquela região em 1796. Extraordinariamente ativo e leal à Coroa, foi motivado por um compromisso com a conservação daquilo que ele chamava “este sublime celeiro da natureza” - conclui DEAN (1996:152).

Nem toda tentativa de luta pela conservação era vingada, conforme o mesmo autor. Os decretos reais de julho de 1809 e julho de 1810, oferecendo prêmios e isenções de impostos a pessoas que introduzissem plantas de valor econômico, não parecem ter atraído candidatos (DEAN, 1996:142). Este último ato decretado já mostrava o quanto o processo de conscientização e mudança de comportamentos culturais é lento e difícil de gerar resultados. A medida com efeitos dádivosos é modificada. Segundo Marcondes (2005:68), “o Código Criminal do Império, de 1830, previa penalidades de multa e prisão para o corte ilegal de madeiras”.

Desde o séc. XVII as autoridades coloniais, centradas no Rio de Janeiro, tomaram medidas eventuais para proteger a qualidade e a abundância das águas contra o uso predatório das nascentes e cursos dos rios. Mas coube ao príncipe regente Dom João editar, em 1817, as principais normas legais conservacionistas, lançando princípios que orientavam a política de defesa de mananciais durante mais de um século, no Brasil. (FRANCO,2001:127).

Em meio a toda essa efervescência, nasceu o Jardim Botânico que tinha como função abrigar todas as espécies que pudessem ser catalogadas de nossa flora exuberante. O Estado atribui funções e penalidades, mas nem sempre conseguia cumprir o seu papel de fiscalizador. Conforme DEAN (1996:165), “Todos os proprietários seriam obrigados a conservar um sexto de sua propriedade com cobertura florestal ou a replantá-la até esse montante, no caso de já haverem desmatado uma área maior. Essa obrigatoriedade era para os posseiros que ocupavam as terras devolutas.”

O autor complementa dizendo que: “A incapacidade do império de controlar as terras públicas – na verdade, sua inclinação a ser conivente com a expropriação privada sem custos algum para os expropriadores – foi uma das maiores causas do rápido

desmatamento” (DEAN,1996:166-7). O homem político José Bonifácio de Andrada e Silva “Em 1821 propôs que fosse criado no Brasil um setor administrativo específico para matas e bosques, que estivesse em igualdade de condições com os setores de obras públicas, mineração, agricultura e indústria, (MARCONDES, 2005:112). Outros vultos públicos tinham interesses na conservação de nossas florestas.

Dom Pedro II foi mais um dos grandes símbolos do envolvimento do Brasil na questão ambiental. Como já mencionado neste trabalho, é conhecido o exemplo histórico do imperador com relação ao reflorestamento de grandes extensões de Mata Atlântica que haviam sido devastadas para ceder espaços para as culturas de café, chá e cana. Em 1861 o esclarecido monarca deu-se conta dos danos e riscos e mandou plantar mais de 10.000 espécies nativas, pois tinha preocupação, entre outros assuntos, de proteger os mananciais que abasteciam a cidade do Rio de Janeiro. (MARCONDES, 2005:114)

André Rebouças apresentou, em 1876, a primeira proposta brasileira de criação de um parque nacional, que terminava com o impressionante tom de profecia: “A geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que reservar intactas, livres de ferro e fogo, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná.” (MARCONDES, 2005:117). De acordo com Dean:

Todo o plantio feito entre 1862 e 1892, quando a administração da floresta foi dividida por diversos órgãos pelo governo republicano e o reflorestamento parece ter sido encerrado, totalizava 127 mil árvores, cuja sobrevivência de longo prazo não foi registrada, embora uma publicação de 1890 indique que havia uma considerável destruição já nos três anos ²⁹entre a morte de Escragnoille e o retorno de Archer.³⁰ (DEAN, 1996:240).

No período político em que se encerrava o Império e se inicia a República, muitas ações eram criadas pelos governos. O Código Penal de 1890 estabeleceu, no artigo 141, a pena de prisão de uma a três anos e multa de 5% a 20% do dano causado, para o infrator que incendiasse plantações, colheitas, lenha cortada, pastos ou campos de fazenda de cultura, ou estabelecimentos de criação, matas ou florestas pertencentes a terceiros ou à nação.

²⁹Gastão d’Escragnoille, patricio francês que assumiu os cuidados de reflorestamento da Floresta da Tijuca e que lá residia.

³⁰Manuel Gomes Archer, administrou a floresta da Tijuca até 1873.

“Loefgren³¹ inspirou a comemoração do primeiro Dia da Árvore no Brasil, que ocorreu em Araras, em 1902, na presença do presidente e vice-presidente de estado,” (DEAN,1996:248).

Muitas outras iniciativas para a preservação começaram a emergir no berço da sociedade que vivia novos ares da política republicana. Além das políticas públicas que os Estado empregava, ressurgia a consolidação da nação, que demandava novos estudos sobre o território e seus recursos naturais. O meio técnico-científico tinha um vasto caminho a ser percorrido, pois eram inúmeras as possibilidades de estudos em várias áreas do conhecimento. Muitas expedições científicas vieram ao Brasil com esse intuito. Em seu trabalho destacavam-se estudos na Geologia e Mineralogia, na Biologia e Botânica, na Geografia e História. Em 1836, foi implantado pelo Império o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB -, sob o mecenato do próprio Imperador Dom Pedro II. A República reforçou essa tendência.

O cientista brasileiro Luís Felipe Gonzaga de Campos editou, em 1911, o livro *Mapa florestal do Brasil*, publicação que, como sugere o nome, é acompanhada de um mapa. A obra é o primeiro estudo abrangente feito no Brasil com descrição detalhada dos diferentes ecossistemas brasileiros, além do estágio de conservação de cada um deles. O trabalho apresenta ainda a intenção expressa de fornecer subsídios para que as autoridades brasileiras criassem Parques Nacionais. (MARCONDES, 2005:146)

O referido autor complementa dizendo que Torres³² foi talvez o primeiro a empregar o termo “conservação” no sentido que o mesmo adquiriu nos Estados Unidos. Incluiu-o em sua proposta de uma nova Constituição, publicada em 1913, na forma de uma cláusula para defesa do solo e recursos naturais do país. De acordo com Dean:

Os argumentos conservacionistas geralmente se baseavam em observações meramente impressionistas, contra as quais os adeptos do desenvolvimentismo opunham suas próprias observações impressionistas. A crença amplamente

³¹Albert Lofgren foi responsável pela difusão da necessidade de instituição no Brasil de um evento anual dedicado ao culto das árvores. Desde 1901 Lofgren fez propaganda em prol da introdução no Brasil desse evento, inspirado no “*Arbor Day*” norte-americano, escrevendo artigos em jornais paulistas sobre a importância e significação dessa comemoração (MARCONDES, 2005, 140).

³²Alberto Torres, ensaísta e pensador político influente na República.

sustentada de que a derrubada da floresta reduzira as chuvas, aumentara os extremos da temperatura e ampliara a estação seca passou a ser, dessa forma, objeto de extensa controvérsia. (DEAN, 1996:257).

(...)

A república tinha pouca inclinação a poupar recursos naturais. A proposta de Loefgren, em 1900, de um código federal de florestas continuava ignorada. [...]. A escassez de combustível durante a guerra concentrou temporariamente a atenção na política de conservação e, em 1920, o presidente Epitácio Pessoa, destacando ao Congresso que o Brasil era o único país de florestas sem um código florestal, pressionava pela criação de um Serviço Florestal Federal. (DEAN, 1996:272)

O Serviço Florestal foi criado em 1921 e desativado em 1959, quando foi sucedido pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DNNR), do Ministério da Agricultura, que atuou até 1967. O Serviço Florestal instituiu a primeira floresta nacional, a do Araripe-Apodi (MARCONDES, 2005:150). A partir da década de 30, o nacionalismo começou a afastar a classe média do liberalismo, e a classe operária do internacionalismo. Nessa atmosfera, os recursos naturais passavam a ser encarados como uma reserva coletiva a ser utilizada eficientemente em favor da nação. Acontecem no país, reuniões de envergadura maior, o que promove novos trabalho em prol da conservação.

A primeira reunião nacional sobre políticas de proteção ao ambiente natural – Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza – foi realizada em 1933, no Rio de Janeiro. [...]. Os subsídios levantados na conferência contribuíram para a elaboração do Código Florestal, em 1934, e influenciaram a lei destinada à proteção do patrimônio histórico e artístico, de 1937, que inclui, entre os bens protegidos, “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza. (MARCONDES, 2005:152)

Durante anos, grupos de estudos vinham esboçando um substitutivo para o Código Florestal de 1934. O principal problema em relação ao código, até hoje, é que há uma grande dificuldade em seu cumprimento. Nunca foram alocados recursos suficientes e, por muitos anos, sua aplicação era fiscalizada por voluntários, muitos dos quais em busca de propinas. (DEAN,1996:303). Nem sempre o Estado consegue de forma eficaz cumprir o seu papel, mas já se mostrava eficiente na ampliação de suas políticas legislativas de proteção de recursos naturais. Até esse momento, a preocupação não era propriamente ambientalista,

mas, sim, de proteção e controle de matérias-primas para a emergente industrialização do país.

Na década de 1930, foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, seguindo o modelo norte-americano: o Parque Nacional do Itatiaia, localizado entre os Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Foi a primeira área do país a se constituir oficialmente numa Unidade de Conservação, a fim de, com isso, preservar seu rico patrimônio biótico e geomorfológico. Essa UC foi criada pelo Decreto Federal nº 1.713, de 14 de junho de 1937. (CABRAL e SOUZA,2005:106). Após o período da Segunda Grande Guerra Mundial, o país não parou por aí.

A Constituição de 1946, que conduziu o Brasil ao regime democrático, se mostrou extremamente tênue no tocante ao assunto meio ambiente. Dispôs no artigo 5º, inciso XV, que a União é competente para legislar sobre riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, florestas, casa e pesca, e, no artigo 175, estabeleceu que obras monumentos e documentos de valos histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, ficavam sob a proteção do poder público. (MARCONDES, 2005:160)

Algumas organizações civis ambientalistas de base mais ampla também surgiram nesse período: em 1949, foi constituída a Campanha pela Proteção da Natureza, com uma diretoria composta de líderes de uma série de entidades profissionais e não-governamentais. Propondo-se a lutar pelo reflorestamento, defesa de habitats e preservação de espécies, ela transmitiu apelos radiofônicos³³ açucarados em favor do amor à natureza (DEAN, 1996:302).

No Brasil, são criadas, na década de 1950, associações pioneiras de proteção ambiental (consoante em 1931 a Sociedade de Amigos das Árvores). Em 1952, Wanderbilt Duarte de Barros³⁴ publicou o livro *Parques Nacionais do Brasil*, no qual fez um chamado a favor da natureza. Dois anos depois, William Alfredo Maia publicou o trabalho *O Brasil e suas florestas*, na Revista do Instituto Paulista de Geografia e História (MARCONDES, 2005:164).

³³Você ouve a terra tremer, coitadinha, em paroxismos de desolação? A árvore é a perfeição da forma consagrada ao reino vegetal! É a glória do sertão! É a companheira amiga, é a companheira amada.

³⁴Competente diretor do Parque Itatiaia, reivindicava para os Parques nacionais uma "importância pública elevada".

Em 1953, no Brasil inteiro, apenas 216 municípios haviam criado as comissões de consultoria florestal estipuladas. O Conselho Federal de Florestas, com poucas reservas para proteger e nenhuma polícia para aplicar a lei em propriedades privadas, continuava a se ocupar com a arborização do Rio de Janeiro.

A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza foi instituída em agosto de 1958, no Rio de Janeiro. Deve sua criação a “um grupo de idealistas resolvidos a fazer face ao crescente desafio que o uso descontrolado dos recursos naturais lançava à capacidade de planejamento e execução do nosso povo”. A preocupação era se antepor ao desenvolvimento a qualquer custo. (MARCONDES, 2005:167).

Na década de 1960, com o crescente processo de industrialização desenvolvimentista do país, aliado a política de interiorização e aberturas de fronteiras, a preocupação do governo é com as matérias-primas. Para Troppmair (1995), um marco na legislação ambiental foi a revisão do Novo Código Florestal, em 15 de novembro de 1965, no Governo Castelo Branco. “A lei protege as florestas reconhecidas de utilidade às terras que revestem e declara-as como bens de interesse comum a todos os habitantes do país”.

O Departamento de Recursos Naturais Renováveis foi criado em 1960 e extinto em 1967, quando foi sucedido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Entre 1960 e 1967, o DRNR criou oito Parques e a Floresta Nacional de Caxiuaná. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi instituído pelo Decreto-Lei nº 289, de 28 de Fevereiro de 1967, e teve como primeiro presidente o general Sílvio Pinto da Luz. Sua atribuição era “formular a política florestal, bem como orientar, coordenar, e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, proteção e a conservação dos recursos naturais renováveis ao desenvolvimento florestal do país, de conformidade com a legislação em vigor. (MARCONDES, 2005:173-4)

Com os novos movimentos sociais que emergiram no mundo após 1968, o Brasil atraiu os olhos do planeta para as nossas florestas. Na década de 70, passou a sofrer forte pressão internacional do movimento ambientalista e de organismos financeiros internacionais, por causa do acelerado ritmo de degradação de seu patrimônio natural. O mundo passa a compartilhar de forma mais eficiente, os seus ideais, tendo a comunicação e novas tecnologias de comunicação como um forte aliado nessa difusão. Acontecimentos positivos

ou negativos sobre comunidades e a natureza eram denunciados e repreendidos por grupos civis e governos.

O Brasil participa, em 1972, da Conferência de Estocolmo, apesar de não apresentar um pensamento único e coerente em defesa de seus próprios recursos. A crítica era sobre o desenvolvimento a qualquer custo independente da conservação do meio ambiente. A delegação brasileira, em pleno governo militar, protagonizou o debate em defesa da soberania nacional sobre a Amazônia e se opôs, também, a idéia de que a degradação era maior aqui e por nossa culpa. O Brasil, juntamente com o grupo de países não alinhados, naquele momento de Guerra Fria, apontou as responsabilidades do “Primeiro Mundo” diante dos problemas ambientais planetários.

Em 1975, Diogo de Figueiredo Moreira Neto escreveu o primeiro livro jurídico brasileiro sobre o assunto ambiental, denominado *Introdução ao direito ecológico e ao direito urbanístico brasileiro*. Em 1972, Sérgio Ferraz já havia utilizado a expressão “direito ecológico” no trabalho intitulado *Direito Ecológico, perspectivas e sugestões*. (MARCONDES, 2005:197).

Já na década de 1980, com o fim do Governo Militar, o país passou por um profundo movimento de democratização, em que a população e o governo se unem pela luta das eleições diretas, o que favorece o processo de democratização participativa. A posição antagônica contra o tecnicismo antes hegemônico nos processos de planejamento, voltou-se para o planejamento de políticas ambientais e de gestão participativa. Cresceu, no país, uma perspectiva sócio-ambiental.

A partir de meados dos anos 80, começou a surgir no Brasil um tipo de ambientalismo distinto do preservacionista, mais ligado às questões sociais. Esse novo movimento surgiu no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar e, conseqüentemente, caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza, que teve seu apogeu durante esse período. (DIEGUES, 2000:21).

O país participa em vários documentos internacionais relacionados com o desenvolvimento e a sustentabilidade. Em outubro de 1988, durante o governo José Sarney, foi promulgada a nova Constituição Federal. Foi um marco na democratização do país, contemplando

múltiplos interesses. Foi a primeira na história das normas constitucionais do Brasil a dedicar um capítulo inteiro para as questões ambientais. Sobre a conservação, diz a Constituição de 1988:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Visando regulamentar o artigo da Constituição acima e detalhar os princípios da conservação, no Brasil foi instituído o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC -, pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (que trataremos mais especificamente no terceiro capítulo do trabalho).

As unidades de conservação adicionadas nos anos 80 e início dos 90 eram uma miscelânea. Vinte classes diferentes de reservas criadas por uma multiplicidade de instrumentos legais – leis, decretos, decretos-lei, regulamentações, normas e outras – além de algumas unidades sem referência legal conhecida. A Lei de nº 7.735 , de 22 de fevereiro de 1989 extinguiu o IBDF e criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Com a criação do IBAMA, o governo apresenta uma nova reformulação nas políticas de fiscalização no país, melhorando o quadro a que se assistia no passado.

O combate à degradação tem grandes dificuldades num país continental. Os biomas brasileiros sofrem desmatamentos, queimadas, uso indiscriminado dos solos pela pastagem e agricultura que cresce em grande velocidade e quantidade. A Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Cerrado, O Complexo Pantanal são os mais afetados pela ação antrópica. A partir desses impactos muitas leis foram instituídas, algumas punitivas, outras educativas e

fiscalizadoras ou com regras e normas de condutas em relação ao meio ambiente. Algumas como as leis:

- Lei nº 6.803, de 2 de Julho de 1980 – dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.
- Lei nº 67 6.894, de 16 de dezembro de 1980 – dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura.
- Lei nº 6.902. de 27 de abril de 1981 – dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental.
- Decreto nº 86.028, de 27 de maio de 1981 – institui em todo o território nacional a Semana Nacional do Meio Ambiente.
- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – institui a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1989 – estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.
- Lei nº 7.876, de 13 de novembro de 1989 – institui o Dia Nacional da Conservação do Solo, a ser comemorado, em todo o país, no dia 15 de abril de cada ano.

Essas novas políticas ambientais trazem ao cenário novos objetos e instrumentos, como zoneamentos de áreas em cidades e parques; Estudo de Impacto Ambiental – EIA; Avaliação de Impacto Ambiental – AIA; Relatório de Impacto Ambiental – RIMA; Licenciamento Ambiental; Licença Prévia – LP; Licença de Instalação-LI; Licença Operação – LO; Planos de Manejo; ação civil pública; Termo de Ajuste de Conduta – TAC; Fundo Nacional do Meio Ambiente; Planos Diretores de cidades, e outros igualmente importantes e eficientes.

Oriunda de uma mensagem do poder Executivo, elaborada pela então Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA [criada em 1973 após Estocolmo], e amplamente discutida no Congresso Nacional, em 31 de outubro de 1981 foi sancionada a Lei nº 6.938, que estabeleceu a política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Constitui o sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, cujo órgão superior é o Conselho Nacional do meio Ambiente – CONAMA e institui o cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental. (MARCONDES, 2005:218)

Na última década do século XX, o país continua a participar de vários fóruns e conferências mundiais, inclusive sediando alguns deles. Os debates sobre clima, poluição; florestas, desenvolvimento sustentável, seqüestro de carbono, devastação e queimadas; direito ambiental; programas educacionais; bacias hidrográficas; revitalização; comitês de bacias; transposição de rios; desertificação; efeito estufa; buraco na camada de ozônio; ilha de calor; biopirataria; transgênicos; unidades de conservação; biodiversidade; extinção de espécies; ecotecnologias alternativas; agricultura alternativa; agronegócios; ciências e tecnologias; saneamento ambiental; organização não-governamental; os biomas em específico; ISO 14000; gerenciamento; populações tradicionais, turismo; desenvolvimento de base local sustentável e muitos outros temas relacionados ao Meio Ambiente foram intensamente discutidos.

Essa síntese cronológica tanto na visão internacional quanto na perspectiva nacional mostra os processos para que se atinjam, de forma satisfatória e democrática, os ideais do Estado e dos cidadãos na área ambiental. A cultura de um mundo com o desenvolvimento sustentável pode ainda demorar anos e não estreitar as relações entre homem e natureza, mas, cada vez mais, os debates se afirmam em grau de importância para todos. É nessa perspectiva ética e sustentável que busca-se construir uma análise sobre a administração do PARNA Cavernas do Peruaçu e suas comunidades do entorno.

CAPÍTULO II

O TERRITÓRIO DO PARQUE: CONHECENDO O OBJETO

“A natureza é bela porque é simples”

Lao Tzé³⁵

Este capítulo apresenta a análise do parque como objeto da pesquisa, tendo o olhar sintético da *história* da área estudada; a perspectiva do *território* dentro da visão fundiária e de posse das terras ; da *paisagem* a partir dos aspectos físicos, como o relevo, a vegetação, a fauna e hidrografia ; do *lugar* sobre a comunidade e o estrangeiro, e por último, do *desenvolvimento social*. A base de análise deste capítulo é o Relatório de Oficina de Planejamento³⁶ e as discussões do autor, como pesquisador do objeto.

2.1. Síntese Histórica

A região de Januária e Itacarambi, no Norte de Minas Gerais, às margens do Rio Peruaçu, não chamou a atenção do olhar local e dos estrangeiros até que “Em 1975, os trabalhos espeleológicos foram iniciados quando a Sociedade Excursionista e Espeleológica da Escola de Minas de Ouro Preto – SEE/UFOP - explorou as principais cavernas do Rio Peruaçu” (PILÓ e RUBBIOLI, 1989). Mas, desde 1939, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - já havia publicado *As grutas de Minas Gerais*, em que já se podia encontrar o rico acervo espeleológico e arqueológico da região. Em 1957, o geólogo

³⁵Tão Te King livro de filosofia oriental sobre o Taoísmo.

³⁶ Documento que faz parte dos estudos do Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Fiat Automóveis e a CSD-GEOOKLOCK – Geologia e Engenharia Ambiental Ltda (2003).

americano Jacques F. Robertson estudou sobre depósitos de chumbo e zinco, dando destaque às espetaculares dolinas³⁷ de colapso ao longo do Rio Peruaçu.

Outras universidades tanto nacionais quanto estrangeiras e instituições não governamentais que lidam com a exploração de cavernas como é o caso do Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas, (re) *descobrem* o Vale do Peruaçu e aí começam, de maneira mais sistemática os estudos nas áreas de Geologia, Arqueologia, Paleontologia, Espeleologia, Biologia, Antropologia e outras ciências naturais e humanas.

O que chamou a atenção dos pesquisadores, em meados dos anos 80, foi o nível de preservação do cenário local, a riqueza de sítios arqueológicos que registram o passado da História do Homem na Bacia Sanfranciscana e os estilos de tradições das pinturas rupestres³⁸. A densidade de cavidades naturais subterrâneas - as cavernas - foi outro aspecto relevante levantado, então.

Toda essa riqueza tem como pano de fundo o bioma do Cerrado com a Caatinga, caracterizando uma área ecótona. A hidrografia do Rio do Peruaçu, desde suas nascentes nas veredas, passando pelos maciços calcários do Relevo Cárstico³⁹ até sua foz no Rio São Francisco; assim como as comunidades locais que apresentam suas moradias em grandes fazendas e empresas com lavouras comerciais e as pequenas propriedades de produtores rurais que praticam a agricultura familiar e o extrativismo na região mostravam-se de grande interesse nas pesquisas. É importante ressaltar que há centenas de anos residem próximo a área os Índios Xakriabás, hoje “protegidos” na Reserva Indígena da FUNAI. Em algumas áreas na parte alta do curso do rio Peruaçu, a montante do parque apresenta terras devolutas, conforme consultas no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - ITER. Muitas são as terras sem registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Tendo toda essa riqueza ainda inexplorada, a área passou a ser impactada pela “invasão” em massa de curiosos, vândalos, moradores locais, estudiosos, cientistas e além de turistas, que traziam à região um impacto negativo no que tange à cultura e ao meio ambiente, o que

³⁷Depressão no Relevo Cárstico e apresenta-se de várias formas. GUERRA e BIGARELLA.

³⁸Pinturas nas paredes, realizadas por povos pré-indígenas com datação média de 12 mil anos, apresentam uma tradição denominada de São Francisco; em tupi-guarani são chamadas de *itacotiara*.

³⁹Relevo derivado de rochas solúveis e carbonatadas, esculpidas no calcário, como é o caso clássico.

passou a ocorrer num ritmo veloz, transformando toda a paisagem local. Em alguns casos havia total destruição, que superava a resiliência local, inviabilizando, em alguns casos, a reversão do quadro ambiental⁴⁰ negativo.

As cavernas foram depredadas, juntamente com os painéis de pinturas rupestres das lapas⁴¹. As trilhas eram abertas indiscriminadamente, sem critérios de conservação da fauna, flora e solo. Em feriados prolongados, o contingente de pessoas que transitavam na área do vale era tão grande, que grupos se encontravam nas principais cavernas e trilhas. O rio Peruaçu já sofria a montante do vale e em suas cabeceiras, a retirada de água por pivô central para a irrigação em grande escala. Além disso, recebia o lixo de vários grupos que visitavam a área e inconscientemente a degradavam. Muitos fazendeiros que já possuíam suas terras há dezenas de anos, tinham “conflitos” com grande parte dos visitantes, excetuando-se, alguns grupos de estudos de entidades de ensino superior e ONG’s⁴² que juntos trabalhavam para a preservação da região e conscientização da comunidade sobre a riqueza existente. Porém este número de “ativistas” era pequeno em relação a ação contrária.

Foi instituído, a partir do Decreto nº 98.182, de 26 setembro de 1989, a Área de Proteção Ambiental Cavernas do Peruaçu – APA-, com uma área de 115.236 hectares. Essa APA atinge os municípios de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi e Januária. A APA foi criada para proteger o patrimônio geológico e arqueológico - amostras representativas de Cerrado, floresta estacional e demais formas de vegetação natural existentes, ecótonos e entraves entre essas formações, a fauna, as paisagens, os recursos hídricos, e os demais atributos bióticos e abióticos da região. Essa unidade recebia o nome de Fazenda Retiro/Morro do Angu e, devido à concentração de cavernas, houve a mudança de nome.

⁴⁰ Caso exclusivo nas cavernas acontecia o roubo do espeleotema do tipo “Pérola” de Calcita ou descamamentos das pinturas.

⁴¹ Termo regional que pode ser denominado de abrigo, porém em outras regiões do país pode também referir-se a caverna.

⁴² Organização Não-Governamental, como é o caso do Espeleogrupo Peter Lund - EPL que nos anos de 1990 já formava dois outros grupos na região, sendo em Januária o Espeleogrupo Orientado e em Itacarambi o Espeleogrupo de Itacarambi que mais tarde ajudou na fundação do Stones Espeleogrupo no município de São João das Missões. O EPL, já trabalhava de forma intensa com a comunidade, exploradores locais e reivindicava melhores atuação do IBAMA. Muitos grupos como o Espeleogrupo Monte Sião, Gesmar, e outros, já atuavam na área do Parque, todos lutando por um meio ambiente melhor.

A criação da APA fez que a configuração da paisagem já começasse a se modificar. A ação da fiscalização com o rigor da legislação sobre essas áreas de conservação pelos órgãos ambientais, faz-se mais presente. A comunidade começa a ter outros “olhares” sobre a perspectiva de conservação de áreas legalmente protegidas. A comunidade científica que freqüentava a área, em caráter de urgência, começou a reivindicar maior proteção, fazer “pressão” política junto aos prefeitos locais e órgãos ambientais: estadual e federal. Esse movimento em prol da criação do parque pelo Decreto s/n.º (21/09/1999), teve seu conselho criado pela portaria nº 96, de 17 de dezembro de 2004 - publicado no diário oficial 20/12/2004 - seção 01. O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA-, é uma unidade de proteção integral, com área de 56.800 hectares, que abrange os municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões.

Para o efetivo funcionamento e uso público da área do parque deveria ser feito o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, como consta na legislação do SNUC. O Plano de Manejo foi realizado com recursos da Compensação Ambiental do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, atendendo ao disposto no Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços entre Fiat Automóveis S.A, CSD – GEOKLOCK Geologia e Engenharia Ambiental Ltda e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de 10 de setembro de 2002, sobre a prestação de serviços necessários para elaboração de Plano de Manejo e Zoneamento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PARNA.

O IBAMA, com o Plano de Manejo em mãos, vem realizando sucessivas reuniões do Conselho Consultivo, conforme legislação. O Conselho Consultivo é composto de instituições de ensino, empresas privadas, Organizações Não-Governamentais - ONG's, prefeituras e suas secretarias de Turismo, associações comunitárias, órgãos municipais, estaduais e federais e o próprio cidadão. Os problemas do parque e das áreas vizinhas são discutidos nessas reuniões.

Hoje o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PARNA é uma realidade. Sua riqueza natural deve ser conservada de forma sustentável para que a região, os municípios e as

comunidades vizinhas possam usufruir, hoje e no futuro, de seus recursos naturais para efetivo desenvolvimento social.

2.2. O Território do Parque

Para entendermos o meio geográfico em questão, devemos levar em consideração duas categorias geográficas relevantes neste estudo: o território e o lugar. O território antes do parque era a área de limite entre as fazendas, entre os acidentes geográficos, as cercas e cancelas. O poder territorial apresentava-se quando existia por parte de alóctones ameaças explícitas no domínio da terra. Consideradas as territorialidades numa perspectiva da Geografia da Percepção de Tuan, o lugar apresenta o sentido Topofílico: as pessoas que moram na comunidade do Janelão perfazem quase um século de permanência no local; a paisagem e o lugar representam para muitos o sentimento de pertencer. Com a chegada do Parque, o território do poder passa a ser uma ameaça às territorialidades locais. O lugar torna-se Topofóbico: o comportamento relativo ao sentimento passa a ser “agressivo” no que tange ao valor da terra; ocorre uma mercantilização da terra. A especulação imobiliária e fundiária acontece de forma mercantil, baseada nas leis de oferta e procura do mercado. A relação com o meio que era antes voltada a produção, hoje está em suspenso, quase que interrompida com o “fantasma-Parque” e suas interdições.

A criação da unidade de conservação de uso restritivo estabelece normas, como a saída do homem do meio. Essa visão norte-americana de *wilderness*, expandiu-se no mundo através do conceito de áreas protegidas sem moradores, o que causou, e causa inúmeros conflitos” (DIEGUES, 2000:8). Conforme (OLIVEIRA,1985:55):

a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

No contexto histórico sobre a criação de Unidades de Conservação – UC’s pode-se perceber que existe o interesse governamental de institucionalizar seu território incidindo

sobre ele regras restritivas baseadas nos princípios da conservação. Segundo OLIVEIRA, (1998:65), “a relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território, e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas da *autoctonia*.”. O território do parque é uma realidade, mas ainda existem críticas sobre a construção de não-lugares.

Uma política conservacionista equivocada que transforma esses lugares em não-lugares, com expulsão das populações tradicionais, pode estar abrindo espaço para que esses não-lugares se tornem o domínio de pesquisa das multinacionais ou de convênios entre entidades de pesquisa nacionais e internacionais *associeem de forma tão íntima a conservação da biodiversidade e as áreas protegidas vazias de seus habitantes tradicionais e de sua cultura.* (DIEGUES,2000:32)

É bem notório que o tamanho da área está relacionado com uma ampla biodiversidade preservada, mas também está relacionado diretamente com um problema maior de ações fundiárias com as populações nativas. A demarcação de terras de um parque, mesmo com o plano de manejo pronto, oferece instabilidade, o que gera ainda mais conflitos de opiniões divergentes de quem fica ou não na área em que reside. No contexto regional, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA - está inserido na grande bacia do rio São Francisco, em seu curso médio. Os municípios que fazem limite com o parque fazem parte do Polígono das Secas, área reconhecida pela legislação. O território do parque está sobreposto ao território da Área de Proteção Ambiental - APA. Este contexto pode ser mais bem entendido se nos apropriarmos do conceito de território segundo CORREA(1965):

Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente de alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação, por sua vez tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Nesse sentido, o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica⁴³. A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. [...] Apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.⁴⁴ (CORRÊA, 1996:251)

⁴³ Sobre o assunto consulte-se Peter Taylor, “Political Geography:World-Economy, Nation-State and Locality”, London, Longman, 1985.

⁴⁴ Consulte Walter Firey, *Sentimientos Y simbolismos como variables ecológicas*, publicado em 1945 e reproduzido em G.A. Theodorson, *Estudios de Ecología Humana*, Barcelona, Editora Labor, 2 volumes,

De acordo com SANTOS (1996:15-16), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. E completa, dizendo que o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Na leitura de ANDRADE (1996):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, que se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder de grandes empresas que estendem aos seus tentáculos por grandes partes territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE: 1996:213)

Este último autor escreve que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”. (ANDRADE,1996:214). Esse pensamento está totalmente relacionado ao objetivo deste trabalho, mas o autor também verifica o processo ao contrário. A afetação do parque apresenta a perspectiva de desterritorialização, assim, “dialeticamente, porém, a expansão do território, ao mesmo tempo que promovia a ampliação da territorialidade, provoca a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita”. (ANDRADE, 1996:214) A complexidade do debate sobre espaço, tendo o território como categoria, pode ser “sintetizada” com SANTOS (1996:18) dizendo que:

O resultado é a aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a enorme mobilidade atual das pessoas: aquela máxima do direito romano, *ubi pedis ibi pátria* (onde estão os pés aí está a pátria). Por isso também o direito local e o direito internacional estão-se transformando, para reconhecer naqueles que não nasceram num lugar o direito de também intervir na vida política desse lugar.

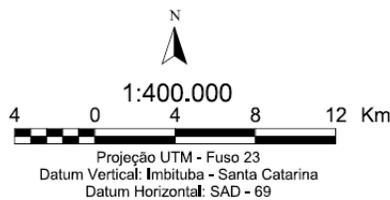
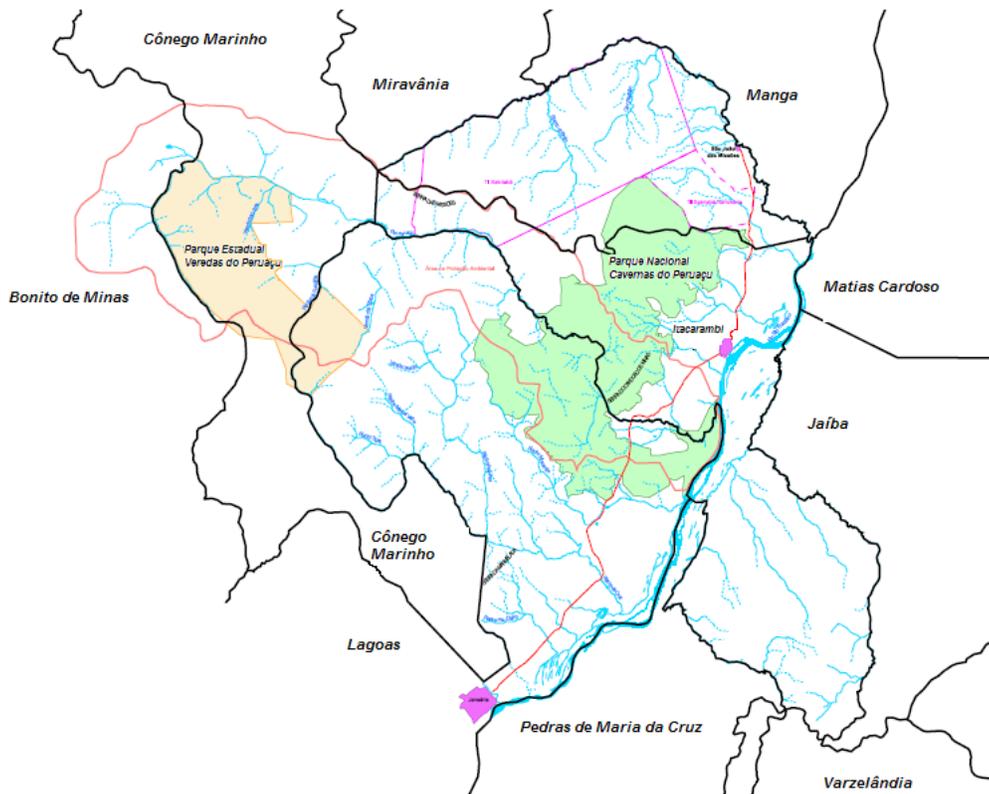
1974. Sobre os geógrafos humanistas veja-se, entre outros, Yi-Fu-Tuan, *Espaço e Lugar*, São Paulo, DIFEL, 1983, e o estudo de Werther Holzer, *A Geografia Humanista – Sua trajetória de 1950 a 1990*, dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, UFRJ, 1992, que analisa a natureza da produção geográfica humanista.

A superfície total da Zona de Amortecimento - ZA⁴⁵ do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu é de 228.017 hectares, sendo um perímetro de 660 km, tendo os seguintes municípios inseridos: Januária, Itacarambi, São João das Missões, Cônego Marinho e Bonito de Minas. Muitos são os problemas estabelecidos, como os limites do parque, que ainda não foram resolvidas totalmente. A demarcação das terras é polêmica, pois os limites não estão evidenciados e claros para muitos dos moradores.

A reclamação dos proprietários sobre os limites torna-se motivação para outros tipos de interesses: o do uso do solo; a situação da compra das terras não está resolvida totalmente; proprietários no interior do parque ainda não foram indenizados; existem restrições de uso aos proprietários, sem desapropriá-los; ocorre ocupação irregular incentivada pela Liga Camponesa. Há de invasão de terras dentro da área delimitada para o parque, e crescem os interesses financeiros pelas terras, ocorrendo uma especulação imobiliária que nem sempre acompanha o mercado vigente regional. Mesmo diante desses fatos, ainda é lento o processo de desapropriação.

Outro olhar sobre o território indica a existência de pontos positivos no processo de afetação dessa área. É excelente a localização geográfica, pois se apresenta na Bacia do São Francisco, próximo de centros urbanos, porém, a densidade de ocupação ainda é pequena. Esse elemento aponta para o potencial da área, para além da conservação, no que tange ao turismo e à educação ambiental.

⁴⁵ Os critérios utilizados para a delimitação da Zona de Amortecimento levaram em conta os preceitos estabelecidos na Lei nº 9985/2000 como “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, em o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (art.2º - XVIII) – Fonte de dados do Encarte 2 – Análise da Região do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PNCP.



Mapa 03 - PARNA e áreas limítrofes
Fonte: Plano de Manejo - PNCP

Assim, fica notório o quanto a história e as transformações do espaço territorial devem apresentar preocupações por parte do governo ao planejar suas políticas públicas, pensando em um território mais democrático. O parque apresenta-se como uma solução ambiental, mas abriga questões políticas, no que tange a sua territorialização, bastante complexa sob a perspectiva social. O mapa representa os diversos territórios.

2.3 A Paisagem do Parque

A paisagem como categoria do espaço geográfico para alguns autores, passa a ser pano de fundo, que se dá a partir de transformações por que passa. Para outros autores, a paisagem é a chave do que se vê, do que se retrata em primeiro instante. O Vale do Peruaçu apresenta ambas as perspectivas, o que evidencia o quanto é importante discutir o espaço local amplamente no que tange à paisagem. Geograficamente, BERTRAND (1971:2) entende que:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Diante da exposição considerada aqui, como ampla e bem definida do autor, podem-se verificar outras leituras da categoria que interessam ao objeto em questão.

A retórica da paisagem coloca em questão os processos pelos quais ela, enquanto texto é lida, seja pelo impacto objetivo de suas formas, seja por meio de figuras de linguagem nelas impressas. A paisagem tem uma textualidade e uma intertextualidade. [...] A cultura – e em seu interior a paisagem – é considerada como texto, segundo uma perspectiva oriunda da antropologia interpretativa de Clifford Geertz, inspirada no filósofo Paul Ricour. (CORREA e ROSENDAHL, 2004:10)

Considerando-se os estudos de populações tradicionais, a paisagem é uma construção material e simbólica. Apresenta uma interpretação própria das pessoas que residem no lugar, o que nem sempre é perceptível aos visitantes. “Paisagem e memória foi elaborado em torno de instantes de reconhecimento como esse, quando um lugar, de repente, expõe suas relações como uma visão antiga e peculiar da floresta, da montanha ou do rio.” (SCHAMA,1996:27). A paisagem do parque tem sofrido inúmeras alterações tanto pelas populações tradicionais, quanto por visitantes que nos últimos 15 anos passaram a freqüentar aquele território.

Existem algumas ameaças que são importantes mencionar, como os sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos, importantes elementos do contexto paisagístico. Muitos têm sofrido alterações nas pinturas, nos acessos e na vegetação que protege os painéis rupestres, além de desmanche de escavações. O ponto forte e expressivo da paisagem local é a apresentação cênica de beleza natural, a exuberância do cenário, a alta densidade de sítios, o valor histórico dos sítios que reconstituem a história da região, e estado de conservação das cavernas. Essas características dão à paisagem destaque e importância, tanto local quanto global. As características cênicas e naturais fazem desse sítio patrimônio a ser preservado. Daí a necessidade de descrevermos suas características relativas ao clima, a vegetação, a geologia e geomorfologia, a hidrografia, a fauna e flora da área.

2.3.1. O Clima

Existe o predomínio do clima regional, tropical semi-árido, como em todo o norte de Minas. São duas estações bem definidas entre a seca (no inverno) e a chuvosa (no verão), condicionadas pela dinâmica atmosférica. As temperaturas médias estão acima de 18° C. As amplitudes térmicas chegam a 8° C no inverno. A precipitação regional está registrada com índices inferiores a 1.200 mm/anual, raramente sendo maior. A umidade relativa do ar média apresenta-se entre 60 e 70%. O clima está associado ao uso e ocupação do solo, no que tange às culturas agrícolas, e influencia os costumes dos povos sertanejos que labutam com as intempéries, durante os anos de sua história, e com a vegetação.

Esta paisagem apresenta o cenário principal, pois as demais apresentam influências diretas e indiretas da leitura do Clima. O povo da região e da comunidade trata o Clima de forma peculiar, e apresenta a sua interpretação relacionada com o animismo, crenças e mitos. Nas águas ou nas cheias; “ô sequidão... ô quenturão”; a ventania; o corisco; “sol e chuva casamento da viúva”; truvuada; relampó; mormaço ou moumaço; sol rachando; calorão; tempo-bão; tempo-fresquim; chuvareu; nuviu-tudim; redimuim; e outras mais, como “não deixar deitar-se ao chão quando estiver chovendo e trovejando”. É assim que a gente do lugar trata o clima, impregnando a região desse vocabulário há anos, de geração a geração, configurando um linguajar sertanejo.

2.3.2. A Geologia e a Geomorfologia

A base geológica de toda a região iniciou-se estruturalmente no Pré-Cambriano, no Proterozóico Superior⁴⁶ com rochas graníticas antigas do escudo cristalino e, sobre elas, a formação do mar do Bambuí com composição de rochas carbonáticas, como o calcário, seguido posteriormente de sedimentos do Urucua com depósitos lateríticos e ferruginosos.⁴⁷ Essas formações estão relacionadas com as características dos solos do Cerrado,⁴⁸ exceto no baixo rio Peruaçu, em sua foz, onde se apresentam sedimentos aluvionares da planície do Rio São Francisco.

As altitudes variam de 830 m no planalto e compartimentos de cimeira⁴⁹ e cerca de 440 m no fundo do vale do Rio São Francisco, caracterizando o talvegue⁵⁰ da depressão. Inúmeros pacotes calcários estão expostos no médio curso Peruaçu, tendo suas nascentes nos chapadões sedimentares e, no baixo curso, a planície da margem esquerda do rio São Francisco. Essas formas caracterizam o relevo como médio ondulado. Além das veredas a montante, o carste⁵¹ é peculiar da região, com suas morfoesculturas em cânions, paredões, maciços, torres, cavernas, sumidouros, ressurgências, dolinas e lapiás.⁵²

⁴⁶ Escala da coluna Geológica, momento de formação de rochas cristalinas no Escudo Brasileiro.

⁴⁷ Material depositado em toda a área de drenagem da Bacia do Rio Urucua em sua formação.

⁴⁸ São solos profundos, como os latossolos vermelhos e amarelos, de certa maneira pobres em alguns minerais. Dicionário Geológico e geomorfológico de Antônio Teixeira Guerra.

⁴⁹ Áreas elevadas das chapadas e de recarga dos aquíferos locais.

⁵⁰ Ponto do fundo de vale.

⁵¹ Relevo de Rochas carbonáticas, solúveis, no Brasil apresenta-se basicamente em calcários.

⁵² Formas do endo, epi e exocarste.

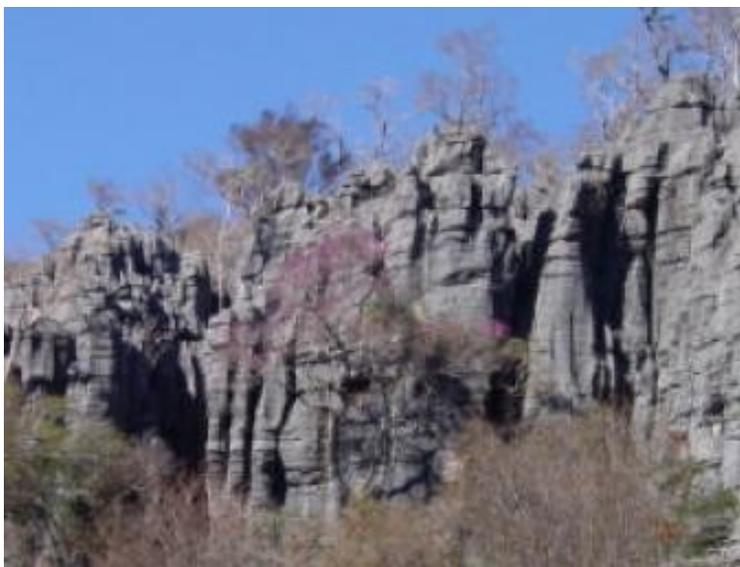


Figura 01
Maciço Calcário do Relevo Cárstico: paisagem comum no PNCP
Fonte: Plano de Manejo – PNCP

A paisagem das estruturas e formas de relevo são pouco notadas pelos que ali residem, mas existe uma relação cognitiva espacial para eles. O morro, a serra, a baixada, a várzea, a vereda, a chapada, na lapa, na caverna, na loca de onça, no Buraco dos Macacos (dolina), no Janelão (portal de entrada), Gruta do Rezar; painel de pinturas e lugar de onça morar; são expressões comuns no linguajar do sertanejo do local, mesmo quando dizem “aquela pedra”.

2.3.3. A Vegetação

A vegetação local, conforme a divisão fitogeográfica e domínio morfoclimático, apresenta-se na transição de dois biomas, Cerrado e Caatinga. As condições bióticas e abióticas regionais são marcantes no que tange à cobertura vegetal existente. O Cerrado apresenta-se em suas várias tipologias, tendo desde as Veredas, o Cerradão, Cerrado, com seus estratos arbóreos e fisionomias, chegando às Matas Ciliares ou de Galerias e Mata Seca. A Caatinga se entrelaça com o Cerrado, apresentando o Carrasco, a Caatinga propriamente dita e a

formação Residuais. A distribuição dessas coberturas apresenta-se na topografia da chapada, passando pelo vale do Rio Peruaçu, chegando à foz do Rio São Francisco.

Causam preocupação os pontos considerados críticos que afetam a vegetação, e estão relacionados com as queimadas. O extrativismo vegetal intenso nos limites do parque também preocupa. O parque pode ser transformado em uma “ilha” no contexto paisagístico entre outras unidades com conservação, caso não tenha um corredor natural para a manutenção da biodiversidade. A destruição da mata ciliar, o desmatamento, o corte ilegal de madeiras, a caça desenfreada e sem critérios das populações e indivíduos da fauna local são fatores impactantes desta UC. Os pontos fortes que qualificam a vegetação é sua alta variedade, sua biodiversidade rica, a conservação dos biomas do Cerrado, Caatinga e, principalmente, a existência de porções de ecossistemas endêmicos. Por último, os corredores entre as unidades de conservação do parque estadual do Instituto Estadual de Florestas - IEF, a APA e o PARNA - dão mais garantia à sustentabilidade dessa unidade, em termos da conservação da biodiversidade.

A vegetação, além de oferecer o recurso da planta, fruto, caule, tronco, casca, raiz, cipó, espinhos e a flor, está envoltivamente presente na vida da comunidade: a mata, o carrasco, o capim, o graveto, o capão, a forquilha, o sisco, a serrapilheria, a erva, o mato, a capoeira e o capoeirão, o pé-de-pau, o tronco torto, a folha larga, a casca grossa, o matagal, a mata ciliar, a mata beira-rio, o brejo e a várzea, as maliça, o espinho, a mata seca, a vereda, o buriti, o pequi, a mangaba, a palma, o barbatimão, a aroeira, o ipê, o pau-d’arco, a gameleira, o angico, o jatobá e outras inúmeras formas e identificações de expressar a paisagem vegetacional.

Aos poucos a população vem adequando suas formas de se relacionar com a vegetação, buscando seguir normatizações do IBAMA e ampliando sua própria consciência ambiental, o que favorece consideravelmente a conservação das espécies. Existe uma preocupação com a biopirataria, tendo em vista que o território já é visitado por estrangeiros e nem todos solicitam do órgãos competentes autorização para entrada e ou pesquisa. A população apresenta um certo grau de preocupação em relação a estas questões, pois seu patrimônio e sabedorias populares podem estar sendo “roubados” por “forasteiros”.

2.3.4. A Hidrografia

De acordo com GBPE (1999), no âmbito da bacia do Rio Peruaçu, o padrão de drenagem regional é retangular-dendrítico, nitidamente condicionado por fatores estruturais, segundo as direções principais de fraturamento da plataforma brasileira (NE/SW e SW/SE). A dinâmica hídrica, que inclui o rio Peruaçu como principal meio de descarga local, está atrelada aos condicionantes ambientais pertinentes ao ciclo hidrológico e ao controle estrutural por linhas de fraturas de direção preferencial NW-SE. A compreensão dos volumes que entram e saem do sistema favorece a avaliação de questões sobre as necessidades básicas para o consumo humano e animal, no que se refere ao uso racional dos recursos.

Muitos são os problemas na bacia, como o de assoreamento em partes do rio e nas cabeceiras a montante da comunidade. Temos na bacia, também, a redução do nível de água; a ausência de comitê de bacia; o barramento de alguns trechos do rio; as monoculturas nas nascentes, com a presença de pivô central apresentando o uso intensivo das tecnologias de irrigação; o uso de agrotóxicos; a falta de saneamento básico das populações ribeirinhas; o uso descontrolado dos mananciais. Os pontos fortes da bacia do Rio Peruaçu estão relacionados com a história, o uso da água para consumo humano; a aproximação com o rio São Francisco e o futuro com o turismo, devido a sua beleza cênica.

A água, sendo um bem natural, apresenta-se na vida da comunidade como o olho d'água, o sumidouro, a cabeceira, o braço do rio, a vazante, o brejo, a baixada, o alagadiço, a represa, o canal, a fonte, o caboclo d'água, o ribeirão, o peruaçu, o velho Chico, lá no rio, nas ilhas; nos poços; na cachoeira, e na cachoeirinha; no fundão; no rasilho; na beira d'água, o rio deu vau, na seca do ribeirão; na enchente, na lagoa, nos furados, na prainha, no córrego, e no correuzim, nas águas que lavam, na enxurrada da grotta, no leito, na turfa, na barrenta e na purinha e limpinha. O olhar do nativo estabelece inúmeras relações toponímicas com a paisagem hídrica local e regional. Além desse rico vocabulário, a água está relacionada com a religiosidade, apresentando-se como dádiva divina em momentos de farturas nas chuvas, ou de miséria, quando em escassez, no período de estiagem prolongada.

2.3.5. A Fauna

A riqueza da região está, também, em uma biodiversidade rica em várias espécies da fauna brasileira. Um dos vários motivos da criação da Unidade de Conservação está relacionada com a localização em criação de corredores ecológicos com outras Unidades de Conservação no Estado, como no caso do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e Área de Preservação Permanente, às margens do Rio São Francisco. Espécies da mastofauna como o Cahorro-do-mato-vinagre - *Speothos venaticus*; tatu-bola - *Tolypeutes tricinctus*; onça-pintada - *Panthera onça*; veado campeiro - *Ozotoceros bezoarticus* e vários outras são ameaçadas de extinção. Destaca-se também a avifauna, a ictiofauna, a herpetofauna e a entomofauna com espécies raras e muitas em extinção.

A relação dos moradores com as animais é simbólica, quando são mencionadas nos causos, nas poesias e músicas regionais, na caça, quando servem de alimento, e na concepção de poder (encorajamento) e no fracasso (o medo). Algumas poucas espécies são criadas nos quintais e representam uma relação de sentimento e de posse para os seus donos, tratadores e criadores.

2.4. O Lugar no Parque

O *locus*, o *sítio*; a *área core*, são expressões que definem a localização e, às vezes, a extensão de algum espaço geográfico. O debate sobre o lugar a partir da Escola Humanista Geográfica, tendo Yi-Fu-Tuan como um dos precursores do estudo dessa categoria, vem-se ampliando nas várias ciências. O parque, sendo um novo território, possivelmente um não-lugar⁵³, o que perfaz uma maior discussão sobre a temática. “A institucionalização social do espaço leva a traçar limites. Estes separam o selvagem, o natural, o humanizado e o habitado, a floresta e a charneca, o campo e a cidade, o sagrado e o profano. [...]. A imposição de limites conduz, necessariamente, a definir os lugares, os rituais e as modalidades de passagem entre os conjuntos instituídos,” (CLAVAL,2001:211).

⁵³ O termo “não-lugares” é utilizado por Marc Auge, (Ycarin Melgaço Barbosa) e outros autores como Stuart Hall que trabalham com a identidade e o território.

Nesse contexto, pode-se perceber que existem várias relações que envolvem o lugar em sua expressividade máxima, sendo atribuídos os valores individuais e coletivos. Esses valores dizem respeito à identidade do espaço e de quem vive nesse espaço. "O lugar aparece, então, como foco privilegiado para esses estudos, que incluem tanto evidenciar a identidade do lugar, como a identidade *com* o lugar". (CORREA e ROSENDAHL, 2004:10). Para muitos dos nativos, a migração de seu lugar é uma ruptura na vida, mesmo que a saída seja para a zona de amortecimento⁵⁴ do próprio parque. Isso significa que não é somente a distância que é levada em consideração e sim, todos os elementos culturais. "Eles não conseguem se enraizar ao território para construir suas identidades. Os não-lugares engendram sociedades em vias de construir desculturalização.". (CLAVAL,2001:318)

O pontos fracos que acontecem com a chegada do parque estão relacionados com a degradação do patrimônio; visitação irregular gerando depredação; visitantes clandestinos; turismo sem normas e organização; falta de controle também no turismo científico. Os pontos fortes do lugar estão relacionados com o cenário paisagístico, sua história; as representações culturais nos painéis rupestres; todo o conjunto sócio-ambiental *in loco*.

Termos como: lá em casa, na roça, na fazenda, na cancela, no rio, lá do outro lado de acolá, fica ali, é pertim, umas léguas, lá lonjão, vixi, não é perto não, di trás dos morros, do outro lado do rio, no cerrado, na chapada, na vereda, na ilha, na caverna, na lapa, na reserva, no capão e muitos outros fazem parte do dia-a-dia da comunidade e designa uma identidade do homem sertanejo com sua propriedade territorial.

⁵⁴ Zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, conforme inciso XVIII, artigo 2º, capítulo I do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC de 18 de Julho de 2000.

CAPITULO III

CONHECENDO O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – SNUC - E O PLANO DE MANEJO DO PARQUENACIONAL CAVERNAS DO PERUAÇU – PARNA

*Tentar sempre. Falhar sempre. Não importa.
Tentar de novo. Falhar de novo. Falhar melhor⁵⁵.
Samuel Beckett*

3.1 – Os critério de Criação das Unidades de Conservação - UC's

Uma Unidade de Conservação - UC não é criada de forma aleatória; existem vários elementos e requisitos que devem ser analisados. Segundo o Ministério do Meio Ambiente podem relacionar itens com informações desde a demanda local, estendendo-se e pela sociedade civil: aspectos bióticos e abióticos; diagnósticos técnicos; questão fundiária; mercado imobiliário; pareceres técnicos e jurídicos; levantamento de populações tradicionais. Todo esse conjunto de políticas públicas norteia, de forma legal, o campo das UC's.

Os participantes do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, reunidos em Curitiba, Paraná, em outubro de 2004, definiram ser importante: reafirmar o entendimento de que as unidades de Conservação de Proteção Integral são os espaços territoriais protegidos pelo Artigo 225, Inciso III, da Constituição Federal, cujo objetivo básico é a preservação da natureza⁵⁶. As definições e categorias apresentam um enorme leque. Os critérios de delimitação de áreas protegidas são os bióticos, abióticos e antrópicos. Existem critérios considerando a biogeografia, conservação genética das espécies, os ecossistemas e até mesmo aspectos políticos voltados para a questão do turismo. É claro que a definição de

⁵⁵Cruzando o Yukon: uma das mais difíceis aventuras do mundo. John Balzar, cap 7, pg. 127

⁵⁶Neste congresso foi criado o documento denominado de *Carta de Curitiba*.

um método e critério depende do objetivo a ser alcançado nos espaços territoriais protegidos. É importante ressaltar algumas definições e categorias no quadro abaixo criado pela União Internacional de Conservação da Natureza – UICN.

Definição, categorias e funções das áreas protegidas estabelecidas pela IUCN
Uma área protegida é uma porção de terra ou mar especialmente dedicada à proteção da diversidade biológica, recursos naturais e culturais associados a esta, e manejada segundo instrumentos legais e outros meios efetivos. A IUCN reconhece seis categorias de manejo:
CATEGORIA I Reserva natural Estrita/Área Silvestre Área protegida manejada especialmente para fins científicos ou proteção da vida silvestre
CATEGORIA II Parque Nacional Área protegida manejada especialmente para proteção de ecossistemas e recreação
CATEGORIA III Monumento Natural/Formação Natural Área protegida manejada especialmente para conservação de uma característica natural específica
CATEGORIA IV Área de Manejo de Espécies ou Hábitats Área protegida especialmente para a conservação através de intervenção ou manejo
CATEGORIA V Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida Área protegida especialmente para a conservação de paisagens e recreação
CATEGORIA VI Área Protegida de Manejo Recursos Área protegida para o uso sustentável dos recursos naturais

Tabela 01: Definição, categorias e funções das áreas protegidas estabelecidas pela IUCN
Fonte: IUCN (1994), citado por (MORSELLO, 2001:26)

Assim, cada país segue sua necessidade e interesse ideológico ou político. Alguns países apresentam as suas políticas públicas de conservação através de organismos tais como: Sistema Nacional de Parques (EUA); World Conservation Monitoring Center – WCMC (Alemanha, França Itália, Portugal, Reino Unido; África do Sul; Congo; Uganda); União Internacional de Conservação da Natureza – UICN (vários países, inclusive o Brasil); Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza – SNPRCN (Portugal); Administração de Parques Nacionais- APN (Argentina); Corporação Nacional Florestal – Conaf (Chile); Sistema Nacional de Áreas de Conservação – SINAC (Costa Rica); Lei Florestal e de Conservação de Áreas Naturais e Vida Selvagem (Equador); como no Brasil, o Peru apresenta o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC -, em um Plan

Maestro; e, por último, o Conselho Federal de Conservação dos Recursos Naturais – NRCC (Nigéria).

Conforme MORSELLO(2001:66), “existem três aspectos principais envolvidos na seleção de UC’s: ecológicos, econômicos e político-institucionais”. A princípio, dá-se destaque à conservação relacionada aos aspectos ecológicos que envolvam os níveis da biodiversidade. A delimitação da área é um problema, pois fica a incógnita de quais são as variáveis que devem ser seguidas para se definir o espaço territorial da unidade de conservação. Primeiro, Os critérios ecológicos são muitos, mas devem-se levar em conta os principais. Tomando como exemplo o parque, verifica-se que ele se apresenta em uma área ecótona entre os biomas do Cerrado e Caatinga, com seus vários subsistemas.

Os principais e mais eficientes elementos de seleção de áreas protegidas encontram-se nos documentos: *Teoria do Equilíbrio de Biogeografia Insular – TEBI* - que é a relação entre o número de espécies em relação ao espaço; *Dinâmica de Metapopulações*, que segue o mesmo princípio da TEBI; *Determinação do Tamanho Ideal em Unidades de Conservação*, pois, quanto maior a área, maior será a preservação e a forma da unidade de conservação, uma vez que pode servir de corredor ecológico entre outras áreas protegidas; *Cálculo a partir dos Requerimentos de uma Espécie*, que envolve a vulnerabilidade, extinção e espécie-chave ou topo da cadeia trófica; *População Mínima Viável*, que está relacionada à extinção por vários motivos. Por fim, podem-se identificar vários outros elementos e critérios para a seleção de unidade de conservação, como tamanho, forma, conexão entre outra unidade, quantidade de áreas protegidas em uma região, integridade biológica, isolamento ou barreiras entre elas, princípio de menor distância entre as áreas, manutenção da qualidade da água e, por último, as mudanças globais⁵⁷.

O segundo aspecto é o econômico, que está relacionado com o “valor” que se deve empregar aos recursos naturais. O debate permeia entre várias linhas de pensamentos, que, na, verdade vêm colaborar e ampliar a discussão. A polêmica se volta para os valores baixos que se atribuem aos produtos; a transferência de valores que se dá entre os grupos

⁵⁷Todos esses elementos de seleção de Unidade de Conservação, são explicitados em MORSELLO (2001:66-117) e criteriosamente debatidos.

sociais, do que coleta ao que empreende; a relação que existe entre uma área devidamente protegida com uma área agricultável, por exemplo; o valor do prejuízo que uma queimada ou desmatamento apresenta sobre as populações tradicionais; a relação custo-benefício em se criar uma unidade de conservação; o custo de espécies que são matéria-prima para a indústria farmacêutica ou que são alvo de biopirataria e até mesmo o valor sentimental que as pessoas apresentam por essas áreas. No que tange ao aspecto econômico, também se deve discutir a implantação das unidades que sejam públicas e as que sejam privadas e no caso da última, qual é de fato o seu real interesse em conservar a biodiversidade⁵⁸.

O último aspecto é o político-institucional, e envolve os dois anteriores. As políticas públicas são debatidas amplamente, porém a prática é bem complexa, desde a posição política e/ou científica em criar uma unidade de conservação, até a designação das verbas que envolvem essa implantação. Os interesses nacionais, regionais e locais são muitos. A terra, como recurso da biodiversidade, começa a gerar conflitos, pois envolve as populações locais-que “brigam” pela posse da terra em relação a seu uso e exploração -, as relações culturais e o futuro de suas gerações.

As relações entre a comunidade e as instituições governamentais que cuidam da instalação e gerenciamento do parque tornam-se às vezes “conflituosas”, pois manifestam-se interesses diferentes ao uso do território. E, mesmo que os interesses sejam compatíveis em algum instante é notória a necessidade de lutar pelo que é de direito democrático. A participação da população, segundo Pimbert & Pretyy, (1997), citado por MORSELLO, (2001:148), dá-se das seguintes formas: participação passiva; participação na transferência de informações; participação por consulta; participação por incentivos materiais; participação funcional; participação interativa; automobilização.

Além do governo, outras instituições são envolvidas e representam outros interesses, o que amplia a rede das políticas institucionais. São as Organizações Não-Governamentais – ONG’s -, empresas que estão envolvidas com o meio ambiente, entidades religiosas e filantrópicas, além de grandes instituições estrangeiras, como multinacionais. Assim,

⁵⁸Todos esses elementos de seleção de Unidade de Conservação, são explicitados em MORSELLO (2001:117-140) e criteriosamente debatidos.

Sarkar (2000) é convicto de que parques nacionais não funcionam sem o apoio local. No Brasil, é marcado por instituições públicas responsáveis pelo sistema de unidades de conservação, as quais disputam entre si atribuições, recursos orçamentários e reconhecimento na comunidade e na estrutura pública.(CABRAL e SOUZA, 2005:105).

As ONG's ambientalistas são responsáveis por um grande número de iniciativas na criação de reservas particulares, muitas das quais bem-sucedidas (MAURY, 1994 a). Funatura, Biodiversitas, SPVS, Fundação O Boticário, WWF – Fundo Mundial para a Natureza e IESB são organizações com maior atuação nessa área.”(HERMANN, 1997 apud MORSELLO,2001:53). Segundo os mesmos autores, existe um roteiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2001), que define as etapas do processo que orienta o poder público em suas decisões pela criação de uma unidade de conservação (área protegida). A identificação da demanda pela criação da unidade é dada pela: sociedade civil, comunidade científica, poder público etc., bem como laudo acerca dos fatores bióticos e abióticos da área, levantamento sócio-econômico, entre outros. (CABRAL e SOUZA,2005:23). Por fim, as áreas particulares podem servir para preencher o papel de corredores ou *stepping Stones* entre as reservas públicas. Os corredores são de suma importância para aumentar a taxa de migração entre as diferentes áreas, reduzindo os efeitos negativos do isolamento de subpopulações e o empobrecimento das variedades genéticas. (MORSELLO, 2001:28).

No modelo brasileiro, a conservação da biodiversidade não é o único objetivo de manejo das diferentes categorias de unidades de conservação. Há outros objetivos, como a proteção de bacias, de fontes d'água e de paisagens; o fomento da recreação e do turismo ao ar livre; a conservação de sítios históricos, arqueológicos e culturais etc., que são tão importantes quanto a conservação da biodiversidade. (CABRAL e SOUZA,2005:21)

Fica claro que o Estado, sendo responsável pela implantação de uma Unidade de Conservação, deve apresentar critérios de organização das mesmas pautado no planejamento, na legislação vigente; bem como a participação social numa concepção sustentável ambiental, social e econômica. O ato jurídico envolve, e deve envolver cada vez mais, muitos grupos sociais.

3.2 O SNUC e o Processo de Conservação

A apresentação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC -, como a principal e atual política brasileira de conservação, é importante, para que possa ser identificada e reconhecida alguma lacuna em sua estrutura ou mesmo buscar compreender qual a ideologia de conservação que esse documento estabelece. Com quase quatro séculos de luta pela conservação do meio ambiente, formulação de várias leis - punitivas, fiscalizatórias, de incentivos e educativas - , institui-se, através da regulamentação do artigo 225, incisos I,II,III e VII da Constituição Federal, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a Lei de nº 9.985, de 18 de julho de 2000. No artigo 225 – capítulo VI Do Meio Ambiente – da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 tem-se:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No parágrafo 1^a, inciso III diz: Definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

A lei do SNUC, regulamentadora da Constituição, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A lei tem sete capítulos e sessenta artigos. No Capítulo I, *Das Disposições Preliminares*, podem-se verificar as definições de unidade de conservação; conservação da natureza; diversidade biológica; recurso ambiental; preservação; proteção integral; conservação *in situ*; manejo; uso indireto; uso sustentável; extrativismo; recuperação; restauração; zoneamento; plano de manejo; zona de amortecimento e corredores ecológicos.

Essas novas terminologias apresentam-se como esclarecedoras da concepção de conservação voltada ao meio natural e contrárias às questões antrópicas. Algumas dessas definições são importantes de serem abordadas, como é o caso do Artigo 2º do inciso I, ao declarar que é:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sobre regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

É importante ressaltar que nessa definição não se inserem os aspectos antropológicos das comunidades que vivem “das” áreas. Sendo extenso e diversificado quanto à flora, fauna, recursos hídricos e outros, essas áreas apresentam a classificação que segue. No Capítulo III – *Das categorias*; Artigo 7º, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas; (adicionem os artigos 8º e 14º):

I – Unidades de Proteção Integral

- ⇒ Estação Ecológica
- ⇒ Reserva Biológica
- ⇒ Parque Nacional – *Objeto: Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (1999)*
- ⇒ Monumento Natural
- ⇒ Refúgio de Vida Silvestre;

II – Unidades de Uso Sustentável

- ⇒ Área de Proteção Ambiental – APA: *APA - Cavernas do Peruaçu (1989)*
- ⇒ Área de Relevante Interesse Ecológico;
- ⇒ Floresta Nacional;
- ⇒ Reserva Extrativista;
- ⇒ Reserva de Fauna;
- ⇒ Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- ⇒ Reserva particular do Patrimônio Natural – RPPN.

Verifica-se que as UC's, APA e PARNA constam das duas classificações: a de Unidade de Proteção Integral e a de Unidade de Uso Sustentável. Ainda no SNUC, Capítulo II, Artigo 3º, V, são definidos seus objetivos: promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento. É importante ressaltar que no

processo de desenvolvimento insere-se ação antrópica, o que difere do conceito explícito anteriormente. Nesse capítulo, aparece uma questão antrópica importante; que fazer em caso de haver na UC populações tradicionais?

No Capítulo II, artigo 4º, XIII, segue-se: proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, e promovendo-se social e economicamente. Aqui se verifica a presença das populações tradicionais como parte das UC's. Ressalte que temos dois casos distintos; um da PARNA, em que não se admite o domicílio das populações tradicionais no parque; e outro, da APA, que provavelmente irá receber as comunidades que terão de deixar a área do parque.

Sobre a questão antrópica encontra-se no Capítulo III, Artigo 11, parágrafo primeiro do SNUC: “O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”. No capítulo III, Artigo 15, consta:

A Área de Proteção Ambiental é uma área geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Segue-se no Capítulo VII, Artigo 42:

As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

Outra proposição do SNUC é a gestão integrada de unidades de conservação. Quando houver um conjunto de UC's, de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas públicas ou privadas, o SNUC considera que a gestão deve ocorrer de forma integrada e participativa, observando os objetivos de cada UC. Nesse

caso, o SNUC prevê regulamento específico em lei. (CABRAL e SOUZA,2005:35). Uma outra questão que se deve observar é a de que o SNUC não apresenta qualquer proposição sobre as cavernas - a questão espeleológica. Talvez tenham sido elas o principal motivo de se criar o Parque no Vale do Peruaçu.

As Cavernas efetivamente vieram a ser protegidas por meio do Decreto nº 99.556, de 1/10/1990, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais e subterrâneas existentes no território nacional. Entende-se como cavidade natural subterrânea todo e qualquer espaço subterrâneo penetrável pelo ser humano, como ou sem abertura identificada, popularmente conhecida como caverna, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que sua formação tenha ocorrido por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou do tipo de rocha encaixante.O SNUC é omissivo quanto a essas áreas protegidas. (CABRAL e SOUZA,2005:41).

É importante identificar as cavernas como um dos maiores patrimônios do Parque, juntamente com os sítios arqueológicos. Do ponto de vista histórico, as cavernas foram os abrigos de várias populações pré-indígenas, o que é comprovado pelos achados em estudos realizados não só na área espeleológica como também na paleontológica. A quantidade de cavernas que se concentram no Vale do Peruaçu só é comparada com a do Parque Nacional Turístico do Alto do Ribeira – PETAR - , uma unidade de conservação que se localiza no município de Iporanga – SP.

Verificando a evolução das políticas públicas em áreas protegidas, dar-se-á destaque ao SNUC como um documento legal bastante avançado nas questões biológicas, porém ainda necessitando de uma melhor revisão no que se refere às questões econômicas e sociais, principalmente. Se na elaboração e implantação de uma Unidade de Conservação existem os vários problemas já mencionados, verifica-se que, após o funcionamento, eles não se erradicam, ao contrário, ampliam-se e trazem inúmeras outras questões à tona para serem discutidas com o Estado gestor e a comunidade, as instituições e o usuário, principalmente com a chegada dos turistas. É bem verdade que um dos principais objetivos do parque é seu uso público, e isso deve ser cercado de cuidados. Estudos sobre os processos de criação de Unidades de Conservação realizados em vários Parques Nacionais, evidenciam que existem problemas comuns em todos eles. Verificando o quadro abaixo, constata-se que

existem ameaças em todo o processo. O Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA - , não é uma exceção; assim, cabe identificar como acontecem as ameaças para o uso público - que é o futuro do território citadas na tabela abaixo.

Tipo de ameaça	Porcentagem de parques que apresentam o problema (n=148)
Extração de recursos naturais do Parque	33,1%
Falta de pessoal qualificado	27,0%
Conflitos de propriedade da terra	21,6%
Exploração agropecuária	21,6%
Planejamento deficiente no manejo do Parque	20,3%
Ocupação ilegal	16,9%
Limites do parque inadequados ou mal definidos	16,2%
Falta de controle ou vigilância	16,2%
Queimadas	12,8%
Ocupação ilegal	12,2%
Falta de recurso financeiros	11,5%
Falta de instalações físicas e infra-estrutura	11,5%
Colonização nos arredores do parque	10,8%
Extração mineral e exploração de petróleo	10,1%
Pressão de turismo	8,8%
Poluição	6,1%
Falta de apoio político e institucional	6,1%
Organização supra-regional	5,4%
Atividades guerrilheiras e narcotráfico	4,7%
Introdução de espécies exóticas	2,7%

Tabela – 02: Principais problemas enfrentados pelos Parques da América do Sul
 Fonte: Transformado de AMEND & AMEND (1995), citado por (MORSELLO,2001:204)

Até 1997, o levantamento das ameaças as 679 unidades de diferentes categorias federais e estaduais produziu o resultado apresentado na tabela abaixo:

Ameaças	Existente	Sem Informação
Caça e pesca	32,1%	62,2%
Queimadas	26,7%	63,2%
Garimpagem	4,6%	60,2%
Mineração	6,2%	61,1%
Conflito com áreas indígenas	6,7%	58,4%
Conflitos com populações residentes	18,4%	62,9%
Exploração de madeira	18,4%	60,9%
Pressão de pólo de desenvolvimento	25,4%	60,5%
Atração de regime hídrico	20,8%	60,3%
Estradas	51,8%	42,4%

Tabela – 03: Principais ameaças às UC's brasileiras

Fonte: Transformado de Queiro et all. (1997), citado por (MORSELLO, 2001:271).

As ameaças explicitadas na tabela serão discutidas a seguir, relacionando com o objeto de estudo.

3.2.1 As Ameaças no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA

A caça e a pesca por serem uma atividades antigas, são consideradas um procedimento comum por todas as populações tradicionais, por tratar-se de um tipo de extrativismo voltado para as necessidades alimentares, fazendo, às vezes parte da cultura local, como é o presente caso. No que tange à caça, o problema é que as espécies comestíveis são as mesmas, o que poderá no futuro acarretar a extinção de algumas delas. A tradição de caça passa por várias gerações e torna-se, às vezes, motivo de orgulho entre os compadrios, como é o caso da comunidade em estudo. Quanto à pesca, na maioria das vezes, as comunidades respeitam o período da piracema, pois entendem o ciclo evolutivo das águas. No Peruaçu, em apenas alguns poucos casos existem registros de pesca predatória e clandestina.

As queimadas também se apresentam como uma atividade cultural, o que dificulta o trabalho de conscientização em relação à preservação. A agricultura, e principalmente, a pastagem estão diretamente relacionadas ao uso do fogo, porém esse uso torna-se indiscriminado em algumas vezes. Atualmente a infra-estrutura do parque já conta com uma Brigada de Incêndio, com a participação da comunidade. Os brigadistas fazem o trabalho de prevenção, no que se refere à conscientização dos fazendeiros que ainda residem no território; e de forma prática, através de aceiros e capinas, além do “ataque” ao fogo quando se inicia.

Os brigadistas são pessoas da comunidade que se tornam funcionários do IBAMA, o que melhora o nível de renda familiar local. Eles recebem capacitação periódica, além de estreitar as relações com a instituição. Na época das queimadas, o trabalho é árduo, e faltam pessoas para o combate direto; assim, muitos voluntários da comunidade, instituições e ONG's participam. Não se pode deixar de mencionar que a seca durante vários meses é uma ameaça constante. Um fato ocorrido na área do Parque no ano de 2006 foi uma infração de desmatamento que gerou a autuação pelo IBAMA. Essa infração gerou uma multa através do Termo de Ajuste de Conduta – TAC - que acarretou ao infrator o pagamento de multa, representando, assim, a ação educativa, conforme foi decidido em reunião do Conselho Consultivo a que a população local esteve presente. Imputou-se ao responsável pela infração, como pagamento, a compra de um rádio transmissor para as atividades de combate aos incêndios.

A garimpagem e a mineração são extrações que causam grande impacto. No caso do Parque, há alguns pontos de mineração que se exploram na região. Não existe garimpagem, mas o turismo predatório apresenta alguns casos de coletas de minerais⁵⁹ nas áreas dos sítios espeleológicos.

A Unidade de Conservação limita-se com uma Reserva Indígena dos Xakriabás. Não existe conflito de área indígena na área do Parque. Essa população talvez seja a mais antiga da região e sempre lutou pela posse de suas terras. Algumas cavidades naturais – cavernas que se limitam com as terras indígenas não são visitadas, tendo em vista a “proibição” pela

⁵⁹Existe furto de *Pérolas de Cavernas*, espeleotema de rara beleza. Sendo móvel, é de fácil coleta.

própria comunidade, pois entende que o sítio é um local sagrado. As terras que são utilizadas para a agricultura apresentam a queima e a coivara, que são manejos comuns dos povos e muitas vezes, aconteciam sem controle. Atualmente, com a participação da comunidade indígena no Conselho Consultivo do Parque, os debates e as conversas frequentes favorecem o estágio de conservação da área. O maior conflito de populações é relativo aos produtores rurais tradicionais, sobre os quais trataremos no próximo capítulo.

A exploração de madeira em toda a região vem sendo coibida pelos órgãos competentes, o que não é diferente no território do Parque. Já existe entre as comunidades uma maior compreensão entre o ato de desmatar, comercializar e utilizar o recurso natural como fonte de matéria-prima para instalações, por exemplo. Muitos dos fazendeiros que utilizavam da exploração clandestina já têm acesso aprimorando as relações mútuas aos órgãos que liberam o empreendimento com base na legislação vigente.

Essa Unidade de Conservação não sofre pressão de pólo de desenvolvimento. Porém, existe a necessidade emergente de que o Parque venha a contribuir de forma positiva para o desenvolvimento social, principalmente para os municípios que fazem parte dos limites do Parque Nacional. A pressão política que almeja o desenvolvimento a qualquer custo no que se refere às bases econômicas, já apresenta mudanças nas práticas ideológicas, através da implantação de programas de capacitação, empreendimento e levantamento das potencialidades culturais, que podem tornar-se fonte de renda para as famílias. O Desenvolvimento Turístico de Base Local deve ser a tônica para o desenvolvimento social sustentável.

A alteração do regime hídrico é uma preocupação de todos na região, porém ainda é grave a situação do Rio Peruaçu, pois suas nascentes encontram-se em veredas a montante do Parque Nacional, na Área de Proteção Ambiental – APA. Aí está uma vantagem, dentre outras de essa UC estar em meio a um mosaico de Unidades de Conservação.

As estradas são fontes de acesso de todas as comunidades. A construção de uma estrada apresenta inúmeros pontos positivos sociais e diversos negativos ambientais. Na atualidade, existe um conflito dentro do Parque, e o Conselho Consultivo, entende que a solução mais

coerente é a de que se deve providenciar uma Estrada Parque⁶⁰ com todo o rigor da legislação, para que ela ofereça o mínimo impacto ambiental e exerça a função social devida.



Figura 02
Estrada de acesso ao interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PCNP
Fonte: Plano de Manejo – PNCP

Por fim, é de suma importância mencionar que o quadro exposto não apresenta o turismo como uma ameaça. Essa questão ainda é muito polêmica, pois existem correntes de estudo do turismo que entendem a atividade como uma solução para as comunidades locais e outra que se refere a ele como um problema a longo prazo. O uso público de qualquer território é visto, por esta abordagem, como sendo, por si só, impactante. Entende-se que no PARNA do Peruaçu, em estudo, essas diferenças sejam minimizadas, pois o Plano de Manejo realizado apresenta sugestões e propostas de visitação baseado no modelo de desenvolvimento sustentável da área.

⁶⁰ Existem várias tipologias de Estradas Parques como: Parkroads; Parkways; Byways (estrada cênica); Highways e Greenways segundo McClelland (1998) em Building The National Parks: The Historic Landscape Design of the National Park.

3.3 – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PARNA

O Plano de Manejo é um importante instrumento de planejamento do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA -, cuja finalidade maior é orientar essa Unidade de Conservação para uma gestão e operacionalização mais eficiente, incluindo-se, aí, atividades de controle ambiental, ordenamento da visitação pública, indicações de manejo e controle ambiental, tais como sistema de combate e prevenção a incêndios, dentre outros⁶¹.

Conforme o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC - , Lei de nº 9.985 de 18 de julho de 2000, no Artigo 2º, inciso XVI, o Plano de Manejo “*é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade*” .

O documento apresenta etapas de elaboração e desenvolvimento de atividades. A primeira etapa do trabalho aconteceu em dezembro/2002, com reuniões entre os responsáveis pelo IBAMA, CSD GEOKLOCK e FIAT Automóveis S/A. Na segunda etapa, foram realizadas visitas por órgãos e instituições locais, regionais e estaduais, em fevereiro/2003. No terceiro momento, houve reuniões com a comunidade local, para a realização de oficinas diagnósticas, em fevereiro/2003. Iniciou-se em março/2003 a Avaliação Ecológica Rápida – ERA -, com estudos, físicos e sócio-ambientais. A quinta parte foi a geração documental de encartes, em janeiro/2004. No sexto momento, aconteceu novamente reunião entre os responsáveis pelo trabalho. Posteriormente, a terceira reunião técnica conclui os encartes, e, em abril de 2004, acontece a oitava etapa para, elaboração e revisão. No penúltimo momento, verificam-se os encartes 1 a 4, e, em maio/2005, acontece a entrega do Plano de Manejo.

- A estrutura do documento é composta da seguinte forma:
- Encarte 1 - Contextualização da Unidade de Conservação,
- Encarte 2 - Análise Regional;

⁶¹Parágrafo da apresentação do Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PNCP.

- Encarte 3 - Análise da Unidade de Conservação;
- Encarte 4 - Planejamento da Unidade de Conservação;
- Anexos de I a V com relatórios temáticos do meio físico; Avaliação Ecológica Rápida – AER; meio antrópico; Planejamento Participativo e Relatórios das oficinas.

O objetivo principal da Avaliação Ecológica Rápida - AER foi diagnosticar, por meio da seleção de sítios e pontos comuns de amostragem, o *status* ambiental da região de estudo, como base para o estabelecimento de áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - PNCP.

O Relatório da Oficina de Planejamento utilizou da metodologia da FOFA (pontos Fortes, Oportunidade, Fraqueza e Ameaças). A participação de vários órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, organização não-governamentais - ONG's - , associações e membros da comunidade proporcionaram a efetivação do trabalho. Foram identificados os pontos fortes e fracos do parque ,e posteriormente, as ameaças e oportunidades de análise do contexto nacional, estadual.

Em síntese, os pontos fortes são: o cenário, a biodiversidade, a nova gestão, o estado de conservação, a cultura local, o patrimônio arqueológico, o patrimônio espeleológico, os recursos hídricos, o conhecimento e as possibilidades de pesquisa, o potencial da área, a relevância, sua localização, a ocupação moderada, o desenvolvimento regional e o turismo.

Os pontos fracos são: a degradação, as atividades econômicas impactantes, depredação dos sítios, queimadas, destruição das matas, caça, visitação irregular, riscos de doenças, redução do volume de água do Rio Peruaçu, acesso de má qualidade, divulgação do parque junto à comunidade, pouca segurança, infra-estrutura inadequada, falta de pesquisas, monitoramento da área deficiente, inexistência de gestão eficiente, situação fundiária não resolvida totalmente e limites do parque não conhecidos.

Os pontos de ameaças são: retirada de materiais dos sítios, degradação com caça e pesca, especulação imobiliária, gestão indiferente aos comentários da população, falta de divulgação das cidades ao redor do Parque, pouco da população sobre o Parque, inércia no

controle de fiscalização, expectativas além das possibilidades com o Parque, área indígena, propriedades lindeiras, falta de trabalhos com educação ambiental, formação de “lobbies” políticos, desinformação sobre as pesquisas e degradação dos recursos hídricos.

Os pontos de oportunidades são: interesse em educação ambiental, projeto de certificação como Patrimônio da Humanidade (UNESCO), promoção através de congressos, ocupação regional dispersa, turismo, recursos hídricos, potencial de expansão da economia regional, interesse e preocupação da comunidade, quantidade de parcerias, possível formação de mosaico e corredor ecológico como outras unidades de conservação, instrumento de controle através da legislação, regularização fundiária em andamento.

A interpretação e análise que se faz da oficina é positiva, pois o processo foi ministrado de forma coerente e justa, obtendo a participação de todos, buscando equacionar os problemas com base na legislação e interesse de todas as classes que, na verdade, visam a um interesse comum, que é a preservação.

Foi feito um Relatório de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida – AER. A síntese abaixo enfoca os aspectos relevantes em cada conteúdo que diz respeito ao meio físico (climatologia, geologia, geomorfologia, hidrografia, hidrogeologia, solos e espeleologia); às avaliações ecológicas temáticas (vegetação, ictiofauna, herpetofauna, avifauna, mastofauna, limnologia, bioespeleologia, paleontologia, entomofauna e vetores de endemias), e ao meio antrópico (aspectos sócio-ambientais, aspectos legais, arqueologia, uso do solo e aspectos eco-turísticos). Os locais pré-estabelecidos para as pesquisas foram denominados de sites, sendo eles:

- Depressão do São Francisco;
- Vale dos Sonhos;
- Topo-cimeira;
- Campo de Lapiás;
- Mata Seca/Calcário;
- Chapadão; Vale Cárstico;
- Veredas; Fabião;

- Xacriabá.

Esses 10 sítios foram verificados em todos os tópicos citados. É importante salientar que a comunidade do Janelão encontra-se situada no Vale Cárstico, tendo acesso principal para o Fabião I. Os tópicos do Relatório de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida – ERA - são abaixo sintetizados. O meio físico, que apresenta o clima, a geologia, a geomorfologia, a hidrogeologia e os recursos hídricos já foi abordado no capítulo anterior. Então iniciar-se-á com o item Pedologia/Susceptibilidade.

3.3.1 - Pedologia/Susceptibilidade⁶²

O solo apresenta-se como sendo a base de vários recursos naturais. Clima, vegetação, hidrografia, geologia e relevo formam um sistema conjunto com o solo. As ações antrópicas ao longo dos anos transformam o solo através de processos erosivos, agricultura, desmatamento, queimadas, extração, deposição de detritos, barramentos de rios, vias de acesso, assoreamentos e outros diversos impactos. O solo é uma base ecológica complexa que compreende muitos elementos.

Sua preservação é de suma importância para a comunidade e futuros visitantes. Devido aos vários tipos de relevos apresentados na área do Parque, com suas respectivas coberturas vegetacionais, temos uma dezena de solos diferentes, passando pelo latossolo vermelho nas chapadas, os hidromórficos nas baixadas e veredas. No parque apresenta-se solos aluviais, areias quartzosas e litólicos. As comunidades tradicionais, apesar de realizarem suas atividades de exploração no solo, dão a ele uma importância divina, pois é dele que brota o alimento.

⁶²Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 3. Meio Físico/3.3 Pedologia/susceptibilidade – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.187-264.

3.3.2 - Espeleologia ⁶³

Os estudos de Espeleologia, juntamente com os de Arqueologia e Paleontologia, é que deram início à idéia de preservar e criar uma unidade de conservação na região. A concentração de cavernas e as tipologias do relevo cárstico existente no Vale do rio Peruaçu são peculiares em sua morfoestrutura e esculturação. Todo esse conjunto, associado aos biomas da caatinga e do cerrado, formam um grande complexo biótico. As atividades espeleológicas que poderão ser realizadas no parque caracterizarão o ecoturismo como o principal meio de renda das comunidades.

Os estudos do Plano de Manejo estão baseados no grau de fragilidade ou vulnerabilidade, no grau de risco ao visitante, no estado de conservação e nos atrativos de observação, além das trilhas de acesso, capacitação ambiental multidisciplinar. As principais cavernas do Vale foram estudadas; a Gruta do Janelão, Gruta dos Desenhos, Gruta Bonita, Gruta do Índio, Arco do André, Gruta dos Cascudos, Gruta dos Troncos, Gruta Caboclo, Gruta dos Cavalos, Gruta do Carlúcio e Gruta do Rezar; todas fazem parte dos roteiros de unidades de visitação.

Dentro do planejamento do Plano de Manejo, já acontece a capacitação de guias condutores com experiência multidisciplinar, tendo como base científica os estudos da Espeleologia. Na comunidade já se encontram pessoas altamente instruídas acerca da conservação e estudo da cavernas, pois, mesmo antes da concepção de criação do parque, já trabalhavam informalmente como guias da região, assim dominavam o conhecimento espacial, além de revelarem-se bons contribuidores da pesquisa e reveladores de saberes da cultura regional sertaneja.

⁶³Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 3. Meio Físico/3.4.Espeleologia – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.265-286.

3.3.3 - Caracterização da Cobertura Vegetacional Regional⁶⁴

A distribuição fito-geográfica está relacionada com o domínio morfo-climático dos dois grandes biomas da caatinga e do cerrado. A Floresta Estacional Decidual Montana, a Savana Arborizada apresentam inúmeros ecossistemas como a Caatinga (propriamente dita), o carrasco e as formações residuais. As espécies da caatinga apresentam características fisionômicas peculiares, como as plantas xéricas, garranchentas e espinhosas, suculentas, arbóreas e arbustivas e caducifólias. O carrasco é denso com aspecto arbustivo-arbóreo com poucos estratos herbáceos. As formações Residuais incluem as matas úmidas, matas ciliares ou galerias, matas secas, veredas, cerradão, cerrado, palmeiras e campos. O mosaico vegetacional formado está diretamente relacionado com o clima, o solo e a altitude.

Todas essas vegetações recebem pressão antrópica no que tange ao uso do solo para pastagens e agricultura, as queimadas e desmatamentos, os processos erosivos e o extrativismo com a caça e coleta, o que pode apresentar a extinção de algumas espécies. São notórias nas sedes das fazendas, espécies exóticas invasoras.

As espécies apresentam um valor na culinária e medicina popular. Medidas de conservação - como a implementação de um mosaico de unidade de conservação na região; práticas de gestão e administração; implantação do plano de manejo; manejo de pastagens e áreas para a agricultura; zoneamento (zona intangível, primitiva, de uso extensivo, de uso intensivo, histórico-cultural, de recuperação, de uso especial, de uso conflitante, de ocupação temporária, de amortecimento e zona de estratégicas) de uso e combate e prevenção a incêndio realizadas pela Brigada de Incêndio e através da educação ambiental com novos costumes e conscientização da comunidade estão mudando aos poucos a paisagem.

⁶⁴Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.1.Cobertura Vegetal – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.287-420.

3.3.4 - Mastofauna⁶⁵

Os biomas do cerrado e da caatinga apresentam, em sua zona de transição – ecótono - ,uma rica fauna silvestre de mamíferos (roedores, marsupiais, primatas e morcegos), ungulados, carnívoros, répteis, os quais sofrem diretamente com o impacto da economia, que com a criação de pastagens e áreas agricultáveis, promoveu áreas de isolamentos e até extinção de algumas espécies.

A rica fauna deve-se à diversidade de habitats que existem nos biomas e ecossistemas destes. O parque passa a ser uma área de grande importância nesse sentido, pois forma um mosaico com outras unidades de conservação regional, configurando corredores biotas em meio as áreas já devastadas há anos.

A exuberância da flora regional contribui para a riqueza da fauna , devido à diversidade de alimentos disponíveis para as espécies, apesar da degradação local. Espécies como anta, onça, sussuarana, jaguatirica, lobo-guará, queixada, capivara, lontra, cachorro e gato do mato, raposa, macaco como o mico e barbado, morcego, répteis, mocó, preá, ouriço-cacheiro, cotia, paca, saruê, guaxo, caetitu, coelho, tatu, tamanduá, jaritataca ou gambá, veado campeiro representam a fauna silvestre local. Muitas espécies são endêmicas, raras, ameaçadas e de especial interesse.

As populações silvestres sofrem também problemas com o tráfego de veículos, caça predatória, criações e domesticação de espécies e queimadas. O manejo de áreas vem favorecer as populações em seus nichos ecológicos, principalmente o zoneamento de áreas estratégicas.

⁶⁵Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.2.Mastofauna – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.421-491.

3.3.5 - Avifauna⁶⁶

Os domínios vegetacionais da caatinga e do cerrado propiciam a ocorrência de uma avifauna diversificada e exuberante. As florestas do espaço territorial do parque encontram, apresentando uma rica flora, que facilita alimentação e sobrevivência desses pássaros - espécies que vivem no chão, nas copas das árvores e no meio aquático, outras de hábitos noturnos ou diurnos, algumas autóctones e outras alóctones, e mesmo as que são migratórias, além das que são domesticadas. As aves são disseminadoras de sementes e fazem polinização em grande escala espacial.

A devastação antrópica tem influenciado no desaparecimento de algumas espécies. De um modo geral, as aves apresentam nomes que são regionalizados e nomes populares além de seu nome científico. A observação de seu comportamento se faz através de binóculos, gravação de sons, fotos, imagens aéreas, entrevistas com moradores e mesmo aprisionamento em alguns casos.

Espécies como soldadinho, pichito, pica-pau, sebinho, rolinha, pardal, garça, sabia, jandaia e piriquito, arara, pato e marreco, urubu, zabelê, tico-tico, perdiz, mergulhão, maria-faceira, socó, acauã, seriema, pomba, papa-capim, quero-quero, tesourinha, bem-te-vi, sanhaço, azulão, patativa, tiziu, curiango, joão-de-barro, pintassilgo, jacu, coleirinha, canário, frango-d'água, beija-flor, choca-do-nordeste, maria-preta, anu, bacurau-da-telha, limpa-folha-do-brejo, graveteiro, alma-de-gato, coruja, codorna, lambu, juriti, maria-branca, gavião-pega-macaco, cardeal, sofrê, tucano e vários outros, que são comuns à avifauna brasileira. Na atualidade, a fauna tem apresentado uma peculiaridade econômica, pois sua diversidade é uma atração para o turismo especializado de fotografia, e arte, para criadores e estudiosos, porém corre o risco da biopirataria, pois muitas espécies são consideradas animais exóticos.

⁶⁶Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.3. Avifauna – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.492-589.

3.3.6 - Herpetofauna⁶⁷

A herpetofauna inclui os grupos de anfíbios e répteis que são importantes para a manutenção de ecossistemas. Muitas espécies servem de bioindicadores da qualidade da flora e fauna regional. Ao mesmo tempo em que são consumidores de insetos, servem de presa para vertebrados, equilibrando a cadeia alimentar. Existem animais de hábitos noturnos e diurnos, que vivem em áreas “core” bem definidas, sendo aquáticas, sobre rochas e frestas, mesmo sobre a vegetação arbustiva e arbórea, troncos, serrapilheira, em locas e tocas, o que se pode denominar de *micro-habitats*: as serpentes – cobras, lagartos, sapos, pererecas, rã, salamandras, calangos, cágados e jabutis, jacarés, teiú, camaleões e outras raridades dessas espécies. Atualmente os anfíbios e répteis são animais que apresentam um enorme valor comercial para os grandes laboratórios farmacêuticos, o que faz da região um local de interesse também para o contrabando e remessas ilegais para o exterior, o que ainda, felizmente, não ocorreu.

3.3.7 - Ictiofauna⁶⁸

A principal bacia do parque é a do rio Peruaçu, que tem sua foz na margem direita do rio São Francisco. Na cabeceira do rio Peruaçu, as veredas apresentam-se como berços da flora e fauna íctia. Muitas lagoas que são formadas nas depressões e planícies apresentam também essa característica. O peixe sempre esteve, ao longo da história, presente na vida humana, como alimentação - o que não é diferente na região -, principalmente vinculada à economia local, dando emprego e renda às comunidades tradicionais. A sazonalidade entre o período seco e o das águas modifica toda a fisionomia aquática.

⁶⁷ Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.4. Herpetofauna – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.590-646.

⁶⁸ Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.5. Ictiofauna – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.647-742.

O trabalho de captura para estudo e identificação utilizou redes de malhas variadas, visitas noturnas e ajudas de pesquisadores profissionais da pesca. A ação antrópica através do desmatamento, queimadas, erosão, assoreamento, pesca predatória, uso indiscriminado da água para a irrigação e poluição das águas interfere direta e indiretamente na população de peixes.

A piracema na região é, de certa forma, bem respeitada, pois muitas famílias vivem dessa economia. Muitas espécies foram identificadas, como carpa, cascudo, lambari, piaba, piabanha, piauí, tambaqui, bagre, mandi, pirambeba, traíra, curimba, curimatã e outras diversas espécies, com ênfase para o bagre-cego, que é encontrado somente em ambiente cavernícolas, sendo ele um troglóbio.

Com o advento do parque, existe uma preocupação com o número de visitantes que estão utilizando em grande quantidade a água de superfície. A água, sendo um dos principais recursos naturais, tem uma grande importância para o meio biótico, abiótico e para as populações tradicionais que residem na região; por isso seu uso e manejo são essenciais para garantir a vida de todos e a conservação do parque.

3.3.8 - Entomofauna⁶⁹

A sistematização e caracterização da biogeografia da entomofauna é fundamental para o complemento da biodiversidade tropical. Espécies de borboletas, libélulas, abelhas, mariposas, formigas, vespas, cupins e outras espécies de insetos são de vital importância para a flora do cerrado e da caatinga. Se alguma área do parque é queimada e existir colônia de população de uma única espécie, vários hectares podem ficar sem polinização.

⁶⁹ Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.6. Entomofauna – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.743-835.

3.3.9 – Vetores de endemias⁷⁰

As doenças endêmicas sempre foram consideradas um problema para a saúde pública. Muitas doenças apresentam como vetores inúmeros animais que podem ser parasitas e incubadores ou transmissores. Esses animais são abundantes no meio tropical e nas condições ambientes que a região oferece, o que causa uma enorme proliferação de algumas espécies ápteras. Locais como cavernas, rios, matas ciliares, lagoas são ambientes de proliferação.

As zoonoses são doenças comuns a esse meio. Vetor de doença como o mosquito transmissor (*Lutzomyia*) apresenta densidade populacional intensa. São comuns na população ribeirinha e entre moradores em baixas condições de higienização ou mesmo no interior das matas, doenças como a leishmaniose tegumentar americana⁷¹ e visceral. A esquistossomose é uma doença conhecida desde a antiguidade e é causada por um verme pequeno, conhecido como *Shistosoma mansoni*, que tem a água como meio de transmissão e que, ao atingir a fase adulta, vive nos vasos sanguíneos do homem.

Para a conscientização da população no trato diário dessas enfermidades, são desenvolvidos trabalhos e campanhas educativas com a comunidade, alertando os moradores, através de semanas de debates e ações.

⁷⁰ Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.7. Vetores de Endemias. Entomofauna – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.835-874.

⁷¹ O autor dessa dissertação foi vítima da doença nos anos de 1992-3 quando freqüentava as cavernas da região. O medicamento indicado após a constatação de biopsia, foram em média 160 ampolas de vacina Glucantin que eram doadas pela Fundação Nacional de Saúde – FNS, tendo cada uma delas 5 ml, e que eram administradas por via muscular a cada 12 horas. No período do tratamento o autor voltou a freqüentar a região e realizava as suas próprias aplicações de injeções ou com ajuda de amigos. Outros dois amigos também foram contagiados, Jorge Luís do Espeleogruppo Peter Lund que também realizava varias incursões na região e o funcionário do IBAMA – Emerck.

3.3.10 – Bioespeleologia e Paleontologia⁷²

Numa avaliação paleontológica, foram realizadas, nas cavernas, prospecção, e foram investigados sinais e vestígios de materiais líticos, restos de fogueiras, pedaços de cerâmicas, ocorrência de fósseis, sondagem de materiais em escorrimentos, depósitos de materiais vegetais e, até mesmo, cadáveres. Destacam-se ossadas da megafauna pretérita, como de preguiças gigantes e outros, além de ossadas humanas, em alguns sítios.

Na bioespeleologia, a partir de coletas de algumas espécies, realizam-se as identificações, classificações taxonômicas, e classificação dos locais de ocorrência que podem ser incluídos ou excluídos dos roteiros de visita. O destaque é dado ao Bagre-cego *Trichomycterus itacarambiensis*, na Gruta Olhos d'água. O manejo dessas áreas deve ser rigoroso para que não ocorra degradação em alto nível de destruição.

3.3.11 - Limnologia⁷³

A avaliação do ambiente aquático, aconteceu no rio Peruaçu - principal rio da bacia - e em algumas lagoas, considerando: a qualidade da água em suas condições químicas, físicas, biológicas; o Índice de Qualidade da Água – IQA; a quantidade de sedimentos, percentual de matéria orgânica e grau de pureza, para uso previsto de abastecimento, recreação, manutenção da vida da macro e microfauna aquática; relação e preservação com as matas ciliares e, principalmente, o reconhecimento para o manejo das bacias hidrográficas. O sítio Fabião não abrange áreas do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, mas está inserido na Área de Proteção Ambiental - APA. O rio Peruaçu percorre esse sítio e sofre pressão antrópica significativa, tanto com a retirada de água em canais e barragens, como em forma

⁷²Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.8.Bioespeleologia e Paleontologia.– Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.875-1026

⁷³Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 4. Meio Biótico/4.9.Limnologia.– Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1027-1120

de aporte de efluentes domésticos. A relevância da conservação e recuperação desse trecho faz-se necessária para a melhoria da qualidade ambiental.

3.3.12 - Patrimônio Espeleológico

A riqueza espeleológica do parque é incalculável. O parque abriga aproximadamente 140 cavernas e 80 sítios arqueológicos. Foram feitas identificações de sítios com relevância nos atributos científico, ambiental, paisagístico, religioso e econômico. Após a descrição desses espaços cavernícolas, foi realizada a avaliação e previsão dos impactos nesses ambientes, seguindo os atributos como reflexo sobre o ambiente; seqüência; reversibilidade; periodicidade; temporalidade; abrangência espacial; magnitude dos acontecimentos que o turismo ou exploração podem gerar. A visitação em cavernas só pode ocorrer com guia e condutores especializados, e nas cavidades que estão inseridas no Plano de Manejo.

3.3.13 – Sócio-Economia⁷⁴

A questão sócio-econômica na área do parque segue a metodologia baseada no Roteiro Metodológico de Planejamento – Parques Nacionais Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, IBAMA (2002). É de interesse dar destaque aos Aspectos Jurídico-Legais como a questão da posse da terra e situação das famílias que habitam as dependências do Parque, a forma como pode ocorrer a captação de recursos, a regularização do parque através do documento do Plano de Manejo, a situação das populações tradicionais, a relação entre os moradores e os administradores do parque e outras causas polêmicas que emergem de todos os tipos de criação e instalação de uma Unidade de Conservação. O ato que cria a unidade de conservação deve mencionar suas denominações, área e categoria de

⁷⁴Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 5. Meio Antrópico/5.1 Socio Economia– Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1121-1228.

manejo, bem como seus objetivos, limites e órgão responsável por sua administração.⁷⁵ Quanto às desapropriações, deverão ser feitas nos termos do Artigo 5º, XXIV, da Constituição da República, e do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, que elenca, dentre os casos de utilidade Pública para fins de desapropriação:

a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos e característicos, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, podendo o poder expropriante imitir-se, desde logo, provisoriamente, na posse dos imóveis declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, se alegar urgência (Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, Artigo 15). (Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1143-4)⁷⁶

Além das dotações orçamentárias que lhes forem destinadas, as unidades de conservação, com exceção da Área de Proteção Ambiental e da Reserva Particular do Patrimônio Natural, poderão auferir receitas oriundas da exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais, ou da exploração de sua imagem, se prevista essa possibilidade no plano de manejo e mediante autorização do órgão gestor, ouvido o conselho da unidade de conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Artigo 33, c/c Decreto nº 4.340, de 22 de Agosto de 2.002, Artigo 26).⁷⁷

Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve ser elaborado no prazo de cinco anos, a partir da data de sua criação, sendo proibidas quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com o dito Plano de

⁷⁵5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1141

⁷⁶5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1143-4

⁷⁷ 5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1146

Manejo, seus objetivos e regulamentos (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Artigo 27, “caput” e parágrafo 3º)⁷⁸.

As populações tradicionais que, no momento da criação de uma unidade de conservação em que não seja permitida sua permanência, ali residam serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas, pelo Poder Público, em local e condições acordadas entre as partes. Essa realocação deve ser tratada como prioridade (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Artigo 42 “caput” e parágrafo 1º c/c Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, Artigo 36)⁷⁹.

Assim sendo, os usos ligados à habitação e à lavoura implicam a retirada da mata ciliar, substituída por construções e por culturas alimentares, e a retirada de água dos corpos d’água, constituindo ambos os usos, portanto, fontes de degradação do ambiente do parque.⁸⁰ Há, por último, por parte dos grupos domésticos do parque, a disposição indevida de resíduos sólidos e de efluentes líquidos, decorrentes das atividades domésticas, criatórias e agrícolas conduzidas nas cercanias das habitações.⁸¹

Fator importante a ser considerado nessas dificuldades das associações é a própria desconfiança em relação às autoridades (inclusive ambientais), que, em diversas situações, surge, quando as comunidades as procuram, e vice-versa. Essa desconfiança agrava-se com as dúvidas que têm surgido acerca do destino de cada um, em fase da implantação do parque.⁸²

A longo prazo, é possível que a inserção do parque em um ou mais circuito ou circuitos de turismo cultural e ecológico já esteja, de algum modo, frutificando, mas é mais do que duvidoso que essa atividade substitua integralmente as fazendas na geração de renda e

⁷⁸ 5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1148

⁷⁹ 5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1149.

⁸⁰ 5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1231.

⁸¹ 5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1232.

⁸² 5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1238.

empregos, até porque os recursos obtidas pelas unidades de conservação têm de ser aplicados na própria unidade que os gera ou recebe e nas restantes do sistema (v. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, Artigos 34,35e 6)⁸³

3.3.14 - Uso e Ocupação⁸⁴

A base cartográfica da região e o uso de imagens de satélites reuniram informações para a construção do mapeamento do uso e ocupação das áreas do parque e circunvizinhas. As diversas atividades como a pecuária e agricultura apresentam-se como destaque de ocupação das terras. A hidrografia, cobertura vegetal, solo e relevo exibem, em suas particularidades e escalas, inúmeras outras formas fisionômicas de construção da paisagem. A rede viária e rodoviária de acesso revestem-se de grande importância dentro da estrutura que o parque apresenta.

A localização de casas, fazendas, áreas rurais e urbanas, monoculturas perfazem também todo esse mapeamento. Em muitas áreas do parque e da Área de Proteção Ambiental – APA - apresentam-se conflitos sobre os limites e posse de terras, e o mapeamento é base para a interpretação e divisão dessas áreas. Em relação à exploração, no que tange aos impactos ambientais, como desmatamento e queimadas, erosão, assoreamento, é possível interpretar e diagnosticar essas áreas. O aprimoramento de técnicas de mapeamento vem subsidiar os estudos no que se refere ao uso e ocupação do solo, principalmente na avaliação do Plano de Manejo do Parque.

⁸³ 5. Meio Antrópico – Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (ERA) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1243.

⁸⁴ Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 5. Meio Antrópico/5.2 Uso e Ocupação– Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1129-1304

3.3.15 - Arqueologia⁸⁵

A arqueologia da região da Grande Depressão do rio São Francisco é ponto forte para estudos científicos, turismo e apreciação da paisagem, além de ser berço de uma cultura com peculiaridades e beleza raras. O parque tem 80 sítios arqueológicos. Vários painéis rupestres, lapas e abrigos, cavernas, sítios com escavações fazem do cenário um dos maiores ambientes que apresentam conjuntos representativos de resquícios milenares, em todo o mundo. Além da diversidade de pinturas antropomórficas, zoomórficas, geométricas, de caça e de representações temporais, os painéis apresentam picoteamentos, registros de fogueiras, cerâmica e materiais líticos. As cores das pinturas estão totalmente vinculadas aos recursos do meio, como os solos, os minerais e as vegetações.



Figura 03 – Painéis de Pinturas Rupestres
Fonte: Plano de Manejo – PNCP

A remontagem da pré-história de Minas Gerais apresenta capítulos no Vale do Peruaçu. A ocupação local apresenta datas de 12 mil anos; o clima era agressivo no que tange às

⁸⁵ Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 5. Meio Antrópico/5.3 Arqueologia– Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1304-1397.

chuvas; a alimentação era à base da coleta e caça, e havia pequenos cultivos. Deve-se dar destaque a sítios do Boquete, Malhador, Caboclo, Índios e Bichos. Painéis que se destacam em cores e diversidades são os do Janelão, Índios, Rezar, Caboclo e outros. Nos últimos 30 anos de estudos arqueológicos muitas descobertas foram realizadas, mas houve também muita depredação por parte, sobretudo de vândalos. O Parque Cavernas do Peruaçu pode seguir o modelo de turismo empregado nos Sítios Arqueológicos do Boqueirão da Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. Lá, a professora Niéde Guidon apresenta um trabalho relevante, pois consegue agregar ainda mais valores ao turismo; ela trabalha o Turismo de Desenvolvimento de Base Local incluindo toda a comunidade, que passa a valorizar o meio ambiente e obter sua renda familiar.

3.3.16 - Ecoturismo⁸⁶

O Ecoturismo é uma modalidade do turismo que está diretamente relacionado com a natureza. Os princípios do ecoturismo estão pautados pela sustentabilidade no que tange ao aspecto ambiental, social e econômico. A participação e a conscientização das populações locais para desenvolver o turismo integrado de base local é o ponto chave para a atividade.

O Plano Nacional do Turismo apresenta vários requisitos que trazem destaque ao Ecoturismo. O Ecoturismo em Unidade de Conservação deve seguir o Plano de Manejo, visando às populações tradicionais que irão absorver os impactos negativos e positivos da atividade. O cotidiano de uma população apresenta características culturais que a diferem de toda a organização e planejamento. Assim torna-se difícil e demanda tempo para a comunidade assimilar as novas condições sócio-ambientais. O envolvimento das comunidades deve ser através do voluntariado, da participação e gestão democrática, congregando-se em parcerias que promovam e empreendam a renda e o Desenvolvimento

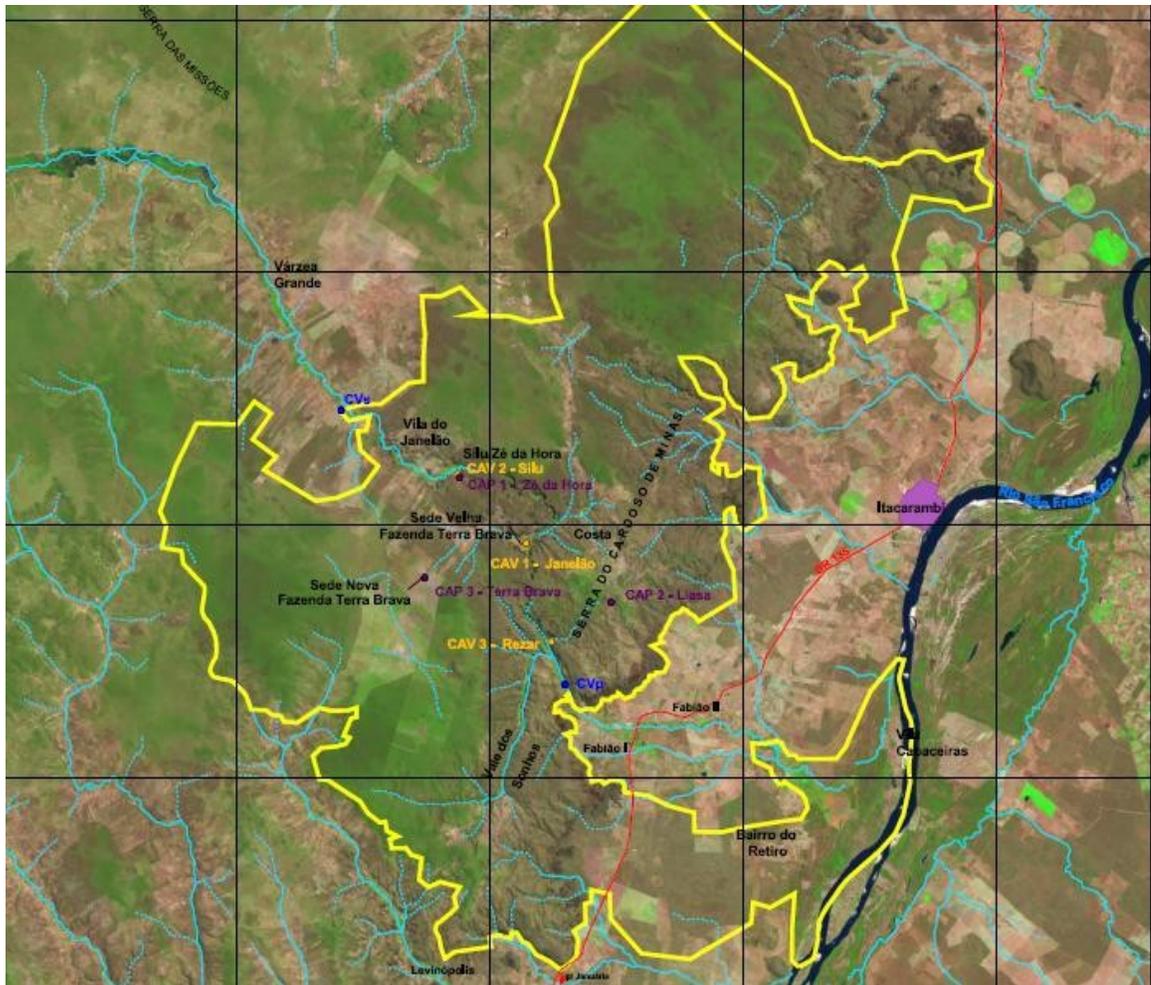
⁸⁶ Síntese interpretativa realizada pelo autor do item 5. Meio Antrópico/5.3 Arqueologia– Relatórios de Pesquisa das Campanhas de Avaliação Ecológica Rápida (AER) – Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – MG Novembro/2003. p.1409-1515

Local Integrado Sustentável – DLIS - , baseando-se sempre no Desenvolvimento Social para uma melhor qualidade de vida. São exemplo disso diversas associações de moradores que promovem a Festa da Manga; e a organização não-governamental – “Guardiões do Peruaçu”, que já ajuda na conscientização local e de várias parcerias com o IBAMA, Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE - e outras entidades que envolvam o terceiro setor.

As cavernas, sítios arqueológicos e paleontológicos na Unidade de Conservação são os atrativos e produtos que mais chamam a atenção dos visitantes. Assim o trabalho com os funcionários, que, *a priori*, são pessoas da comunidade, deve apresentar peculiaridades quanto ao universo científico dos estudos de conservação e preservação dos sítios. Nesses espaços, pode haver inúmeras atividades como as de lazer, contemplação, estudos histórico-científicos, e abranger uma perspectiva multidisciplinar do objeto visitado. A ênfase e atração dos locais para as atividades de esportes radicais devem preceder um trabalho com capacitação em técnicas de segurança e regras de visitação. As alternativas de roteiros de visitação na Unidade de Conservação irão seguir as determinações do plano de manejo, tendo um Polígono de Visitação Pública com infra-estrutura receptiva. As visitas acontecerão em unidades assim distribuídas:

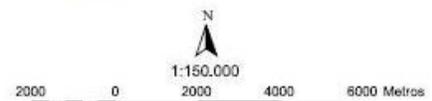
- Unidade de Visitação 1: Lapa do Janelão;
- Unidade de Visitação 2: Lapa dos Desenhos, Lapa do Boquete, Lapa Bonita , Lapa do Índio;
- Unidade de Visitação 3: Lapa dos Troncos, Lapa dos Cascudos, Arco do André;
- Unidade de Visitação 4: Dolina dos Macacos, Abrigo Caboclos, Abrigo do Malhador.

Para que a de Unidade de Conservação saia da categoria atrativo e se efetive como categoria de produto, outros pontos são imprescindíveis. O Sistema de Turismo – SISTUR - (BENI, 2001:45-48) apresenta objetivos no conjunto das relações entre o ecológico, social, econômico e cultural. Assim, a infra-estrutura de apoio ao turismo deve apresentar acessos diversos, com linhas aéreas, rodoviária e fluvial; no que se refere ao mercado, operadoras, bancos, alimentação; quanto ao social, hospital, segurança, sinalização turística, receptivos e outros.



- CV - CENTRO DE VISITANTES
 - 1 - Centro de Visitantes Principal
 - 2 - Centro de Visitantes Secundário
- CA - CENTRO DE APOIO AO VISITANTE
 - 1 - Centro de Apoio ao Visitante Janelão - CAV 1
 - 2 - Centro de Apoio ao Visitante do Sítio - CAV 2
 - 3 - Centro de Apoio ao Visitante do Rezar - CAV 3
- CAP - CENTRO DE APOIO À PESQUISA
 - 1 - Centro de Apoio à Pesquisa Zé da Hora - CAP 1
 - 2 - Centro de Apoio à Pesquisa Liasa - CAP 2
 - 3 - Centro de Apoio à Pesquisa Terra Brava - CAP 3

- Rios perenes
- Rios intermitentes
- Estrada pavimentada
- PNCP



Projeção UTM - Fuso 23
Datum Vertical: Imbituba - Santa Catarina
Datum Horizontal: SAD - 69

Fonte:
- Base Cartográfica digitalizada a partir da Carta do Brasil, 1:100.000, Ministério do Exército-DSE, 1970.
- Imagem Landsat, 08/09/2001.

Mapa 04 – Zonamento de Uso Intensivo e estrutura de Uso Público
Fonte: Plano de Manejo – PNCP

A visitação na Unidade de Conservação terá atrativos que podem ser oferecidos conforme a sazonalidade do clima. Entende-se que o ecoturismo venha a ser para a comunidade local um ponto positivo, desde que efetive seus princípios, de forma ética e responsável. Diante

de todos os dados levantados no Plano de Manejo, chega-se à conclusão que não deve existir uma dicotomia entre os povos e parques, formando ilhas de conservação. Existe a possibilidade da implementação de um Plano de Manejo adequado a fim de solucionar as questões que englobam os conflitos atinentes à sobreposição de populações tradicionais dentro de Parques e áreas de proteção ambiental. Deve haver um esforço conjunto das instituições - IBAMA, FUNAI, SEBRAE, prefeituras, associações e ONG's - a fim de viabilizar um Plano de Manejo adequado, quando da criação das Unidades de Conservação, mantendo os padrões culturais dessas populações, bem como preservando o meio ambiente.

CAPITULO IV

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: A COMUNIDADE DO JANELÃO NO VALE DO PERUAÇU

”Deus brincou aqui”⁸⁷

Este último capítulo visa à identificação dos principais aspectos das populações tradicionais, centrando-se na Comunidade do Janelão. Seu modo de vida será analisado através de onze princípios conceituais que caracterizam uma população tradicional na perspectiva sócio-ambiental e de identidade territorial elaborados por Diegues e Arruda (2001). Discute, ainda, as possibilidades de um Desenvolvimento Social para as comunidades do parque, tendo o Turismo de Desenvolvimento Sustentável de Base Local como elemento dinamizador, assim como a importância do papel do Estado nesse processo.

4.1. As Populações Tradicionais: A Comunidade do Janelão no Vale do Peruaçu

4.1.1. As relações sócio-culturais de uma comunidade

Primeiramente, é importante frisar o aspecto cultural no qual se enquadra a questão, identificando as principais relações que essas populações tradicionais apresentam tanto sob a perspectiva do “ethos”⁸⁸, como na “visão de mundo”⁸⁹. Em cada território, as comunidades se organizam de maneira geral com elementos comuns, porém com especificidades diferentes. Segundo Roué:

⁸⁷Fase pronunciada por um espeleólogo da Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE ao conhecer as cavernas do Vale do Peruaçu.

⁸⁸Para Geertz “ethos” de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético.(1989:93)

⁸⁹Para Geertz “visão de mundo” que esse povo tem é o quadro que elabora as coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade.

O uso da palavra tradicional, restando a evolução das culturas e das populações que, contudo, se transformam, foi com razão criticado. O perigo de uma visão ingênua e dicotômica, em que se tem, de um lado, a modernidade, e, de outro, a tradição, existe. Após adotar uma visão, conforme a teoria de Rousseau, do “bom selvagem”, que recusaria todo tipo de compromisso com nossa cultura moderna, certas pessoas gostariam absolutamente de que a realidade se conformasse a esse esquema romântico, e se irritam quando não é assim. (2000:73)

Para Geertz (1989:4), a cultura é essencialmente semiótica, acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. E assim complementa: “assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. É nessa perspectiva que se percebe que a cultura pode ser tratada do ponto de vista da população tradicional. Essa questão está relacionada à maneira, ao fato, ao momento, à idéia, às intenções dos que realizam ou vivem a história. Existe para o autor o significado e o significante e, muitas vezes, quase em sua maioria somente o indivíduo local saberá decifrar e interpretar o acontecido. Conforme SILVA, (2005):

As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas (24-5). As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem.(2005:25). A etnia e a “raça”, o gênero, a sexualidade, a idade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação. (2005:31)

A materialidade é a “força” de “coesão” que se traduz a partir dessas palavras; representam, inclusive, o “estado de espírito” de indivíduos e sociedades. Sem dúvida, ela não tem por substrato um único órgão; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade; mas não tem menos caracteres específicos que a tornem uma realidade distinta. As regras existentes em um grupo social apresentam-se por longo tempo quase que inabaláveis, pois os valores de cada grupo persistem ao longo dos anos e são transmitidos oralmente entre as gerações. A oralidade expressa a representação de mundos dessas comunidades, seu universo simbólico. “A representação inclui as práticas de significação e os sistemas

simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito” (SILVA, 2005:17).

As ações do meio externo interferem direta e indiretamente nos acontecimentos dentro das comunidades. “Isso sugere que a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como as divisões entre “locais” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*)” (SILVA, 2005:46). Existem, portanto, outros saberes, apoiados por outras estruturas cognitivas, que têm demonstrado eficácia e capacidade de sobreviver, resistindo ao mundo da experiência e passíveis de prever a ocorrência de fenômenos.

Existem diferentes tipos de valor. Uma coisa é o valor econômico, outra, os valores morais, religiosos, estéticos, especulativos. As tentativas seguidamente feitas no sentido de reduzir, uma às outras, as idéias do bem, do belo, do verdadeiro e do útil foram sempre vãs. Ora, se o que dá o valor fosse unicamente a maneira pela qual as coisas afetam o funcionamento da vida social, a diversidade dos valores tornaria-se dificilmente explicável”, (FERNANDES, 1999:55).

“Sua medida de êxito é sua capacidade de se conduzir em contextos difíceis e cambiantes ao longo do tempo. A necessidade de transmitir esse conhecimento ao longo das gerações é a medida de confiança nele depositado” (ALLUT, 2000:102). A superposição do real com o imaginário é vista por Fernandes (1999:60) como expressão de um julgamento de valor, a relação de uma coisa com um ideal. “Ora, o ideal é dado como a coisa, ainda que de outra maneira; é, pois, uma realidade ao seu modo. A relação expressa une, pois dois termos dados, tal como num julgamento de existência”. Em se tratando da cultura das comunidades, temos que integrar seus elementos para relacionar a existência de populações tradicionais, no que se refere ao uso do território com os significados que a perspectiva de conservação coloca para a sociedade contemporânea. Assim, por último, fica a reflexão:

Ainda que se corra o risco de um olhar romântico sobre os povos tradicionais, tomando-os como apanágio das idealizações contemporâneas, o desafio maior é conseguir interpretar, mediante um conhecimento denso, na acepção de Geertz, a concepção de terra, de direitos ao território e de identidade, como elementos que compõem um campo no qual a natureza e sociedade são representadas num universo unitário. (CASTRO, 1997:180).

Por fim, o governo federal através da Comissão Nacional de Populações Tradicionais decreta na lei 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

4.1.2. As Relações Sócio-ambientais e Territoriais de uma Comunidade

Desde a criação do Parque Yellowstone nos Estados Unidos, surge a concepção de que as Unidades de Conservação de Proteção Integral não devem apresentar populações em seu interior. As primeiras conferências internacionais que discutem a conservação propagavam essa idéia, diante do fato de essas comunidades estarem em áreas que foram convertidas para UC's. Assistimos, hoje a um debate de duas vertentes: uma a favor do direito de permanência dessas populações em suas terras ancestrais, e outra, que acredita na incompatibilidade dessa convivência UC população.

Este trabalho tem seu foco voltado para a Comunidade do Janelão e os impactos que ela sofre, com o advento do parque, em suas vidas. Como discutir populações tradicionais sem mencionar o conceito de meio ambiente? A luta das populações insere-se diretamente no meio ambiente. Não se fala em comunidade sem se falar em ambiente físico, pois é nesse *locus* que se encontram e vivem em estreita relação material e imaterial com o meio.

Conforme a Constituição da República (1988), o conceito de meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (art.3º, I, da Lei 6.938, de 31.08.81)”. Com base na Constituição Federal de 1988, entende-se, também, que o meio ambiente divide-se em físico ou natural, cultural, artificial e do trabalho. De acordo com as idéias de DIEGUES:

[...],este trabalho discute alguns elementos de uma nova ciência da conservação, que vem sendo construída, ainda de forma incipiente e fragmentada, por vários indivíduos, em alguns países do Sul. Este esboço de teoria da conservação, que podemos chamar de etnoconservação, é resultado da constatação das ambigüidades e incongruências das teorias conservacionistas elaboradas nos países do Norte e transplantadas ao Sul, com o apoio, muitas vezes disfarçado, de grandes organizações conservacionistas internacionais”. (DIEGUES, 2000:40).

Discutir sobre população é bem amplo, tendo em vista que seu comportamento abarca inúmeras concepções cognitivas, etnográficas e culturais, de um modo geral. A população é todo grupo quantitativo que habita um espaço e que dele usufrui para a sua sobrevivência. As populações tradicionais ou nativas já vêm construindo sua história no processo de

territorialização. Conforme Filho⁹⁰, essa perspectiva espacial e numérica pouco nos mostra sobre a realidade em estudo.

Para Diegues (1990:356), são“(...) grupos humanos que historicamente reproduzem o seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizado tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.” Inúmeras toponímias e sinônimos podem-se perceber na literatura, o que mostra seu grau de importância nas duas últimas décadas nas quais têm sido debatidas. A relação abaixo desses termos configura um imenso vocabulário comumente utilizado.

Muitas dessas relações estão expressas em legislações e são usadas de caráter regionalistas. São elas descritas em âmbito internacional, nacional e, inclusive, local: populações tradicionais; populações naturais; populações étnicas; sociedades rústicas; povos tradicionais; comunidades tradicionais; comunidades rurais; povos comuns; pessoas dos ecossistemas; etnoconservadores; comunidades nativas; nativos; autóctones; sociedades tradicionais; peões; caiçaras; jangadeiros; caipiras; sertanejos; caboclos; varzeiros; comunidades pantaneiras; quilombolas; seringueiros; extrativistas; povos coletores; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; brejeiros; chapadeiros; barranqueiros, veredeiros; ribeirinhos; povos alternativos; estabelecidos; e povos do parque.

Nos cerrados, os pesquisadores identificaram geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, barranqueiros e chapadeiros. Esses signos identitários que informam as especificidades das populações locais vinculam-se a algumas das diversas ecologias que compõem o bioma cerrados. Os geraizeiros e chapadeiros encontram-se localizados nas faixas de cerrado. Os caatingueiros, por sua vez, residem na área onde existiu uma floresta de caatinga arbórea. Por fim, os vazanteiros estão situados nas áreas de vazantes dos rios existentes no território regional, sendo que os habitantes das margens do rio São Francisco são denominados como barranqueiros(COSTA, 2005:299).

[...]

No território regional imbricaram-se diversos povos, propiciando a construção de um mosaico cultural associado aos geraizeiros, aos caatingueiros, aos negros aquilombados e aos indígenas – estes em constante confronto com a ocupação colonial e em outros processos de ocupação em que um processo de miscigenação com os grupos anteriormente relacionados viabilizam dar origem as barranqueiros/vazanteiros do São Francisco e os vazanteiros de outras áreas ribeirinhas do norte de Minas (COSTA, 2005:301)

⁹⁰ FILHO, Henyo T. Barreto – Departamento de Antropologia-UNB. artigo mimeo.

A tentativa de suprir a quantidade de termos não deve ser maior que o do uso próprio qualitativamente expressado. O que se menciona é que, quando se pronuncia qualquer uma dessas formas conceituais acima, identifica-se, de forma real e explícita, um conjunto de relações que esses indivíduos apresentam com o seu território.

Esta discussão tem que ser considerada quando tratamos de Desenvolvimento Sustentável com base em referências sociais; culturais; ecológicas; ambientais; territoriais; econômicas; políticas nacionais e internacionais (SAHCS:2000:30). Entende-se que “ainda hoje, milhões de “pessoas dos ecossistemas” – habitantes das florestas e populações rurais – lutam por sua subsistência nos ecossistemas próximos em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza”⁹¹.

A compreensão e a auto-identificação de ser do lugar também só é concebido pelo indivíduo que é do local ou que entende a tradição como um elemento parte de sua memória. O acesso ao recurso é garantido pelo fato de se pertencer à comunidade e participar do mesmo universo simbólico de normas e proibições, em geral fundado numa complexa teia de relações familiares. (DIEGUES e MOREIRA, 2001:9)

A conservação é essencial para a autopreservação dos povos nativos. A abordagem que se tem na atualidade pelos estudiosos etno-conservadores é que, sem as populações, muitas das florestas entrariam em extinção. O manejo caracterizado pelos nativos, apesar de apresentarem técnicas que são pouco rentáveis no mercado convencional, mantém as áreas nativas por muitos anos, preservando para as gerações futuras. Uma definição clássica é a proposta pela WWF/UICN na Estratégia Mundial para a Conservação em 1980, citada por (DIEGUES, 2000:1):

Conservação é o manejo do uso humano de organismos e ecossistemas, com o fim de garantir a sustentabilidade desse uso. Além do uso sustentável, a conservação inclui proteção, manutenção, reabilitação, restauração e melhoramento de populações (naturais) e ecossistemas.

⁹¹ Tomo emprestada a expressão usada no excelente livro Madhav Gadgil e Ramachandra Guha, 1995, *Ecology and Equity – The use and abuse of nature in contemporary India*. Nova Delhi: Penguin Books. Os autores contactaram os povos dos ecossistemas com os “onívoros”, que tendem a desapropriar e expulsar os primeiros, para satisfazer sua ânsia. Ver também, dos mesmos autores, 1993, *This Fissured Land – Na Ecological History of India*. Delhi. Oxford University Press.

Indivíduos ou grupos sociais que buscam entre os nativos sobrepor a ética e razão das coisas criam um transtorno “abissal”, tão profundo, que se torna difícil para a comunidade refletir sobre o “desastre” ou “caos” instaurado. A presença do parque na vida das pessoas tem sido um desalento, pois, além de quebrar literalmente a rotina das pessoas, o inconsciente começa a reproduzir mecanismos de defesas e resistências a longo e curto prazo do incidente. A crença popular em líderes pode cair por terra ou mesmo reforçar a empatia de outro membro do grupo.

A sociedade foi apresentada como um sistema de órgãos e funções que tendia a se conservar a despeito das causas de destruição que o atacavam de fora, assim como um corpo vivo, no qual toda a vida consiste e responder de maneira apropriada às excitações vindas do meio exterior. (FERNANDES, 1999:57).

A identidade de um grupo é “gestada” no consciente e no inconsciente de cada um dos membros do grupo. As crianças, jovens, adultos e os mais velhos têm entre si uma relação próxima de informação e reciprocidade entre o que é “bom” e “ruim” para todos.

“Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem nós somos”. A subjetividade envolve nossos pensamentos mais pessoais. (SILVA, 2005:55)

[...]

O conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições específicas de identidade. Eles nos permitem explicar as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares. (SILVA, 2005:55-6)

Toda essa complexidade que as relações culturais exigem na formação de uma identidade mostra que as populações tradicionais lutam para existirem. Mesmo que essa resistência apresente uma invisibilidade ou pouca exposição ao mundo do estrangeiro, cada vez mais se faz presente. Tanto a cultura como a identidade caracterizam a população e a comunidade tradicional, em sua forma de ser.

Por outro lado, a diversidade cultural, considerada condição para a manutenção da diversidade biológica, somente persistirá se as comunidades tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, seja pela especulação imobiliária, seja pela implementação de áreas protegidas que impliquem sua expulsão. (DIEGUES, 2000, p.42).

De acordo com Sarkar, a ecologia social consiste no estudo das relações recíprocas entre a infra-estrutura ecológica e as outras categorias. Na prática, no contexto indiano, a ecologia social foi direcionada para a justiça social. (1998, p.58) O autor possibilita verificar que se podem unir ambas as questões, pois é importante compreender as dificuldades e soluções que ambos apresentam para a conservação tanto dos recursos quanto para as comunidades. Assim ele completa:

Tanto a biologia da conservação quanto a ecologia social são iniciativas orientadas à realização de objetivos. No entanto, o único objetivo comum que compartilham é a conservação da diversidade biológica. Esse é o fim último da biologia da conservação. Para a ecologia social, esse objetivo deve ser conseguido com justiça social. Na biologia de conservação, o valor da diversidade biológica é acrescido pela atribuição de valor intrínseco a todas as espécies; a ecologia social é explicitamente antropocêntrica. A biologia da conservação da biodiversidade, ao passo que a ecologia social se centra nas partes da biota que são utilizadas pelas populações locais. “Expulsar as pessoas” é uma rendição hostil, mas não totalmente injusta, na maioria das prescrições da biologia da conservação. A ecologia social começa com o bem-estar humano – e expulsar as pessoas é contra sua ideologia. Ao contrário, a luta política é entre os que recuperam as florestas, e as mantêm, e o que as querem destruir”. (SARKAR, 1998, p.63).

Para Castro (1997), essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade se realiza graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando, também, uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo.

A derrubada de florestas não é, pois, percebida como um problema pelos que representam esses interesses; antes, trata-se de um mecanismo para obter os direitos de propriedade. Os conservacionistas tradicionais, por outro lado, vêem o valor estético, biológico e ecológico da mesma terra, mas não vêem necessariamente as pessoas. Normalmente falham em perceber os efeitos das ações humanas passadas ou atuais; em diferenciar os tipos de uso pelo ser humano; ou em reconhecer o valor econômico do uso sustentável”. (POMPA & KAUSS, 1992:131).

De acordo com Habermas, o que está em questão é a vida – o mundo da vida - e as populações tradicionais não somente estão no meio dos processos de mudanças mais profundos de nossa contemporaneidade, marcada pela intensificação da lógica de mercado

e das estruturas de poder burocratizadas, como também são chamadas a participar, como importantes interlocutores.

O sucesso da conservação orientada para populações vai depender da promoção de metas socialmente diferenciadas, nas quais as várias perspectivas e prioridades dos membros da comunidade e das comunidades locais e conservacionistas e organizações comunitárias locais poderiam promover interação responsável e confiável. No caso de populações nativas, as políticas nacionais de áreas protegidas precisam ser elaboradas à luz dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos; elas deveriam permitir que as populações indígenas representem seus próprios interesses através de suas próprias organizações e não através de processos de consultas controlados pelas organizações conservacionistas. O direito internacional e outros acordos já proporcionam claros princípios que deveriam ser observados pelos profissionais conservacionistas ao lidarem com populações nativas. (PIMBERT & PRETTY, 1997:211).

Diante dessas várias atribuições que as populações tradicionais apresentam sobre o território caracteriza-se a Comunidade do Janelão, a que se refere o estudo. Assim, é importante frisar que a cultura somada aos elementos ambientais passa a ser um único elemento, determinando, juntamente com o território, sua identidade.

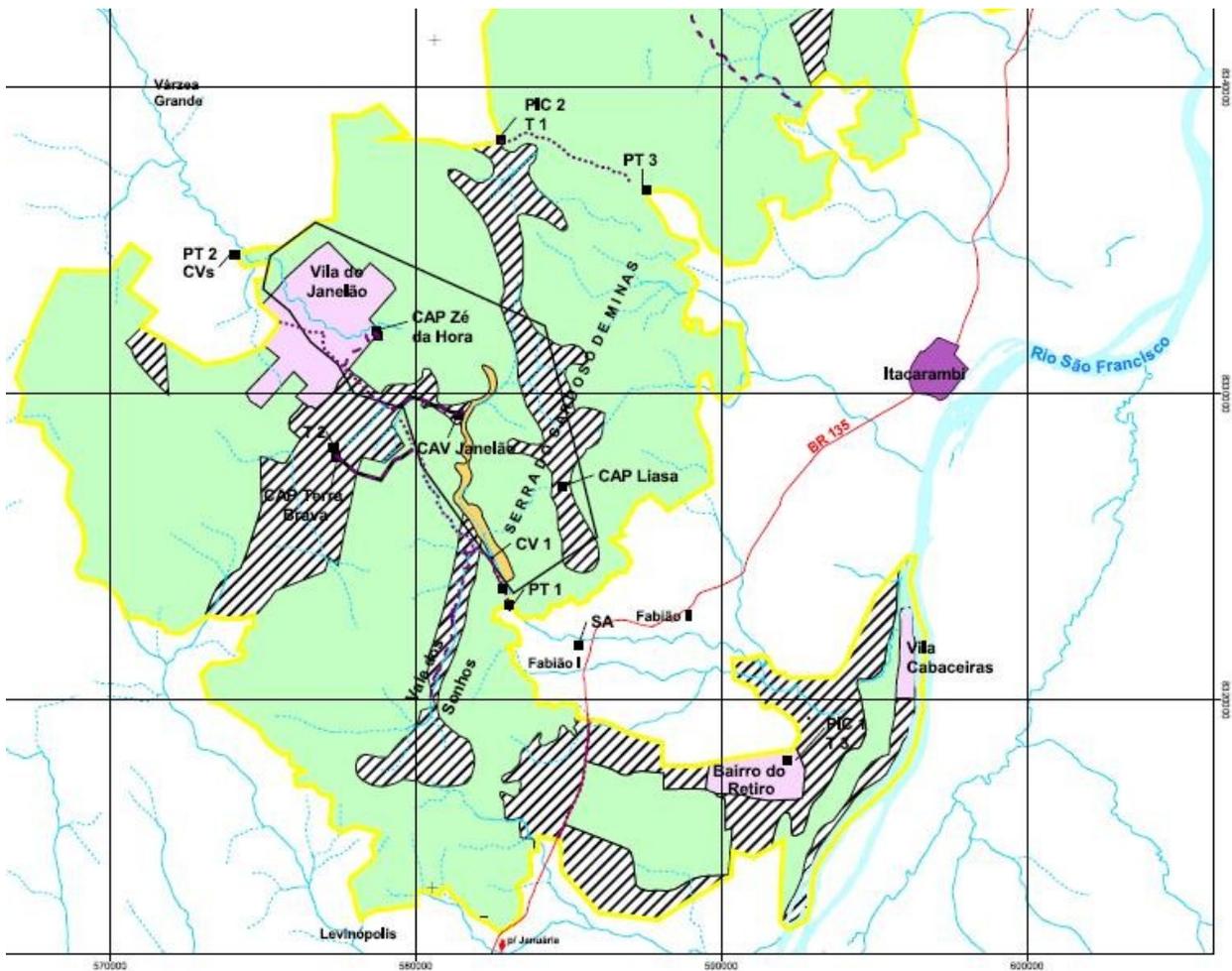
4.1.3. A Comunidade do Janelão: Seu Modo de Vida

O modo de vida da comunidade é apresentado de forma sintética, a partir do processo histórico de ocupação regional. Como quase todas as histórias de ocupação pelo vale do rio São Francisco, a região de Januária e Itacarambi, no Norte de Minas Gerais, contou com a presença pioneira das entradas e bandeiras, quando subiam o rio a montante. Surgiram núcleos de povoamento por todo “ribeiro do velho chico”, que se transformaram em cidades ribeirinhas-portuárias e/ou sítios locais de comercialização de produtos que subiam vale adentro. COSTA (1979:79), comentando sobre a ocupação e povoamento do território diz:

Nações indígenas, Tapuias, Caiapós povoavam o território que viria a se constituir a região norte de Minas Gerais (hoje desmembrada pela classificação elaborada por organismos de estado em Noroeste, Norte e Nordeste). Com sua cultura específica, viviam da caça, pesca, coleta e cultivo de algumas espécies vegetais. No século XVII, em confrontos com os integrantes de bandeiras, foram mortos, escravizados ou expulsos da região.

Economicamente, a região tem uma história traçada nas entradas e bandeiras que, juntamente com os vários ciclos econômicos do país prosperaram em certos momentos e também decaíram. Essa fase é enunciada por CARDOSO (2000:207):

Diante, dessa situação, o norte de Minas se viu obrigado a voltar-se para si próprio, referindo suas relações econômicas e sociais. Estas, no entanto, continuaram calçadas na pecuária extensiva, na pequena agricultura e no comércio, tanto o interno quanto com outras regiões que não as minas. E, apesar destas alterações contextuais, as suas localidades mais importantes economicamente continuarão a ser aquelas situadas às margens dos rios (principalmente o São Francisco), ao longo das rotas comerciais.



Mapa 05 – Localização da Vila do Janelão
Fonte: Plano de Manejo – PNCP

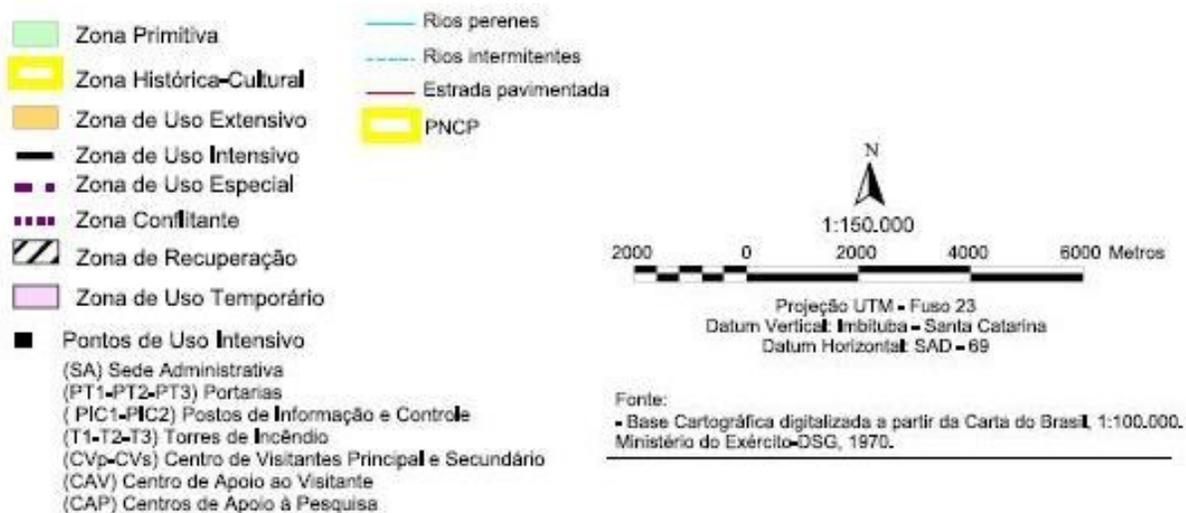


Figura 04
Moradia Típica no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PNCP
Fonte: Plano de Manejo – PNCP

CARNEIRO (2003:91) entende que “esta região está quase totalmente inserida histórica, física e culturalmente no panorama nordestino”. Minas Gerais apresenta inúmeras diversidades culturais, e o norte tem em si uma cultura de raízes com base na colonização. Denomina-se de uma cultura “sertaneja” com características ricas em seu “modo de ser”,

linguagem, ritos e mitos folclóricos, culinária e religião. Tem sua própria identidade”. Esse quadro pode ser traçado por GONÇALVES (2000:23-24):

Há, assim, uma singularidade histórico-cultural a partir do que haverá que se estabelecer um diálogo com essas outras matrizes de racionalidade. Assim, se sempre foi destacada a hegemonia do latifúndio pecuarista, é preciso se registrar, pela importância que teve na configuração do perfil sócio-geográfico da região, a produção familiar desses *geraizeiros*, desses *caatingueiros*, desses *vazanteiros*.

O perfil dessas identidades está relacionado com as práticas e os locais que esses povos mencionados por GONÇALVES (2000) vivem e usufruem o que, segundo COSTA (1997:80):

Articulando interna e externamente, os homens dessa região construíram uma identidade própria e uma cultura singular – a sertaneja – que Luz (1991) compreende como sendo fruto da relação estabelecida com a terra e com a natureza. Tratados como parceiros na reprodução da vida, constituíram coletivamente e viabilizaram um “modus vivendi” que proporcionou uma cosmovisão inteira e integrada – holística – expressando-a no principal valor cultural: a solidariedade, através da parentela, bem como por relações de vizinhança e compadrio.

Na busca de compreender a essência do sertanejo, cite-se Diegues e Arruda (2001: 51):

O livro clássico sobre a população do São Francisco é de Donald Pierson, “O homem do Vale do São Francisco” (1972), em que o autor descreve o modo de vida dos varjeiros, os quais combinavam as atividades agrícolas (principalmente o plantio de arroz) e extrativas da mata – de onde retiravam mel, ervas medicinais, madeira para as célebres canoas (ubás) e barcas, movidas a remo e a vela – com as de pesca, pecuária e cerâmica. Anterior ao trabalho de Pierson é a obra de Von Ihering, o qual, na década de 1930, percorreu o rio São Francisco, denominada Ciência belezas nos sertões do Nordeste, destacando, sobretudo, as atividades pesqueiras.

Na perspectiva de desamarrar os “nós” da configuração regional e suas interfaces e problemas, é importante que se verifique o conceito de Desenvolvimento Social que COSTA (2003:5) traduz como: “uma estratégia política, através da qual, os grupos humanos desenvolvem a capacidade de resolver seus problemas e consolidar o bem-estar

socialmente definido pela otimização dos recursos sociais; revertendo-os em benefício da totalidade social em todos os aspectos”. COSTA (2003:21) ainda reafirma que:

querer um desenvolvimento social local, regional ou nacionalmente capaz de dar condições dignas, eqüitativas e justas de vida pra todos, se faz necessário considerar as potencialidades locais, regionais ou nacionais e maximizá-las para garantir que a cultura e a identidade de um povo não seja corroída pelo canto de sereia da modernidade.

Segundo Diegues e Arruda (2001: 26), as sociedades tradicionais se caracterizam por:

Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
Pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
Pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
Pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
Pela reduzida acumulação de capital;
Pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
Pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativas;
Pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
Pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e
Pela auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta.

Cada uma dessas proposições, de Diegues e Arruda será discutida, pois estão relacionadas com o objeto de estudo, apresentando e resguardando as particularidades da comunidade local.

A dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida. Conforme relata Costa (200,113

apud ALMEIDA e PEREIRA, 2005:133-4), com propriedade, como até então o espaço era ocupado. Segundo esse autor:

Nesses bosques comunais, as comunidades que encontravam em seu entorno largavam suas cabeças de gado durante determinados períodos do ano, colhiam frutas e espécimes fitoterápicos, caçavam animais e aves para suplementar a alimentação popular. Eram incorporados por todos como necessários à sua reprodução social.

A comunidade do Janelão, com 17 famílias, utiliza dos recursos naturais, vegetação, hidrografia, solo e minerais. O extrativismo vegetal é um fator marcante dessa comunidade. O uso de plantas medicinais se dá em baixa escala, sendo de forma caseira, como “manipulação” de ervas, madeiras e flores. O uso terapêutico é utilizado como base da cultura familiar, uma forma de antropologia médica que, juntamente com crenças culturais, “soluciona” os problemas. Os frutos extraídos “coletados” apresentam um ciclo vegetativo natural. Porém, cada espécie é coletada em uma época do ano. A comunidade se “prepara” para a coleta. Os frutos são utilizados na culinária local.

No caso de espécies maiores, para o uso de madeira, os cortes realizados acompanham a necessidade e o uso, como, por exemplo, para realizar a construção de uma cerca. São escolhidas as madeiras mais resistentes e, de um modo geral são classificadas como nobres e estão inseridas na legislação. Já no caso do uso de “lenha”, aproveita-se os restos das coivaras em épocas de plantios e madeiras que caíram, conforme o tempo da sua maturidade. A importância da coleta de vegetal é muito alta para os moradores. Algumas espécies coletadas são: capim santo; chapéu de couro; emburana; ruibarbo; buriti; cajá; pequi; tamarindo; umbu e outras. As coletas acontecem nas cercanias da casa e em partes da propriedade.

A atuação do IBAMA no território da PARNA, desde o processo de sua implantação, vem procurando de maneira legal, organizar e assistir as comunidades, no sentido de conscientizá-las para a extração e seleção de espécies. O trabalho nem sempre é desejável para que a simbiose continue existindo, pois a “realidade” cultural não é “pensada” como o Plano de Manejo. A pesca, para muitas das famílias e considerada importante, pois o peixe

é uma fonte de proteína importante em sua dieta. Os locais de pesca são: rio São Francisco; Lagoa Bonita (que é sazonal) e o Rio Peruaçu.

Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade, de geração a geração. O conhecimento sobre os ciclos da natureza perfaz um processo de “vivência” do homem tradicional com a percepção que ele, ao longo dos anos, aprende a ter com o meio natural. As estratégias de manejo são antigas, e algumas classificadas como modelos primitivos de manejo em relação à utilização de novas tecnologias atuais. Segundo RIBEIRO (2005:202), citando Eschwege (1996:97): “As pastagens nativas eram manejadas através do uso do fogo, nas áreas de campo, cuja vegetação formada por “gramíneas ou arbustos baixos[...] fica inteiramente queimada durante o estio, ocasião em que têm início as queimadas. A cinza aduba a terra e incentiva o surgimento do capim, tão logo caem as primeiras chuvas.”

Porém esse manejo é também caracterizado como tradicional, pois as maneiras de trabalharem com a natureza e utilizarem de seus recursos, são ensinadas com a prática da “labuta” diária e pela oralidade entre as gerações. A “*Sr^a Dona Bartu de 82 anos, cria seu discurso mencionando os aspectos corriqueiros para o filho mais velho que ainda reside conjuntamente com ela*”. Dona Bartu, dentre os moradores do parque apresenta uma grande resistência em sair de sua gleba. Ela expressa, em sua fala, o sentimento topofílico e saudosista, sua relação com as “coisas” que lhe pertencem. Ela não admite a condição de uma nova moradia, mesmo que esta seja próxima da sua casa atual. Mesmo sendo na zona de amortização, ela acredita que a água irá faltar.

As gerações que se fixaram no meio rural seguem com o conhecimento adquirido com a família ou mesmo os vizinhos de “roça”. De uma maneira geral, o homem é que melhor compartilha esses conhecimentos, mas a mulher da família também se apresenta como um forte elemento no processo de aprendizagem.

Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente. As glebas, porções de terras, são fazendas pequenas diante dos módulos rurais existentes na região, principalmente comparando-se às grandes agroindústrias que ali se encontram. O rio

Peruaçu denomina toda a região, ao longo do seu percurso. O território é configurado através do “poder” pelas terras às margens do rio, tendo em vista que a água é o “bem” de maior valia juntamente com as terras⁹² e algumas benfeitorias da comunidade. A produção econômica está vinculada ao uso da terra e da água como recurso. Procura-se manter mais de uma lavoura, sendo que uma delas está perto do curso d’água e a outra nos arredores da casa. A agricultura de subsistência⁹³ com base familiar fica às margens do rio e, nos locais mais elevados as capineiras ou mangas com pastos para o gado de corte⁹⁴ e poucas vaquinhas para o leite.

O espaço social entre as glebas apresenta, de forma “imaterial”, o respeito que os vizinhos têm entre si, pois o limite territorial através das cercas e do próprio rio, faz o vínculo e mesmo as separações das ações sociais entre eles. Essa socialização do espaço se dá também com a criação quando um gado do outro utiliza os “espaços do outro”. O espaço tem obtido uma hipervalorização devido à implantação da PARNA, pois a especulação imobiliária, juntamente com o sentimento topofílico dos moradores, vem ampliando os valores. A maneira que a comunidade utiliza para concentrar “poder” é através da associação dos moradores. Assim, juntos, podem lutar pelos espaços transformados

Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados. Por muitos anos as famílias estão ocupando espaço fundiário que, por hora irá tornar-se PARNA. Famílias como a de Dona Bartu (82 anos), que vive nas terras há

⁹² O Cerrado também acolheu as lutas de resistência, de quilombolas, garimpeiros, índios, vadios e outros segmentos populares da capitania, muitas vezes articulados entre si, procurando garantir seu direito sobre a terra e recursos naturais ameaçados pela expansão colonizadora oficial, (RIBEIRO, 2005:291).

⁹³ O feijão também era consumido diariamente, se constituindo sem dúvida, no principal alimento em todo o Sertão. Ele era “plantado nos sítios abertos e secos, em abril e em setembro”, de acordo como SPIX; MARTIUS, 1981, p.520) citado por RIBEIRO (2005:234). O arroz por sua vez, era muito menos cultivado, especialmente, no Norte de Minas, “por não se prestar a isso a terra seca da zona” (GARDNER, 1975p.195 em RIBEIRO (2005:234).

⁹⁴ Segundo RIBEIRO (2005:210) quando cita SAINT-HILAIRE (1975a, p.318) dizendo “Além da carne, que podia ser vendida fresca, a chamada “carne verde”, retirada quando o gado era abatido nos matadouros das vilas e vendida nos açougues, ou da carne seca ou salgada, quando abatido nas fazendas, a pecuária ainda tinha vários outros produtos. O principal deles é o couro usado para diferentes fins, entre eles a confecção de arreatas de animais, das bruacas usadas no transporte, das roupas dos vaqueiros e podiam servir até para dormir. Cada fazendeiro curte ele próprio, os couros das vacas e bois cuja carne come [...], assim ele é “barato, mas mal curtido”, na avaliação de Pohl (1976). A sola também era fabricada e encontrava comércio especialmente para a fabricação de calçados.

muito mais tempo, com o passar dos anos foram ficando pequenas, pois muitos dos parentes se deslocaram para Itacarambi, Januária ou outras cidades, e até mesmo para São Paulo, destino de muitos trabalhadores rurais de nossa região.

“As raízes da família “Da Hora e Almeida” podem estar-se desmembrando com a ida para a cidade, é o que pensa a Sr^a Erotildes Almeida Oliveira” . Essas famílias citadas apresentam gerações passadas que têm origem nas proximidades da PARNA, uma área denominada de Boquete. A necessidade de deixar as terras está relacionada à busca de uma melhor qualidade de vida, principalmente no que tange às coisas básicas, como a assistência à saúde. As adversidades climáticas também são motivos para esse processo migratório ser realizado. A busca de um bom trabalho com perspectiva de melhorar a renda é o desejo de muitos. Os que ficam, a exemplo o filho da Dona Bartu, acabam, por necessidade, assumindo uma quantidade maior de tarefas, já que antes eram divididas.

Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado. As atividades de subsistência estão relacionadas com o trabalho familiar. A produção é para a família e para as criações, que também são utilizadas como alimentos; ainda perfaz a necessidade de “trocas” entre as famílias da comunidade.

A relação com o mercado é local, e isso acontece quando a colheita se faz de forma farta e cujo excedente pode ser comercializado, mas sem um compromisso com o lucro. Plantam-se a fava, o feijão, a mandioca, o milho e outras espécies de fácil assimilação de práticas agrícolas e fácil manejo. As criações de galinhas, porcos e gado bovino são em pequena quantidade, tanto pelo valor agregado, como pelas práticas de lida no campo, pois, segundo o costume, as rezes dão muito trabalho, mas ainda é o que assegura as condições mínimas de sobrevivência e até mesmo de permanência no local, pois muitas famílias atribuem o apego a elas. Alguns poucos fazendeiros apresentam um pequeno progresso em suas produções, pois buscam melhorias com poços artesianos.

Reduzida acumulação de capital. Tendo em vista que a agricultura não tem objetivo de gerar lucro, e sendo ela e as criações as únicas maneiras básicas de acumulação de capital, o valor agregado às “coisas” passa a ser pequeno, tendo em vista que não existe uma

especulação sobre os bens. Essa reduzida acumulação do capital é resultado de uma tradição de subsistência de vários anos. As mudanças para que aconteçam um aumento de capital ainda são esperadas pelos moradores, como ações governamentais. A família do senhor Giovani Ferreira da Hora, de 34 anos, brigadista de incêndio, espera a chegada do PARNA como uma forma de melhorar as condições financeiras, pois, com a prática e conhecimento que ele tem sobre a região, tornar-se-á um guia do parque.

Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, há grande homogeneidade entre os grupos domésticos do Parque, apesar das diferenças de renda, conforme o Quadro abaixo.

Renda Familiar Mensal	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sem renda	10	14,9
Até R\$ 200,00	26	38,9
De R\$ 201,00 a R\$ 500,00	22	32,9
De R\$ 501,00 a R\$ 3000,00	7	10,3
ns/nr	2	3,0
Total	67	100,0

Tabela 4: Quadro Renda Familiar Mensal dos Grupos Domésticos da Área de Estudo-Plano d Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, MG (extraído da página 3.221, tabela 3.18)

Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais. Das 17 famílias existentes no Janelão, a maioria tem relações de parentesco. As terras da região do Janelão pertenciam ao Sr. Antônio Mendes Cardoso (Antônio Milhão), ao Cel. Henrique Lima e Mário Lisboa. Esses senhores tomaram posse, fizeram sítio e ali se desenvolveram várias famílias. Duas famílias se destacam, a “Da Hora” e a “Almeida”. Existe uma grande contingente dos Da Hora, como Lauro Ferreira Da Hora; Jaime Ferreira Da Hora e outros, como o conhecido Sr. Zé Da Hora.

Segundo Dona Bartu, os “Almeida” vieram da Bahia. Essa formação familiar, doméstica e comunal apresenta-se na região desde o início do século passado. Os compadrios ainda continuam a crescer, pois a afinidades entre as pessoas e o parentesco é comum. Esses laços favorecem o desenvolvimento dos laços culturais e sociais. Economicamente existe uma relação, porém ela se faz só quando necessária.

Existe uma Associação da Comunidade de Janelão que abarca todas as 17 famílias. Dentro delas uma é composta de “pessoas de cor”, que ,conforme Giovanni Ferreira Da Hora, não se sabe a sua origem. Ao todo, há 70 unidades domésticas nas comunidades do parque, distribuídas entre os quatro trechos de povoamento contínuo, da seguinte forma, conforme quadro abaixo.

Trechos de Povoamento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Retiro	45	64,3
Cabaceiras	4	5,7
Janelão	17	24,3
Vale dos Sonhos	4	5,7
Total	70	100,0

Tabela 05: Quadro das Unidades Domésticas por Trecho de Povoamento Contínuo-Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, MG (tabela extraída da página 3.221, tabela 3.19)

Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativas. A simbologia está sempre voltada para as questões do cotidiano. O que destacou em meio às conversas foram as peças artesanais que a esposa de Giovani Ferreira Da Hora faz. Através do barro, ela dá formas de animais silvestres e mesmo antropomórficas. São peças únicas, mas que ela produz com frequência. Nos últimos 10 anos, Eterna, que é membro do Conselho através da ONG Guardiões do Peruaçu, vem realizando um trabalho artesanal tendo como motivo as pinturas rupestres, utilizando como material os recursos oferecidos pelo cerrado.

Tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final. As técnicas de produção estão relacionadas basicamente à agricultura e criações. A terra é utilizada com roçadas manuais, animais e pequenas máquinas agrícolas.

Comunidades locais devem ainda ser livres para desenvolver suas próprias tecnologias e tirar vantagens de outras que lhes forem úteis. Por fim, reconhecendo que os recursos biológicos, informação, capital e tecnologias funcionam dentro de sistemas culturais e comerciais, uma exigência posterior para as comunidades locais é de exercer seu direito de escolher os sistemas que atendam melhor suas necessidades. (PIMBERT& PRETTY, 1997:214).

O universo de pesquisa ainda é insuficiente para destacar algum ciclo produtivo com técnicas. As ocupações dos grupos domésticos estão entre os lavradores, vaqueiro, aposentados, dona de casa e outros.

Fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos. Apesar de a comunidade ter a cooperação de todos nas reuniões, ainda se percebe o fraco poder político, principalmente, quando diz respeito aos problemas fundiários.

Quando se trata do processo de desapropriação, existe um “choque” de informação entre as pessoas da comunidade. Na última reunião do Conselho Consultivo do Parque, muitos dos Associados da Comunidade Janelão compareceram e participaram de forma ativa. As reivindicações básicas estão voltadas para o “apoio” que os grandes fazendeiros recebem e do qual os pequenos são excluídos. Houve uma reivindicação acerca dos problemas na cabeceira do rio Peruaçu. São processos erosivos que desencadeiam outros problemas ambientais. Para solucionar, foi indicada uma Câmara técnica de discussão, da qual participantes da Comunidade do Janelão fazem parte. O maior de todos os problemas talvez seja o da demarcação de terras do Parque e suas indenizações. Nesse debate, a sugestão é a de criar um corredor em uma nova área da região, permitindo que muitas famílias não sejam expropriadas, conectando com outro Parque Nacional, formado um “corredor ecológico”.

Auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta. A identificação das pessoas ao lugar, à cultura, às coisas, e a noção de pertencer, existem em alto grau pela comunidade. O ponto fraco dessa conquista é a chegada do parque, que, por lei, irá desapropriar, assim causando um verdadeiro "rebuliço" nas vidas das pessoas. As pessoas perdem, assim, a noção de identidade, e sequer sabem para onde vão. Por fim, é importante ressaltar o quanto a comunidade se apresenta capaz de se adaptar aos problemas:

E, no entanto, a experiência recente mostra que, quando os de fora se comportam de forma diferente e usam novos métodos participativos, as comunidades rurais têm mostrado uma criatividade inesperada e grande capacidade de apresentar e analisar informação, de fazer diagnósticos, de planejar, manejar e avaliar. Elas conhecem a complexidade e a diversidade de seus modos de vida e meio ambiente. Elas também são especialistas em suas realidades imediatas (Pimbert et al, 1996). (PIMBERT & PRETTY, 1997, p.203).

Todas essas premissas estabelecidas por DIEGUES e ARRUDA perfazem o modo de vida da Comunidade do Janelão. Assim, entendendo essa realidade, busca-se discutir o Desenvolvimento Social que o Parque pode apresentar como uma mola propulsora para as comunidades locais, para a melhoria da qualidade de vida regional.

4.2. Turismo e Comunidade: por um Desenvolvimento Social

Tanto quanto o território, desenvolvimento social é também pano de fundo da discussão, uma vez que apresenta vários "problemas", com muitas lacunas sobre as questões de como essas comunidades irão continuar a sobreviver. De quais os recursos elas poderão lançar mão para que tenham um desenvolvimento? Esse desenvolvimento deve-se apresentar entre a equidade social, econômica e ambiental.

Somos, assim, levados a considerar a divisão do trabalho sob um novo aspecto. Neste caso, com efeito, os serviços econômicos que ela proporciona são de menor monta ao lado do efeito moral que produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade. De qualquer maneira que esse resultado seja obtido, é ela que suscita essas sociedades de amigos e acentua sua marca característica. (FERNANDES, 1999:63)⁹⁵

⁹⁵Método pra determinar a função da divisão do trabalho (*) Reproduzido de DURKHEIM, E. "Methode pour déterminer cette fonction" In: De la division du travail social. 7^a.ed. Paris, PUF, 1960. Liv. 1^o, cap 1^o, p. 19-34. Trad. por Laura Natal Rodrigues.

O trabalho na terra é o elo mais forte que os nativos apresentam. A produção é familiar. Além do assalariamento e da “meia”, encontramos pequenas manufaturas de farinha e rapadura ou, nas propriedades maiores, o uso de máquinas. A produção é essencialmente voltada para a subsistência.

Galeski (1979) aponta que a relativa autonomia do camponês e sua maior independência frente ao mercado está associada a sua capacidade de desenvolver um grande conjunto de atividades. Algumas delas de caráter propriamente agrícola e outras que nada têm a ver, especificamente, com o cultivo de plantas ou a criação de animais” (RIBEIRO, 2005:37)

Estamos trabalhando com uma comunidade pautada pela cooperação. “Não existiria sociedade humana se os seres humanos não cooperassem espontaneamente” (FRANCO 2004:39). Continuando: “Comunidades são o resultado da capacidade que os seres humanos têm, quando colocados em interação durante certo tempo, de cooperar.” (FRANCO 2004:40).

Graças à divisão do trabalho, ou pelo menos por seu intermédio, se garantiria a coesão social; ela determina os traços essenciais da constituição da sociedade. Por isso mesmo, e ainda que não possamos por enquanto resolver rigorosamente a questão, pode-se no entanto, entrever desde já, caso seja essa realmente a função da divisão do trabalho, que ela deve ter um caráter moral, porque as necessidades de ordem, de harmonia e de solidariedade social são geralmente consideradas morais. (FERNANDES, 1999:66)

O capital social passou a ser, nessas comunidades, um forte elemento para a sobrevivência. São comunidades não monetárias, nas quais o dinheiro representa pouco, tendo em vista que não existe o lucro como objetivo. A pobreza é relativa, pois a falta de acesso ao consumo e ao conforto proporcionado pelo capitalismo é recompensada pelo conforto da segurança social que têm em meio a comunidade, a solidariedade e o amparo construídos a partir de relações ancestrais.

O capitalismo, mais do que qualquer outra forma de organização da sociedade ocidental, pôde transformar a razão em sua grande ferramenta por processo de dominação do mundo natural em escala planetária. Também mostrou a mesma eficiência em desarticular outras culturas e organizações sociais, seja pela força, ou seja pelo mercado, impondo para os mais diferentes povos suas concepções de mundo e suas relações sociais. (RIBEIRO, 2005:22)

Ao que PAUGAM (2003:49-50) completa, quando escreve:

Nas sociedades modernas, é claro que a pobreza se define não em si mesma, mas comparativamente a uma faixa de renda que cresce de acordo com o aumento da riqueza. Desse modo, “ela tem chance de se perpetuar num regime em que a distribuição de renda permanece determinada, acima de tudo, pela remuneração do trabalho e as rendas do capital.

De acordo com Ribeiro, a tecnologia vem-se modificando histórica e culturalmente. Contribui para o aparecimento de novas atividades que representam alternativas de sobrevivência dos grupos humanos. A diversificação contribui, assim, para que a sobrevivência de grupos humanos não se assente sobre espécies ou ambientes específicos que sofreriam com a exploração antrópica concentrada. (2005: 25 e 26).

O viés ecológico e econômico da cultura comporta know-how e os saberes mobilizados para valorizar o ambiente. É necessário tirar da natureza os gêneros alimentícios, a energia e as matérias-primas necessárias, transformá-los para a obtenção dos utensílios, dos equipamentos e dos bens de consumo demandados pelas empresas e pelos lares. Convém assegurar aos particulares ou às organizações os serviços de que necessitam. Lugares de produção e lugares de vida devem ser planejados; todos os meios de relações necessárias para fazer circular os bens, as pessoas e as informações devem ser implementados e funcionar sem sobressaltos. (CLAVAL,2001:124).

Para Sachs, uma alternativa é o ecodesenvolvimento. De acordo com o autor, esse padrão de desenvolvimento requer o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área (2002:73). Ele, entretanto, está voltado para sociedades monetárias. “O cumprimento de normas na apropriação da natureza remete à organização social e política de cada agrupamento humano, como ele está dividido internamente, como se organiza o poder naquela sociedade.” (RIBEIRO, 2005:29)

O regime de trabalho que as famílias apresentam, não-monetário, está em consonância com o meio natural. A velocidade e o ritmo de ações exercidas nas florestas, nos rios e solo, deixam clara a dádiva e a relação sentimental que o indivíduo tem com o meio. Essa relação por vezes é quebrada ou boicotada por elementos que passam a produzir diferentemente. “O equilíbrio entre trabalho-consumo é avaliado subjetivamente pela família, a partir do padrão de vida tradicional, de acordo com os costumes que determinam

em grande parte o nível de exigências de consumo” (RIBEIRO, 2005:40). A “agressão” ao meio é inexistente ou quase inexistente, existe uma sinergia entre os equipamentos, homem e natureza. Nos momentos de crise, exige-se mais dos recursos, mas prevalece a mentalidade de conservar para prosperar.

Toledo (1995) destaca como atribuição da produção camponesa a produção/apropriação em pequena escala, a utilização predominantemente do trabalho da família e da comunidade, o uso de energia solar e de processos ecológicos, o baixo ou nulo emprego de insumos externos e a pequena ou nenhuma produção de dejetos. (RIBEIRO, 2005:41)

Os meios alternativos para se chegar ao desenvolvimento social são, na verdade, um dos inúmeros elementos que os grupos sociais apresentam como fonte de sobrevivência. Associativismo, cooperativismo, permutas, dádiva, são relações sociais que estão direta e indiretamente relacionadas com a macro-estrutura que o capital vigente estabelece. HARVEY (2005: 44) diz que, “Marx desenvolveu uma nova abordagem relativa à teoria da localização (em que a dinâmica está no centro das coisas), e mostrou ser possível ligar, teoricamente, o processo geral de crescimento econômico com o entendimento explícito de uma estrutura emergente de relações espaciais.”

SACHS (2002:29) compartilha plenamente a opinião do eminente indiano M. S. Swaminathan que diz que “uma nova forma de civilização, fundamentada no aproveitamento sustentável dos recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial”. Diante de muitos debates sobre o possível desenvolvimento proporcionado pelo turismo, SILVA e SALGADO (2005:32) pensam que os entraves são todos os meios materiais e imateriais que podem impedir ou minimizar o desenvolvimento na região. Já as perspectivas, de forma contrária perfazem todos os meios que possibilitam uma melhora em âmbito regional.

A valorização do espaço sertanejo deve ser priorizada nas políticas públicas municipais que se retrata em planos diretores. Além de buscar um turismo sustentável nas comunidades, deve-se entender que essas pratiquem em seu cotidiano, várias outras atividades que valorizem o meio ambiente, como o “physis” que o homem sertanejo usufrui. A capacitação e a educação das comunidades são indispensáveis para tal desenvolvimento. (SILVA e SALGADO, 2005:33)

É importante destacar que SACHS (2002) discute oito critérios de sustentabilidade, que contemplam os aspectos social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, de política nacional e de política internacional. Fica evidente o pensamento global e as ações locais. Além dos problemas sócio-ambientais já mencionados, alguns estão relacionados com o desenvolvimento da região e do local.

A falta de divulgação do parque para a comunidade; as expectativas além das possibilidades de retorno econômico do Parque; o acesso difícil, com estradas ainda problemáticas em sua estrutura física; a falta de trabalho de conscientização com a comunidade; e a falta de infra-estrutura adequada são dificuldades do cumprimento dos papéis e funções dos órgãos públicos gestores, como é o caso do IBAMA. Problemas de saúde pública ligadas às más condições sanitárias são recorrentes. A área apresenta doenças como xistose e leishmaniose; há falta de saneamento básico, a falta de coleta de lixo, e outros problemas de ordem social, que são entraves para o desenvolvimento local e, principalmente, para a população que poderá usufruir da estrutura do Parque.

É importante mencionar que também existem pontos positivos que favorecem o desenvolvimento social local como: compromisso institucional em implantar o Parque; melhoria de algumas infra-estrutura; planejamento para a região; grande riqueza de valores histórico-culturais; oferta de campo de trabalho amplo na área de pesquisa científica; iniciativas voltadas para ações de educação ambiental. O parque está mudando o comportamento social da região como alternativa econômica para os municípios da região, através de seu grande potencial turístico, cultural, científico e ecoturístico.

A região é servida de rodovias federais. Existem grupos interessados em trabalhar na região com o turismo e os serviços que agrega. Surgem pequenas estruturas turísticas na área de amortecimento do parque. O SEBRAE atua com o projeto *Turismo Competente*. Existe a tendência de expandir o mercado regional de produtos artesanais. Cresce, também, o estímulo as pesquisa das universidades e faculdades regionais, ampliando a articulação de recursos do PRODETUR NE-II para a melhoria de infra-estrutura regional. Outro fator é a presença de instituições ong's, na região, para estimular o desenvolvimento, criação de associações e cooperativas.

Muitas já são as organizações, instituições, sindicatos, órgãos do governo como: Associação Comunitária Amigos do Fabião; Associação Comunitária do Retiro; Associação Comunitária Unidos do Agreste; Associação Comunitária Professora Ana Maria Estiva; Conselho de Desenvolvimento do Janelão; Associação Comunitária de Levinópolis; Conselho Comunitário do Fabião; Conselho Comunitário do Janelão; Associação dos Pequenos Produtores de Várzea Grande; Associação Comunitária de Araçá e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itacarambi; Grupo de Espeleologia Orientada – GEO - ; Instituto Grande Sertão – IGS; Sociedade Brasileira de Espeleologia – SBE; Centro de Formação Tecnológica – CEFET; Museu de História Natural – UFMG; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Sociedade Excursionista e Espeleológica – SEE-UFOP; Fiat S.A; Instituto Estadual de Florestas – IEF; Prefeituras Municipais das cidades vizinhas ; Serviço Social do Comércio – SESC-MG; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais -EMATER – MG; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Fundação Rural Mineira - RURALMINAS; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Centro de Educação Integrada do Vale do São Francisco - CEIVA, Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Promotoria Pública e Polícia Florestal. Esse conjunto de elementos associativos cria condições favoráveis ao desenvolvimento do capital social para gerar o Desenvolvimento Social na região, pois o parque pode vir a ser gerador desse processo de forma sustentável.

O ideal de se chegar a um Desenvolvimento Social que, de maneira libertária e democrática, atinja todas as populações e atenda as perspectivas das políticas sociais e econômicas do Estado ainda demandará tempo e, provavelmente, uma “revolução” nos conceitos e práticas culturais. “Estamos num novo período histórico que deverá adentrar o terceiro milênio e que requer o resgate do cidadão e da solidariedade, não somente entre os iguais, mas também, entre os diferentes.” (RODRIGUES,1999:59).

O papel de todos é fundamental para uma mudança, porém o Estado se apresenta como a macro-estrutura que ordena as políticas públicas; assim, BENI(1999:79) compreende que:

O Estado tem no turismo uma de suas atividades e para ele dirige sua atenção setorial, traduzida na política traçada para atender aos requisitos de crescimento do

setor por meio de planejamento particularizado que acaba mesclando-se, pelas próprias características da atividade, no processo global de planificação. A ação do Estado é exercida, portanto, em primeiro lugar, por meio da política e, numa etapa concomitante e seqüencial, dos programas previstos no planejamento.

Dentro dessa perspectiva, é importante mencionar que o Estado e a sociedade civil se apresentam diante de mesmos objetivos, mas ainda existe uma grande distância entre as políticas públicas e sua execução. É de conformidade com o pensamento de KISIL (2000) que as comunidades, através das associações de moradores, são representadas no Conselho Consultivo do PARNA.

O processo de tomada de decisão política é um mecanismo complexo que envolve todos os níveis do governo e que deveria envolver uma ampla gama de instituições sociais. O teórico dos sistemas considera a vida política como um "sistema de atividades interrelacionais"⁹⁶. As decisões política devem ser entendidas como processo social que conduz à decisão e à implantação de valores para toda a sociedade. Neste processo, duas forças podem ser reconhecidas: o Estado e suas instituições de governo; e toda a sociedade civil, que progressivamente conta com mais grupos organizados que detêm poder real sobre aqueles cidadãos que a eles aderem voluntariamente. A sociedade civil tem um papel importante numa democracia participativa de decisões sobre políticas públicas.⁹⁷ (KISIL, 2000,150-151)

Na literatura do turismo muito se discute sobre experiências de implantação do turismo⁹⁸ como uma "redenção" local. O exemplo clássico é o da Costa do Sauípe, no litoral da Bahia. O impacto social do turismo, principalmente da rede hoteleira, sobre as comunidades locais deixou consequências negativas. Também, ao contrário, podem-se mencionar os impactos positivos do turismo sustentável de base local⁹⁹ na Serra Gaúcha,

⁹⁶Easton, David, *A Framework for the Analysis of Political Systems*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1965.

⁹⁷Eaton, David, *The Political System*, New York, A.A Knopf.

⁹⁸Segundo BENI (2001:27), tenho conceituado Turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos dos sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produto de qualidade e competitivos.

⁹⁹BENEVIDES (1999:23) considera, que: "o contexto histórico desses horizontes que diz respeito à relevância e à potencialidade dessas modalidades, contrapostas ao modelo dominante de turismo no Brasil, conectado com o processo de globalização e com valores da pós-modernidade. O autor ainda ressalta que, tais

no sul do país. Assim, entende-se que os modelos teóricos são vulneráveis aos problemas existentes no dia-a-dia de uma população local.

O turismo em unidades de conservação no Brasil apresenta também experiências complexas, pois os atores - Estado, Comunidade, Empresas, Instituições e os próprios turistas - “ainda não falam a mesma linguagem”. Parques Nacionais como do Itatiaia, Serra do Cipó e vários outros, que são ditos de “decretos”, apresentam problemas com visitação e também com os demais atores.

Existem muitas correntes do turismo que entendem que não existe a sustentabilidade¹⁰⁰ com o desenvolvimento. É fato que todo turismo causa impacto, mas também apresenta soluções para o caminho sustentável. Segundo Globe (1990:90), citado por RUSSCHAMANN, (2000:110), o desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais, estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos.

A dicotomia até então existente está sendo “quebrada” pelos diagnósticos e planejamentos turísticos voltados para a sustentabilidade e equidade entre o social, econômico e ambiental. Segundo BENEVIDES (1999:37):

No caso do vale do Ribeira – área de pouco desenvolvimento e fortemente “amparada” por leis preservacionistas – o turismo, apoiando-se em “vantagens comparativas geograficamente determinadas”, poderia constituir uma atividade desencadeadora da referida integração, assumindo “(...) papel importante na geração de efeitos iniciais para o desenvolvimento regional” (Ablas, 1991:50) Constituindo um caso de “desenvolvimento turístico da região (Azzoni, 1993),

modalidades são atribuídas como fator de desenvolvimento local e alternativas mantenedoras da sustentabilidade e das identidades locais, em face da atribuição de tendências ambientais e culturais degradantes que o modelo dominante inerentemente acarretaria”.

¹⁰⁰RUSCHMANN (1997:109) entende: “os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão ligados à sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isso porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada.”

proposto com intensidade significadamente impactante sobre a cultura e paisagens locais, tal desenvolvimento tenderia, contudo, a engendrar o turismo tradicional de massa, e, como tal, dissociado o revigoramento artesanal da economia regional, que constitui uma diretriz básica do turismo rural; todavia contrária a algumas vertentes da ideologia ambientalista.

O Desenvolvimento Social, tendo o turismo como um de seus fortes componentes, gera a sustentabilidade tão almejada e debatida. Conforme KISIL (2000:131):

Acreditamos que, para que um processo de desenvolvimento sustentável se instale, seja necessário: 1) a participação de cada cidadão é essencial; 2) esta participação exige a conformação de organizações sociais que são responsáveis e receptivas aos seus membros; 3) a variedade de interesses e necessidades de cada sociedade, ou de cada comunidade, exige uma variedade de organizações; e 4) uma forma particular de colaboração entre essas organizações é necessária para o processo de desenvolvimento, e isto penderá da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio ambiente político-administrativo-econômico.

Na tabela abaixo, podem-se interpretar as “abordagens combinadas para o desenvolvimento da comunidade” e os três setores representados apresentam a democracia de direito como a “chave” para se chegar aos ideais comuns. É notório que, em todo processo também qualificado de “justo”, existem as forças quantitativas, qualitativas, que se unem tendo em vista suas necessidades ideológicas e políticas.

	Governo	Mercado	Terceiros Setor
Mecanismo principal	estruturas democráticas	interações de mercado	associações voluntárias
Tomada de decisão	funcionários eleitores, administradores	produtores individuais, consumidores, investidores	líderes e membros
Guias para comportamento	Regulamentos	preços	acordos
Critérios para tomada de decisão	Política	eficiência	interesses dos membros
Modo de Operação	de cima para baixo	individualista	de baixo para cima

Tabela 06: Abordagens combinadas para o desenvolvimento da comunidade
 Fonte: Segundo (KISIL,2000:137)

No Brasil, o Ministério do Turismo apresenta um Plano Nacional de Turismo (2003) com sua macro-política, mas, segundo SILVEIRA (1999:93) “entre 1994/1995 ocorre o

lançamento do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, proposto pelo Ministério de Indústria, Comércio e Turismo e Embratur. Esse programa indica a adoção de nova postura do Governo Federal quanto à política turística. Tal postura preconiza uma política de descentralização das ações voltadas ao incremento do turismo, baseada no planejamento territorial em âmbito municipal”. Dando continuidade ao desenvolvimento das políticas turísticas, segue-se:

O programa de Regionalização do Turismo, por meio de suas estratégias, articula a gestão coordenada, o planejamento integrado e participativo e a promoção e apoio à comercialização com a ação executiva, que tem como diretrizes para os segmentos turísticos: 1) ordenamento, normatização e regulação; 2) informação e comunicação; 3) articulação; 4) envolvimento comunitário; 5) capacitação. 6) incentivo e financiamento; 7) infra-estrutura; 8) promoção e comercialização. (BRASIL, 2005:11)

O Turismo no norte de Minas não é diferente do restante do país no que diz respeito aos problemas enfrentados com o desenvolvimento da atividade. Baseado no Sistema de Turismo – SISTUR -, que é caracterizado por BENI (2001:41-48) e que apresenta sub-sistemas (ecológico, social, econômico e cultural), SILVA E SALGADO (2005:29-36) identificam “entraves e perspectivas” do Turismo no norte de Minas, conforme as tabelas abaixo.

SUBSISTEMA ECOLÓGICO	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
- Desconhece-se o potencial/recurso (atrativo)	- Inventariar os atrativos
- Explora-se pouco a pesquisa	- Incentivar os estudos acadêmicos
- Baixo nível de consciência ecológica	- Desenvolver projeto de educação para o turismo
- Poucas organizações não-governamentais	- Fomentara a criação de ONG's e OSCIP's
- Turismo predatório	- Capacitar agências para o Ecoturismo
- Paisagem “sertaneja” pouco valorizada	- Resgatar o valor pelo lugar - “topofilia”
- Cultura agrícola e pecuarista	- Valorizar e evidenciar práticas sustentáveis
- Falso marketing “das águas”	- “Vender” a beleza da “Seca”
- O cerrado com o “patinho feio” dos biomas	- O cerrado é o “pai” das águas brasileiras
- Ausência a práticas das políticas públicas para o setor	- Incentivar e fomentar o trabalho das Secretarias

Tabela 07: Subsistema Ecológico
Fonte: SILVA e SALGADO (2005:33)

SUBSISTEMA SOCIAL	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
<ul style="list-style-type: none"> - Baixa consciência política do turismo - Ausência de recursos humanos - Pouco envolvimento da sociedade - Receptivo inexistente ou deficiente - Baixa qualidade de vida - Baixo compromisso com o Municipal - Poucas políticas públicas ligando as vertentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar as Secretarias Municipais - Capacitar Secretarias Municipais e profissionais - Desenvolver gestão participativa nas comunidades - Criar ou melhorar a infra-estrutura das localidades - Propor e executar melhorias sociais básicas - Fomentar consciência da responsabilidade social - Dar continuidade e avaliar as políticas públicas

Tabela 08: Subsistema Social
Fonte: SILVA e SALGADO (2005:33)

SUBSISTEMA CULTURAL	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
<ul style="list-style-type: none"> - Má distribuição da agenda cultural - Falta de incentivo organizacional - Falta de políticas públicas - Desvalorização do “Local” - Processos de aculturação - Distância da pesquisa - Artesanato desvalorizado - Falta de identificação das manifestações 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar calendário cultural regional - Priorizar os eventos regionais - Ampliar a atuação do IPHAN e IEPHA-MG - Manter a da identidade cultural - Criar programas de combate a expropriação cultural nas localidades - Implementar programas e projetos antropológicos e sociológicos - Valorizar os estilos artísticos locais - Catalogar crenças, religiosidades, festas, mitos, ritos e artes da região

Tabela 09: Subsistema Cultural
Fonte: (SILVA e SALGADO,2005:35)

SUBSISTEMA ECONÔMICO	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
<ul style="list-style-type: none"> - Poucos recursos financeiros disponíveis - Crença das vocações únicas: agricultura e pecuária - Linhas de crédito reduzidas - Renda familiar baixa - Tributação onerosa - Pequeno número de micro e pequenas empresas no setor - Pouco ou inexistente o marketing das potencialidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar projetos de fomento para recursos - Considerar o Turismo como gerador de renda - Receber assistência do BNB; BDMG; FUNGETUR - Criar postos de trabalho - Criar ICMS ecológico e cultural - Ampliar o mercado das pequenas empresas - Divulgar as das potencialidades regionais

Tabela 10: Subsistema Econômico
Fonte: SILVA e SALGADO (2005:33)

O nível de variáveis no estudo do SISTUR pode ser identificado desde os atrativos naturais (acessibilidade, funcionamento, apoio, local); atrativos histórico-artísticos (acessibilidade, época de funcionamento; conservação e valor histórico); atrativos culturais (popularidade, volume de público, autenticidade, características, originalidade) e dos equipamentos e

serviços turísticos (números, categorias , acesso, qualidade, atrativos, serviços oferecidos). Esse conjunto de variáveis que se organiza no SISTUR determina na região¹⁰¹ ,o grau de qualidade do turismo.

Mesmo diante desses entraves e das variáveis apresentadas, podem-se verificar, nas comunidades, as perspectivas de melhorias para a comunidade local. Conforme já citado anteriormente, já existe a inserção da comunidade, mesmo que ainda de forma lenta e incipiente no contexto do da sustentabilidade local em relação à unidade de conservação.

Alguns moradores do Fábão I, são Brigadistas de Incêndio do parque, e outros atuam, de maneira ainda informal como condutores de pessoas – guias locais. Nasce nesse contexto a perspectiva de capital social, que é um conjunto de processos e relações que utiliza dos recursos humanos materiais e imateriais para o bom uso individual e coletivo, compartilhando, de forma solidária, as categorias do contexto econômico, social e ambiental para uma melhor qualidade de vida; é saber fazer. Outra iniciativa que surgiu na própria comunidade e que já se apresenta de envergadura regional, inclusive atraindo turistas de todo o norte de Minas, é a Festa da Manga, quando acontecem a eventos culturais, e os pequenos empreendedores realizam suas vendas. No interesse em organizar os instrumentos que podem capacitar as comunidades, LIMA (2003:74-75) aborda:

uma das estratégias de autofinanciamento dessas áreas tem-se baseado no ecoturismo, tendo em vista sua capacidade de gerar receitas diretas ou indiretas. Esta receita pode vir da cobrança de ingressos aos visitantes ou àqueles que exploram as áreas protegidas para o turismo, da venda de souvenir, ou por desencadear outras atividades , serviços e empregos relacionadas à atividade como o setor de hospedagem e de alimentação, promoção de passeios e eventos, guias e monitores, aluguel de carros e equipamentos, comércio, artesanato, *marketing*, entre outros.

¹⁰¹Ricthe e Ziens (apud) Mathieson e Wall, 1988,p.168) relacionaram os principais elementos culturais que motivam os turistas a visitar determinadas regiões. São eles: artesanato; idioma; tradições; gastronomia; artes - cênicas e plásticas; música – erudita e popular; a história regional – inclusive as relíquias; os tipos de trabalho e as técnicas utilizadas; arquitetura – antiga ou moderna; as manifestações religiosas; sistemas educacionais; vestuário; atividades de lazer. Dentre eles, os outros verificam que o artesanato, a gastronomia, as tradições, a história, a arquitetura e as atividades de lazer têm uma força de atração maior do que os outros para os turistas. De acordo com RUSCHMANN(2001:51)

Por ser uma área protegida, entende-se que a modalidade de turismo que melhor se adapta à realidade local é o ecoturismo¹⁰², que apresenta inúmeras ecotemas, ambientes, significados e modalidades, o que não impede de ocorrerem outras modalidades do turismo. “Considerando-se o enorme potencial dos biomas brasileiros para o ecoturismo e a importância desta atividade como estratégia para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, o Ministério do Meio Ambiente criou o Programa Nacional de Ecoturismo (PNE), a fim de enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento deste segmento em todo o país, enfocando principalmente, as áreas protegidas e seus entornos” BRASIL, 2005:33). Para SANTIAGO (2002:52):

Enquanto a base turística nordestina é embalada pelo turismo de mar e sol, o mineiro dos sertões mostra a exuberância de sua natureza, pródiga ao desenhar o Vale do Peruaçu (Parque Nacional), com suas grutas de dimensões extravagantes, o lago azul, a segunda maior estalactite do mundo que nasce na parte superior de um portal com mais de oitenta metros de altura, vários sítios arqueológicos e espeleológicos de grande importância para a ciência mundial.

Além do Vale do Peruaçu no parque, a região apresenta outros atrativos turísticos com potencialidade para se transformar em produtos¹⁰³. O fomento para atingir o Desenvolvimento Social na região vem sendo articulado através de várias outras iniciativas, tendo como principal exemplo as associações entre os municípios para se formatarem os Pólos Ecoturísticos Peruaçu/Grande Sertão Veredas do Governo Federal, o Circuito

¹⁰²Em Fundamentos do Turismo DIAS & AGUIAR (2002 *apud* DIAS, 2003:103) diz que: O ecoturismo não somente é uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio ambiente natural e cultural com a prática turística.

¹⁰³Pude constatar através da participação no mês de Agosto de 2006 da Oficina do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco / Encontro de Integração e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Médio São Francisco - Januária, 11 e 12 de agosto de 2006 que teve como *Objetivo Geral*: Identificar ações/diretrizes para o desenvolvimento turístico regional e *Objetivos Específicos*: Realizar uma avaliação do turismo na região; Nivelar conhecimentos sobre ações, projetos, estudos existentes na região; Fortalecer ações / projetos desenvolvidos regionalmente. Nesta oficina várias instituições estavam presentes, inclusive o Instituto Grande sertão – IGS do qual eu era representante.

Turístico Velho Chico, que foi certificado pelo Governo do Estado de Minas Gerais em 2006, e o Pólo Vale Mineiro do São Francisco - PRODETUR –NE II.

Outra forma de desenvolvimento tem sido o Turismo Solidário, modalidade que agrega valores à cultura tanto dos autóctones quanto dos estrangeiros. A rede que se forma entre visitados e turistas amplia e enriquece os conhecimentos de ambos. O SEBRAE é a instituição que está a frente desse processo de implantação do Turismo Solidário. Como afirma SILVEIRA (1999:97):

Há técnicas que vão desde a conhecida dinâmica de grupos e a realização de seminários com os segmentos políticos e sociais envolvidos nos projetos, até técnicas mais elaboradas como a “árvore de problemas”, percepção ambiental das populações locais, produção de material audiovisual e teatro popular. Ou seja, a participação local já possui vários instrumentos para sua efetivação, sendo necessárias, ainda, uma sistematização e maior vontade política dos que têm a responsabilidade de implementar as chamadas políticas turísticas.

Dentro da perspectiva sócio-econômica, o capital social torna-se um forte aliado, o que não impede as comunidades de manterem seu laços solidários e de reciprocidade. Para incentivar o processo de microeconomia com capacitações, educação e associativismo (RODRIGUES,1999:63) pensando no desenvolvimento em escala local, no mercado informal e no incentivo à microempresa – enfim, em oportunidades de ocupação, não necessariamente de emprego, no turismo, sugerimos as seguintes estratégias, em âmbito municipal:

- 1.Criação de um sistema de informações para microinvestidores;
- 2.Incentivo à formação de viveiros de microempresas, contando com a parceria das universidades, em seus programas de extensão, através de pesquisa-ação;
- 3.Apoio técnico para a abertura de novas escolas de formação profissional, notadamente técnicas, de nível médio;
- 4.Apoio à economia informal e parceria com a Associação Comercial e Associação de Sindicatos de Economia Informal e outras entidades representativas do comércio ambulante.

Por fim, o Turismo de Desenvolvimento Sustentável de Base Local consolida as identidades dos povos regionais e principalmente dos que estão deixando seu território nativo. O importante é não deixar que aconteça impactos culturais desfavoráveis como impactos sócio-psicológicos entre a comunidade e os turistas, a descaracterização do

artesanato, vulgarização das manifestações tradicionais, destruição do patrimônio histórico. No meio ambiente, deve-se preocupar com a poluição, destruição da paisagem, possível eliminação de espécies da fauna e flora, inclusive biopirataria, degradação dos sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos; e que não exista a visitação em massa, ultrapassando os cálculos da capacidade de carga local. A melhor das soluções contra todas essas questões está na base da educação ambiental da população local, que deve ser mantida com projetos que envolvam a comunidade com o turista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Na Natureza, nada se leva a não ser lembranças,
Nada se tira a não ser fotografias,
Nada se deixa a não ser pegadas e
Nada se mata a não ser o tempo”.*

Dito popular sobre ecologia

O homem vem, desde seus ancestrais, mantendo uma relação com a natureza de exploração e modificação do espaço paisagístico. Após o século XVIII, com a Revolução Industrial, as relações de exploração se ampliaram quantitativa e qualitativamente. A preocupação com o nível de degradação dos recursos naturais começa a ser preocupante, pois a qualidade de vida da sociedade passa a ser deficitária para grande número da população mundial. As ciências econômicas, sociais e naturais pouco conseguem uma equidade ideal para satisfazer as exigências de uma massa populacional de 6,2 bilhões de pessoas, no início do século XXI. Muitas são as teorias e manifestos que englobam o pensamento das três ciências. No final do século XIX, o chefe Indígena Seattle, em carta ao Presidente norte-americano diz: “Eu sou um selvagem e não compreendo como o cavalo-de-ferro fumante pode ser mais importante do que o búfalo que nós só matamos para não morrermos”. Essa Carta, considerada o primeiro manifesto ambiental, traduz como o desenvolvimento já era pensado e como eram as atitudes governamentais. Sempre que se pensa em Desenvolvimento Social, o olhar está voltado para a economia. Os meios de produção que sustentam o capital estão em primeiro lugar, no debate do desenvolvimento.

A economia solidária baseada no capital social e na reciprocidade vem formando uma nova rede de conexões com normas sociais de confiabilidade entre os parceiros, comportamento pró-ativo (autonomia) e juízo de valor. Essas mudanças culturais, na verdade, estão relacionadas a uma nova lógica do local sobre o global, em que as raízes das comunidades

são “plantadas”. Bordieau lembra que reproduzir a cultura é opor a lógica do capital. Em mesma linha, o educador Perrenoud entende que o Desenvolvimento Social não chegará senão via educação; então, não virá.

As inteligências do século XX, como *Edgar Morin* que trata das Religiões dos Saberes; *Félix Guatarri*, que estuda e trata sobre as Três Ecologias (Meio Ambiente, Relações Sociais e Subjetividade Humana); *Pierre Weil*, sobre as Três Ecologias e as Três consciências (Sociedade, Natureza e Indivíduo); *Maurice Druon*, francês, autor do livro, o Menino do dedo Verde onde é retratado um menino que tinha a capacidade de melhorar o ambiente, limpá-lo e despoluí-lo a partir de seu toque; *James E. Lovelock*, que escreveu o livro: “Gaia - A Terra Viva”; *Ignacy Sachs*, que desenvolveu a teoria do Ecodesenvolvimento; *Amartya Sen*, economista renomado que escreveu “O Desenvolvimento com Liberdade”; os Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; os programas da ONU – Organização das Nações Unidas -, através do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD/Brasil, que apresenta seis objetivos de Desenvolvimento do Milênio a serem cumpridos até 2015, por todos os 191 Estados-Membros das Nações Unidas (erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;garantir a sustentabilidade ambiental e, por fim, estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento); Fritjof Capra, que escreve clássicos como a “A Teia da Vida”, “Ponto de Mutação” e o “Tao da Física”; e o economista *Manfred Max-Neff*, para o qual existem nove necessidades humanas que são universais: a subsistência, a proteção, o afeto, o entendimento, a participação, o ócio/tempo livre, a criação, a identidade e a liberdade. Muitos outros poderiam ser citados aqui, uma vez que apresentam, de uma forma ou de outra ,elementos para a discussão de uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, a ciência esbarra no poder ideológico das multinacionais e nas políticas públicas do Estado, que, apesar de ser democrático, apresenta ainda muitas burocracias.

Assim, questiona-se se a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas irá evitar as patologias da modernidade. Até quando o econômico dominará o social? Como as redes de

cooperação produtivas e associativismo podem agir diretamente? Como desvendar as complexidades e conexões postas em formas de redes dentro do sistema mundo na lógica da exploração centro e periferia? Não estaria o local ainda fora da lógica global? Seria a saída pela racionalidade ambiental, como prega Leff, sobre a reapropriação social da natureza? O Estado sempre estará à mercê do capital estrangeiro e das multinacionais? Não é objetivo deste trabalho responder a essas perguntas e nem analisar os autores citados, porém é necessário que exista uma reflexão maior sobre elas, pois toda, têm a ver, direta ou indiretamente, com as populações tradicionais e as unidades de conservação.

Na tentativa de responder os três problemas mencionados na introdução do trabalho seguiremos os questionamentos e responderemos a partir dos capítulos que foram dissertados. Para a primeiro problema em questão que interroga qual o impacto sócio-ambiental causado pela Unidade de Conservação na Comunidade do Janelão, busca-se responder através dos capítulos I e II. No primeiro capítulo, a história da conservação mundial e brasileira é a base para se conhecerem as principais políticas públicas, teorias e eventos sobre o meio ambiente, quais foram os tratamentos que a sociedade deu aos recursos naturais. Fica evidente que muitas são as formas de poder coibir, gerenciar, fiscalizar e até mesmo punir os que causam dano ao patrimônio natural. Fica também respondido como os países em todo o mundo sentem dificuldades com suas populações tradicionais em meio as legislações vigentes. No segundo capítulo, apresenta-se o objeto a partir de sua história, seu território, sua paisagem, o lugar e desenvolvimento social, ficando evidente o quanto a categorias históricas, espaciais e sócio-econômicas diagnosticam os problemas estabelecidos com a “chegada” do parque na vida das pessoas. Essa identificação ajuda a fazer a interpretação da situação estabelecida. O diagnóstico sócio-ambiental apresenta esses indicadores como suporte para futuras interpretações.

O segundo problema está diretamente voltado para a política pública do Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC e o Plano de Manejo. Questiona-se se essas políticas são democráticas em relação ao uso do parque pelas populações tradicionais. Para responder essa questão, o capítulo III do trabalho caracterizou os principais detalhes tanto do SNUC quanto do Plano de Manejo. Nelas, fica claro que o processo democrático é

efetivado a partir da legislação que diz sobre uso do território pelas populações, porém verifica-se que não existe uma flexibilização maior na legislação para alguns tipos de unidades de conservação. Essa observação conclusiva é pertinente devido às diversidades ocorridas tanto no uso do território quanto nas relações culturais das populações tradicionais. Em vários momentos observa-se que existe uma lacuna na legislação, pois existe a pressão internacional das ideologias pasteurizadas sobre conservação; os biomas brasileiros apresentam uma diversidade enorme, o que inviabiliza a criação de mesmas práticas de manejos das populações tradicionais com o seu meio e os diversos comportamentos entre as diferentes populações. O Plano de Manejo apresenta uma “leitura” das comunidades a respeito dos valores quantitativos, negando, assim, a existência das relações entre as famílias, compadrios, religião, ritos e mitos que estão intrinsicamente ligado ao uso e ocupação do espaço. Ficou evidenciado que, dos vários problemas no parque e suas populações, o de maior destaque é o da questão fundiária e da estrada.

O terceiro e último questionamento é se o parque promoverá desenvolvimento social para as populações tradicionais. No capítulo quatro, pode-se observar quais são as relações sócio-ambientais das famílias, conforme a concepção de DIEGUES e ARRUDA sobre as populações tradicionais. Para se compararem os resultados, identificações e caracterização das 17 famílias, têm-se quatro posições bem extremas; a primeira família não deseja sair das terras de forma alguma, tendo em vista todo o seu contexto histórico naquele lugar e suas relações sócio-culturais e ambientais com todos os que ali vivem; a segunda família se posiciona a favor do parque, pois o membro considerado o chefe da família é um excelente guia e pretende trabalhar como condutor de pessoas na área do parque; a terceira família pouco se preocupa com o lugar, pois o casal se apresenta idoso, e os filhos pouco se importam com os últimos acontecimentos e transformações da “fazenda familiar”; e, por último, uma família que se apresenta segura com a saída, pois já tem sua gleba de terra fora dos limites do parque. Fica claro o quanto é subjetivo esclarecer qual a prioridade entre as populações e o território, mas também que não existem alternativas para nenhuma das famílias mencionadas. Assim, entende-se e comprova-se que as lacunas mencionadas no SNUC e no Plano de Manejo são verdadeiras. Quanto ao Desenvolvimento Social, é notório que um parque de tal envergadura no que se refere a sua importância científica

mundial, beleza cênica e recursos naturais de forma espontânea gera uma demanda em grande escala. Sendo assim, comprovado todo esse turismo, as sedes municipais de Itacarambi e Januária, além dos distritos de Fabião I e II e todas as fazendas no entorno do parque, sem sombra de dúvida, receberão o impacto quantitativo. A preocupação é se todas essas populações estão “prontas” para serem receptivas a essa demanda. A preocupação também é com o processo cultural, pois somente a organização da sociedade civil juntamente com as instituições, é que pode estar-se preparando de forma eficaz para os problemas que irão aparecer, não esquecendo a Reserva Indígena próxima à Unidade de Conservação. Um terceiro problema, além da comunidade local e o turista, são os alóctones, que irão chegar para usufruir dos possíveis benefícios da instalação do parque. Entende-se que esse parque já se apresenta com um certo diferencial dos demais pelo Brasil. A história dessa Unidade de Conservação tanto no contexto temporal, quanto nos requisitos estabelecidos pelo SNUC, não apresenta muitas distorções em sua “gestação”. Já nasce quase pronto para receber os turistas. O uso público irá atingir todas as recomendações, o que não impede de acontecer em vários outros problemas.

Assim, diante do vasto estudo mencionado neste documento dissertativo, e o conhecimento precoce dos costumes de nossas comunidades, ficam como propostas as seguintes questões: É importante que a ideologia deva sair do papel. Se temos um SNUC que não é compatível com nossa realidade e que somente supre as questões estruturais, por que não propor mudanças mais coerentes? Sendo o parque uma unidade de uso integral, é importante que se faça um calendário de “coleta” das espécies frutíferas e que esse extrativismo seja realizado pelas famílias que moravam no parque e que devem estar muitas delas morando na Zona de Amortecimento. Essa proposta pode parecer impossível, mas para onde vai toda a “produção natural ou nativa” do território? Seria um desperdício, em algumas épocas do ano. Esse extrativismo irá proporcionar às populações uma atividade rentável, no que diz respeito ao uso doméstico para consumo ou medicinal, além de poder mostrar os conhecimentos sobre a natureza, não deixando que sua cultura venha a se perder.

A segunda proposta é a valorização cultural, que deve ser feita pelas parcerias entre as prefeituras, associações, universidades e outras instituições. A criação de um centro cultural

que represente os costumes e tradições do homem sertanejo que viveu naquele território. Isso aumenta a auto-estima da coletividade e desenvolve o orgulho de identidade local. A proposta poderá ser via associativismo, turismo solidário ou outro tipo de organização civil.

Criar capacitações diversas para os residentes na área de amortecimento. Essas capacitações devem estar voltadas para os conhecimentos regionais, como sua história, seu território, seu povo. Desenvolver políticas empreendedoras para ampliar o capital social, explorando as iniciativas, por menor que elas sejam.

Por último, é importante criar um *projeto com banco de dados*, que verifique as aplicações e variáveis das propostas anteriores. Esse banco de dados tem como fundamento criar um *modelo regional* de desenvolvimento do turismo sustentável de base local para as populações tradicionais do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, além de ser a base para a criação de um modelo para as demais outras unidades de conservação em âmbito nacional, apresentando as peculiaridades das várias populações tradicionais existentes no país; e só a partir daí poder criar “coesão e força” para modificar o SNUC como lei. O princípio dessa modificação será pautado na avaliação coerente, legal e multidisciplinar do Plano de Manejo, pontuando os reais benefícios e malefícios que são acarretados.

Espera-se que esta dissertação, com estas poucas contribuições, venha atender o papel científico e acadêmico de melhorar a qualidade de vida das pessoas a partir da leitura do mundo em que vivemos, principalmente o das populações tradicionais e seus territórios. Perceba!

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALLUT, Antônio Garcia. **O Conhecimento dos Especialistas e seu Papel do Desenho de Novas Políticas Pesqueiras.** IN: DIEGUES. Antônio Carlos. Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. 2ªed.São Paulo: Hucitec. 2000. p. 101-123
- ALMEIDA, Maria Geralda de Almeida (orgs). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidades e singularidade cultural.**Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro; BASTOS, Anna Christina Saramago; MALHEIROS, Telam Marques; SILVA, Dalton Marcondes. (orgs) **Pólitcas e Planejamento. Ambiental.** 3ªed. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.** IN: SANTOS, Milton, (orgs).Território Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: Hucitec,1996. p.213-220
- ARRUDA, Rinaldo S.V. **Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação.** IN: DIEGUES. Antônio Carlos. Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. 2ªed.São Paulo: Hucitec. 2000. p. 273-290.
- BARRETO, Margarida (ogs). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. 2ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2001.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. **Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local.** IN: RODRIGUES, Adyr Balastreri, (org.), Turismo e Desenvolvimento local, São Paulo: Hucitec, 1999, p. 23-41.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo.** 6º ed. São Paulo:SENAC,2001.
- _____. **Política e estratégia de desenvolvimento regional.** Planejamento integrado do turismo. IN: Adyr Balastreri, (org.), Turismo e Desenvolvimento local, São Paulo: Hucitec, 1999, p. 79-86.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo /** Mário Carlos Beni.2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global – **Esboço Metodológico . Caderno de Ciências da Terra São Paulo, USP – Instituto de Geografia, 1971.**
- BOURDIEIU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz.3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL. **Constituição Federal.** (organizador: GOMES. Luís Flávio). 7ª edição. Editora

Revista dos Tribunais.

BRASIL, SNUC. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação**. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Decreto nº 4.340, de 22 de Agosto de 2002. Brasília: MMA, 2002.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. **Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – Conhecer para Revitalizar. Planos de Ações, estratégicas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco**. Brasília, 2005.100p.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião; SOUZA, Marcelo Pereira de. **Áreas de Proteção Ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. 2ª ed. São Carlos: Rima, 2005.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão Carneiro. **Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – breves considerações**. Revista Cerrados – v.1, n.1/(2003) - . – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003 – p. 1 – 127. jan./dez.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Volume II. 2ª edição. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações tradicionais. IN: DIEGUES. Antônio Carlos. Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. 2ªed.São Paulo: Hucitec. 2000.p-165-182.

CASTRO. Iná Elias de. GOMES. Paulo César da Costa. CORRÊA. Roberto Lobato. (orgs). **Geografia: Conceitos e temas**.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2ª ed. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta . Florianópolis:Editora da UFSC, 2001.

CLIFFORD. James. **A experiência Etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. 2ª. ed. Rio de Janeiro:Editora UFRJ,2002.

CORRÊA.Roberto Lobato. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. IN: SANTOS, Milton, (orgs).Território Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: Hucitec,1996. p- 251-256.

CORRÊA.Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Um século (1) (2) (3)**. (orgs). Rio de Janeiro:EDUERJ, 2000.

COSTA, João Batista de Almeida. **Tomando alho por bugalhos: o decantado desenvolvimento do Norte de Minas**. (mimeo:2003).

COSTA, João Batista de Almeida. **O Ser da sociedade sertaneja e a invisibilização do negro no sertão norte dos gerais**. IN: Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos. (orgs). Montes Claros: 2000. p.107-140.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da Nação Brasileira. p.8-45. IN: Revista Verde Grande / Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Secretarias Municipais de Cultura, Educação e Meio Ambiente, - Vol. 1, n.3(jun.ago.2005). – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2005. v.1, n. 1, 146. Trimestral. ISSN 1806-6764.

COSTA, João Batista de Almeida. Mineiros e Baianeiros: Englobamento, Exclusão e Resistência. Brasília: Universidade de Brasília / Departamento de Antropologia. 2003 Tese de Doutorado.

_____. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. IN: SANTOS, Gilmar Ribeiro (orgs). **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997 (p. 77-97).

CRUZ, Ednília Nascimento. **A linguagem pictográfica nas cavernas do Vale do Peruaçu**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2004.

DEAN, Warren. **A Terra e fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAYRELL, Carlos (orgs). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Calros – Rede Cerrado-CAA-NM?Max Gráfica e Editora Ltda,2000.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES. Antônio Carlos. Etnoconservação: **Novos rumos para a conservação da natureza**. 2ªed.São Paulo: Hucitec. 2000.

DIEGUES., Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). **Espaços e Recursos Naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-SP, 2001

DIEGUES. Antônio Carlos e ARRUDA,Rinaldo V.S. (orgs), **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio ambiente; São Paulo: USP,2001.

DULCI, Otavio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza e emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FARIA, Dóris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica do turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FEITOSA. Antônio Maurílio Alencar. ZUBA. Janete Aparecida Gomes. JUNIOR. João Cleps. (ogs). **Debaixo da Lona: Tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

FENNY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James. **A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois.** IN: DIEGUES., Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (orgs). Espaços e Recursos Naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB-SP, 2001. p. 17-42

FERNANDES, Florestan. **Émile Durkheim. Sociologia.** São Paulo,SP: Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1999. Tradução. Laura Natal Rodrigues.

FRANÇA, Júnia Lessa et all. **Manual para Normalização de Publicações.** Técnico-Científicas. 5ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental – uma introdução à arquitetura da paisagem como o paradigma ecológico,** São Paulo: FAPESP – AnnaBlumme, 1997

_____. **Planejamento Ambiental para a cidade sustentável.** 2ªed. São Paulo:Annablume-FAPESP, 2001

FRANCO, Augusto de. **O lugar mais desenvolvido do mundo. Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário.** Brasília: DF: AED- Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004.

FILHO, Gilberto Montibeller. **O mito do desenvolvimento sustentável – meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.**2ª ed. Editora UFSC, 2004

FILHO, Henyo T. Barreto. **Populações Tradicionais: introdução á critica da ecologia política de uma noção.** Departamento de antropologia da UNB.(mineo)

FOUCAULT. Michel. **Microfísica do poder.** 22ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

GEERTZ. Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro:LTC, 1989.

GEERTZ Clifford. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa .** 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997. Tradução: Vera Mello Joscelyne.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMEZ-POMPA, Arturo; kaus, Andrea. **Domesticando o mito da Natureza selvagem.** IN: DIEGUES. Antônio Carlos. Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. 2ªed.São Paulo: Hucitec. 2000. p.125-147

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos.** Niterói:Ed. UFF, São Paulo: Contexto,2002.

HERMET, Guy. **Os atores sociais diante do desenvolvimento.** IN: Cultura &

Desenvolvimento. Tradução: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 159-180.

IOSCHPE, Evelyn Berg. (ogs). **3ª Setor – Desenvolvimento Social Sustentado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. ^a Fundamentos de metodologia. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, José Rubens Morato e AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2004.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001

_____. **A complexidade Ambiental**. (coord). São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

LESSA, Simone Narciso e SOUZA, João Valdir Alves (Orgs.). **PLANOMESO – Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2005.

LESSA, Simone Narciso (Org.). **MESONORTE. Diagnóstico para a Agenda de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Norte de Minas**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007.

LESSA, Simone Narciso. **Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao Sertão. Dissertação de Mestrado**. Departamento de História. Campinas. UNICAMP, 1993

LIMA, Maria Lúcia Costa. **(Eco) turismo em unidades de conservação**. IN: RODRIGUES. Adyr Balastrieri (orgs.). Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71-87.

LITTLE, Paul e. (orgs). **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, Brasília-DF: IIEB, 2003.

KEITH, Thomas. **O homem e o mundo natura, mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MALMESBRY, Thomas Hobbes de. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado**

Eclesiástico e Civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo:SP, Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

MARC, Auge. Não-lugares: **Introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Tradução: Maria Lúcia Pereira. Campinas,SP: Papirus, 1994 (Coleção Travessia do Século).

MARCONDES, Sandra. **Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI.** São Paulo: Editora Petrópolis, 2005.

MARRA, Ricardo J.C. **Espeleo Turismo: planejamento e manejo de cavernas.** Brasileira: Editora WD Ambiental, 2201

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** Tradução:Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. São Paulo:Martins Fontes,1999.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte:UFMG, 2003.

MORSELLO, Carla. Áreas protegidas Públicas e Privadas, seleção e manejo. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2001

OLIVERIA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais.**Belo Horizonte: UFMG, 2005 (dissertação de mestrado)

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** 2ª ed. Brasília: Paralelo 15, São Paulo Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”?** Situação colocial, territorialização e fluxos culturais. IN: MANA - Estudos de Antropologia Social. Volume 4 número 1, Abril de 1998. ISSN 01404 – 9313. Artigo. (47-77)

OLIVEIRA, Roberto de Oliveira. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES. Luciene. (orgs). **Capitalismo: da gênese à crise atual.** 2ªed. Montes Claros: ed. UNIMONTES, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins (orgs).**Formação Social e Econômica do Norte de Minas.** Montes Claros – MG: Editora UNIMONTES, 2000.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social ensaio sobre a nova pobreza.** São Paulo: EDUC/CORTEZ, 2003.

PALMER, Joy A. (orgs). **50 grandes ambientalistas:** de Buda a Chico Mendes. São Paulo: Contexto, 2006

PLANO DE MANEJO, PARNA - Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PNCP - IBAMA, 2003

PARAISO, Luciana Braga. **Dilemas da Participação na Gestão de Unidades de Conservação: a experiência do projeto doces matas na RPPN Mata do Sossego.** IN: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSLI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs). A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.143-168.

PEREIRA, Anete Marília. e ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais.** (orgs). Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004.

PEREIRA, Doralice Barros. **Paradoxos do Papel do Estado nas Unidades de Conservação.** IN: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSLI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs). A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.119-142.

PIMBERT, Michel P. ; PRETTY, Jules N. **Parque, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas.** IN: DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. 2ªed.São Paulo: Hucitec. 2000. p-183-223

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro. Campus, 2000.

PILÓ, Luís Beethoven. **A Morfologia Cárstica do Baixo Curso do Rio Peruaçu, Januária – Itacarambi-MG.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG , 1989 (monografia).

Relatório Técnico Final: **Levantamento Espeleológico da Área de Proteção Ambiental – APA-Cavernas do Peruaçu: Subsídios para o Plano de Manejo.** GBPE- Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas/Projeto FNMA-MMA:Convênio nº 035/97, Março de 1999.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: **A formação e o sentido do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.1995

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas nas do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Vol I e II.

RODRIGUES, Adyr Balastri. (Orgs). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites.** São Paulo: Contexto, 2003

_____. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar** / Adyr Balastri Rodrigues.2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. (orgs). **Turismo Desenvolvimento Local: 2º ed.** São

Paulo: Hucitec, 1999.

ROUÉ, MARIE. Novas perspectivas em etnoecologia: “Saberes Tradicionais” e gestão dos recursos naturais. IN:

RUSCHMANN, Doris; **Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 1997.**

SANTIAGO, Elbe Figueiredo Brandão. **A Trajetória do PRODETUR/NE Minas Gerais e sua relevância para a região Mineira da ADENE.** Belo Horizonte: 2002. (Tese apresentada à Universitat de lès Illes Balears (UIB).

SANTOS. Gilmar Ribeiro dos Santos (orgs). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências.** Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RIBEIRO. Maurício Andrés. **Ecologizar: pensando o ambiente humano.** Belo Horizonte: Rona, 2000

SILVA. Cássio Alexandre da; SALGADO, Hebert Canela. **Turismo no Norte de Minas: Entraves e Perspectivas.** Revista Multidisciplinar das Faculdades Integradas Pitágoras. Ano 2 nº 2 Agosto de 2005. / p.29-36

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.**

ROUÉ, Marie. **Novas perspectivas em Etnoecologia: “Saberes Tradicionais” e Gestão dos Recursos Naturais.** 67-79 IN: DIEGUES. Antônio Carlos. Etnoconservação: Novos rumos para a conservação da natureza. 2ªed. São Paulo: Hucitec. 2000. p. 67-79

ROUSSEAU. Jean-Jacques. **Do contrato Social, ou princípios do direito Político.** Livro Primeiro. Vol. I –Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: SP, Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

SACHS. Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2002

SANTIAGO, Elbe Figueiredo Brandão. **A Trajetória do PRODETUR/NE Minas Gerais e sua relevância para a região Mineira da ADENE.** Belo Horizonte: 2002. (Tese apresentada à Universitat de lès Illes Balears (UIB).

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** IN: SANTOS, Milton, (orgs). Território Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p.15-20

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia

das Letras

SILVA, Cássio Alexandre e SALGADO, Hebert Canela. **Turismo no Norte de Minas: Entraves e Perspectivas**. Revista Multidisciplinar das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. Publicação Semestral. Ano 3, N° 2, Agosto de 2005. ISSN 1808-6969.

SILVA, Tomaz Tadeu. (orgs). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ, 2000

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jurgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SILVA. Tomaz Tadeu da (orgs). HALL, Stuart e WOODWARD Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Traduções Tomaz Tadeu da Silva. 4ª ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2005

SOUZA, Jessé. **Patologias da Modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber**. São Paulo: Annablume, 1997. – (Selo Universidade; 55).

TAUK. Sâmia Maria. **Análise Ambiental: Uma visão multidisciplinar**. (orgs).2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TOLEDO, Fernando C. **Capital social, desenvolvimento e redução da pobreza: elementos para um debate multidisciplinar**. IN: CATTANI, Antonio(orgs). Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. Tradução João Roberto Martins Filho; São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIANA. Gilney; SILVA. Marina; DINIZ.Nilo. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIERIA, Lisjte; BREDÁRIO, Celso. **Cidadania e Política ambiental**. Record, 1998

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: espaço, paisagem e cultura** / Eduardo Yázigi.2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

WIGGERSHAUS. Rolf. **A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

WWF. **Manual de Ecoturismo de Base Local**. WWF, 2003.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs). **A**

insustentavel leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio017/sitio017.pdf>